



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**MESTRADO EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA
(PPG-ICAL)**

**GEOPOLÍTICA DA REGIONALIZAÇÃO: O PAPEL ESTRATÉGICO DOS
CORREDORES BIOCEÂNICO DO EIXO CAPRICÓRNIO**

RENAN SILVESTRO ALENCAR SILVA

Foz do Iguaçu

2023

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)



MESTRADO EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA
(PPG-ICAL)

**GEOPOLÍTICA DA REGIONALIZAÇÃO: O PAPEL ESTRATÉGICO DOS
CORREDORES BIOCEÂNICO DO EIXO CAPRICÓRNIO**

RENAN SILVESTRO ALENCAR SILVA

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL), do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr Oliveira

Foz do Iguaçu

2023

RENAN SILVESTRO ALENCAR SILVA

**GEOPOLÍTICA DA REGIONALIZAÇÃO: O PAPEL ESTRATÉGICO DOS
CORREDORES BIOCEÂNICO DO EIXO CAPRICÓRNIO**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL), do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Integração Contemporânea da América Latina.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr Oliveira (UNILA / PPG-ICAL)

Prof. Dr. André Luís André (UFS / PPG-ICAL)

Prof. Dr. Silvia Cristina Limberger (UNILA)

Prof. Dr. Cristovão Henrique Ribeiro da Silva (UFAC)

Foz do Iguaçu, setembro de 2023.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S586g

Silva, Renan Silvestro Alencar.

Geopolítica da regionalização: o papel estratégico dos corredores bioceânico do eixo capricórnio / Renan Silvestro Alencar Silva. - Foz do Iguaçu, 2024.

131 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), mestrado em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL).

Orientador: Lucas Kerr de Oliveira.

1. Geopolítica. 2. Imperialismo. 3. Regionalização. 4. Integração econômica internacional. I. Oliveira, Lucas Kerr de. II. Título.

CDU 327

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pela possibilidade de realizar a graduação e o mestrado.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Dr. Lucas Kerr Oliveira, por sua orientação, apoio e incentivo durante todo o desenvolvimento desta dissertação. Sua orientação foi fundamental para a minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL), do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que contribuíram para minha formação de mestrado.

Por fim, agradeço a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

Renan Silvestro Foz do Iguaçu, Agosto de 2023.

“A nova cultura começa quando o trabalhador e o trabalho são tratados com respeito.” — Máximo Gorki.

RESUMO

Análise política do processo de regionalização geopolítica da América do Sul e os corredores bioceânicos, enquanto rede que liga diferentes regiões e permitem o transporte de mercadorias, pessoas e informação por um corredor terrestre entre o Oceano Pacífico e Atlântico na parte austral (Cone Sul) da América do Sul. Reduzindo a dependência das rotas tradicionais e diminuindo a vulnerabilidade da região a bloqueios e sanções. Essas vias de comunicação se tornaram fundamentais para fortalecer a integração econômica e a cooperação entre os países. Esses corredores também podem impulsionar o desenvolvimento econômico e social das áreas por onde passam, estimulando atividade econômica e a integração regional. No entanto, é importante analisar os corredores bioceânicos em seu contexto geopolítico. Embora eles possam trazer benefícios econômicos, também podem gerar desafios geopolíticos. Sendo os corredores constituidores de uma regionalização estratégica, que ocorre em um contexto de crescente rivalidade entre as grandes potências globais. Os Estados Unidos, a China e a Rússia estão todos aumentando a sua presença na região, e competem pelo acesso aos seus recursos naturais e mercados. Esta rivalidade tem criado novas oportunidades e desafios para os países do Cone sul, que precisam encontrar formas de equilibrar os seus interesses entre as grandes potências e o imperialismo que continua a ser vigente hoje em dia. Sendo, a dependência excessiva de rotas tradicionais uma vulnerabilidade em caso de interrupções dessas rotas de comerciais, sendo essencial a ampliação de acesso aos mercados globais e a constituição de novas territorialidades na região.

Palavras-chave: Corredores bioceânicos; Cone sul; Geopolítica; Imperialismo; Regionalização, Integração regional; Comércio; Infraestrutura

RESUMEN

Análisis político del proceso de regionalización geopolítica en América del Sur y los corredores bioceánicos, como red que conecta diferentes regiones y permite el transporte de bienes, personas e información a través de un corredor terrestre entre los océanos Pacífico y Atlántico en la parte sur (Cono Sur).) de América del Sur, reduciendo la dependencia de las rutas tradicionales y reduciendo la vulnerabilidad de la región a bloqueos y sanciones. Estos canales de comunicación se han vuelto fundamentales para fortalecer la integración económica y la cooperación entre países. Estos corredores también pueden impulsar el desarrollo económico y social de las zonas por las que pasan, estimulando la actividad económica y la integración regional. Sin embargo, es importante analizar los corredores bioceánicos en su contexto geopolítico. Si bien pueden traer beneficios económicos, también pueden generar desafíos geopolíticos. Los corredores constituyen una regionalización estratégica, que se produce en un contexto de creciente rivalidad entre las principales potencias mundiales. Estados Unidos, China y Rusia están aumentando su presencia en la región y compitiendo por el acceso a sus recursos naturales y mercados. Esta rivalidad ha creado nuevas oportunidades y desafíos para los países del Cono Sur, que necesitan encontrar formas de equilibrar sus intereses entre las grandes potencias y el imperialismo que sigue vigente hoy. La excesiva dependencia de las rutas tradicionales es una vulnerabilidad en caso de interrupciones en estas rutas comerciales, por lo que es esencial ampliar el acceso a los mercados globales y crear nuevos territorios en la región.

Palabras llave: Corredores bioceánicos; Cono Sur; Geopolítica; Imperialismo; Regionalización, Integración regional; Comercio; Infraestructura

ABSTRACT

Political analysis of the process of geopolitical regionalization in South America and the bioceanic corridors, as a network that connects different regions and allows the transport of goods, people and information through a land corridor between the Pacific and Atlantic Oceans in the southern part (Southern Cone) of the South America. Reducing dependence on traditional routes and reducing the region's vulnerability to blockades and sanctions. These channels of communication have become fundamental to strengthening economic integration and cooperation between countries. These corridors can also boost the economic and social development of the areas they pass through, stimulating economic activity and regional integration. However, it is important to analyze bioceanic corridors in their geopolitical context. While they can bring economic benefits, they can also generate geopolitical challenges. The corridors constitute strategic regionalization, which occurs in a context of growing rivalry between major global powers. The United States, China and Russia are all increasing their presence in the region, and are competing for access to its natural resources and markets. This rivalry has created new opportunities and challenges for the countries of the Southern Cone, which need to find ways to balance their interests between the great powers and the imperialism that continues to be in force today. Excessive dependence on traditional routes is a vulnerability in the event of interruptions to these trade routes, making it essential to expand access to global markets and create new territories in the region.

Keywords: Bioceanic corridors; Southern Cone; Geopolitics; Imperialism; Regionalization, Regional integration; Trade; Infrastructure

LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Visão Geral: A Região do Cone Sul e a geopolítica da construção de Corredores Bioceânicos entre o Atlântico e o Pacífico.....	14
Mapa 2 – A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).....	18
Ilustração 1 – Eixos de Integração Regional da IIRSA-Cosiplan.....	19
Ilustração 2 – Áreas de Influência dos Eixos Central, Capricórnio e Mercosul.....	20
Ilustração 3 – Eixo Central: Corredor Bioceânico Santos-Arica/Iquique.....	21
Ilustração 4 – Eixo Central: principais projetos e Área de Influência.....	22
Ilustração 5 – Eixo de Capricórnio: Obras prioritárias e área de influência.....	24
Mapa 3 – Divisão do mundo em três campos geopolíticos.....	27
Ilustração 6 – Quadro epistemológico da pesquisa.....	33
Ilustração 7 — Duas grandes concepções de mundo.....	42
Mapa 4 – Centro e Periferia na Geopolítica do Sistema-Mundo Capitalista.....	47
Ilustração 8 — Formação socioespacial.....	69
Mapa 5 – Cone Sul, Atlântico, Pacífico e a maritimidade geopolítica.....	87
Mapa 5 — Pan regiões.....	96
Ilustração 10 — Modelo geopolítico de Mackinder.....	100
Ilustração 11 — Modelo geopolítico de Mackinder 2.....	101
Ilustração 12 — Modelo geopolítico de Spykman.....	102
Ilustração 13 — Eixos dos corredores bioceânicos sul-americanos.....	109
Mapa 6 – Sub-regiões dos Eixos de Integração no Cone Sul.....	110
Mapa 7 – Malha rodoviária construída do Cone sul.....	115
Mapa 8 – Hidrovias conectadas ao Brasil.....	116
Mapa 9 — Biomas.....	117

SUMÁRIO

RESUMEN.....	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES.....	10
SUMÁRIO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Delimitação cartográfica do problema: Desafios e Oportunidades para a América do Sul para a Infraestrutura da Integração Regional e os Corredores Bioceânicos.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: GEOPOLÍTICA E IMPERIALISMO.....	33
2.1 Materialismo Histórico-Dialético.....	41
2.2 Estudos internacionais e Marxismo.....	45
2.3. Contextualização histórica: Região e imperialismo.....	49
3 REGIONALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DO CONE SUL.....	75
3.1. Região, regionalização e compartimentação.....	78
3.2. A Região do Cone Sul.....	81
3.3. Crise e renovação no regionalismo sul-americano 2008 – 2022.....	93
4 REFLEXÕES GEOPOLÍTICAS SOBRE AS REDES DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: O PAPEL DOS CORREDORES BI-OCEÂNICOS.....	96
4.1. Regionalização geopolítica.....	98
4.2. A Marcha para o oeste e as redes bioceânicas.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo análise política do papel estratégico para a integração regional, das redes de interconexão de infraestrutura vertebradas pelos corredores bioceânicos, com foco nos corredores Santos-Arica e Paranaguá-Antofagasta; analisando o papel estratégico dos corredores bioceânicos para o processo de regionalização geopolítica da América do Sul. Destacando o papel dos corredores bioceânicos no fomentando da circulação de mercadorias, pessoas e informação entre as nações do Cone sul e entre a região e o mundo. Com o crescimento do comércio internacional, surge a necessidade de infraestrutura interconectada para atender às demandas. Isso implica na criação de novas redes bioceânicas e sistemas logísticos multimodais que permitam a eficiente circulação de mercadorias e serviços entre esses locus econômicos e o restante do mundo.

Essas vias de comunicação se tornaram fundamentais para fortalecer a integração econômica e a cooperação entre os países. Ao reduzir as distâncias e os tempos de transporte, os corredores bioceânicos encurtam o espaço-tempo e facilitam o comércio global. Eles permitem uma maior interconexão entre diferentes regiões, promovendo a circulação de bens, serviços, capitais, pessoas e ideias. Em hipótese, esses corredores também podem impulsionar o desenvolvimento econômico e social das áreas por onde passam, estimulando investimentos e a integração física regional (BNDES, 2011).

Embora eles possam trazer benefícios econômicos, também podem gerar desafios sociais e geopolíticos. Mas não podemos esquecer que a dependência excessiva de rotas tradicionais pode criar vulnerabilidades em caso de interrupções de rotas de comércio ou conflitos geopolíticos, como a prática de sanções econômicas e bloqueio comercial. Como exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, o Atlântico era a principal rota comercial entre a Europa e as Américas, e seu bloqueio pelos Aliados impediu que a Alemanha nazista recebesse suprimentos essenciais, como petróleo, alimentos e armamentos. Simultaneamente, durante a guerra, a Alemanha nazista tentou bloquear as Marinhas adversárias, inclusive a Marinha Mercante brasileira, como parte de sua estratégia¹ de cortar o fornecimento de matérias-primas aos Aliados, sendo estratégico a ampliação de seus acessos ou bloqueio aos mercados mundiais. Para ampliar seu horizonte de rotas comerciais e não ficar vulnerável a sanções unilaterais de alguns países ou por qualquer outra situação imprevisível que interrompa sua força produtiva fundamentada em relações extraterritoriais ao nível regional e

¹ Estratégia pode ser definida como o processo de tomada de decisão que envolve a identificação de oportunidades e ameaças, a avaliação de recursos e capacidades, e o desenvolvimento de ações para alcançar os objetivos.

global.

Nesse cenário surge a necessidade de reconhecimento da localização enquanto parte indispensável do cálculo político internacional, algo que está associada à própria história da cartografia política que na constituição de uma representação da superfície terrestre em seu primeiro passo usa da política no seu sentido literal. Ou seja, algo que se relaciona com a ‘Pólis’², nesse caso, a localização física de determinado grupo social e sua tendência de criar mapas segundo sua experiência e sua relação de poder com a natureza e outros grupos sociais.

A cartografia política pode ser entendida como um grupo social olhando para si próprio e seu entorno e estabelecendo por obviedade escolhas políticas de como representar graficamente seu entorno, sendo os aspectos arbitrários preenchidos por um ideal de poder. O exemplo mais notório é a projeção cartográfica de Mercator que tem a cidade inglesa de Greenwich como o seu meridiano central. Além de distorcer o tamanho dos continentes, deixando o hemisfério norte com maior destaque. A América do Sul, por exemplo, na projeção de Mercator é menor que a Groenlândia, mas é, na verdade, nove vezes maior.

Quando analisamos a localização da América do Sul na projeção de Mercator logo percebemos que existe um descontinuo entre o continente do novo mundo e sua porção marítima ocidental, assim como suas costas opostas orientais.

Mesmo que o centro de gravidade da economia mundial esteja se deslocando em um sentido do oeste para o leste, partindo do continente europeu e se dirigindo para uma importância crescente do Oceano Pacífico na economia mundial.

Uma tendência observada já por Marx (1850) que em artigo analisa a marcha para oeste estadunidense em busca do ouro californiano e novos territórios. O processo de expansão territorial dos Estados Unidos na parte Oeste do continente da América do Norte, permitiu a ampliação das novas rotas de comércio no pacífico, bem como a ligação de redes infraestruturais e cidades entre o Atlântico e o Pacífico, contribuiu para a consolidação de uma grande potência continental.

Logo, a hegemonia estadunidense nos dois oceanos foi absoluta e elemento constitutivo da projeção de seu imperialismo. Sua expansão territorial foi um processo de conquista e subjugação de vastos territórios por meio de guerras, compras e tratados, muitas vezes em detrimento dos povos indígenas e dos países vizinhos (MONIZ BANDEIRA, 2008).

Os países da Região do Cone Sul, dado sua posição estratégica, podem por meio de um bloco político e regional desenvolver redes bioceânicas em cooperação sem a necessidade do expansionismo territorial. Através da construção de uma regionalização estratégica que desenvolva na região, enquanto projeto econômico e político, iniciativas de integração

² Antigas cidades gregas que formavam unidades políticas autônomas.

infraestrutural, política e cultural que una as nações locais a um objetivo geográfico comum. Esse esforço conjunto poderia fortalecer não apenas a estabilidade e a prosperidade da região, mas também promover a cooperação entre seus países-membros.

Logo, apesar da região do Cone sul ter todas as condições geográficas para constituir redes bioceânicas existe um desafio político de vincular os países locais e direcionar recursos na construção e articulação dessas redes. Sendo o primeiro passo o reconhecimento da importância estratégica de tal iniciativa que abarca interesses em amplos setores políticos e econômicos nacionais e regionais.

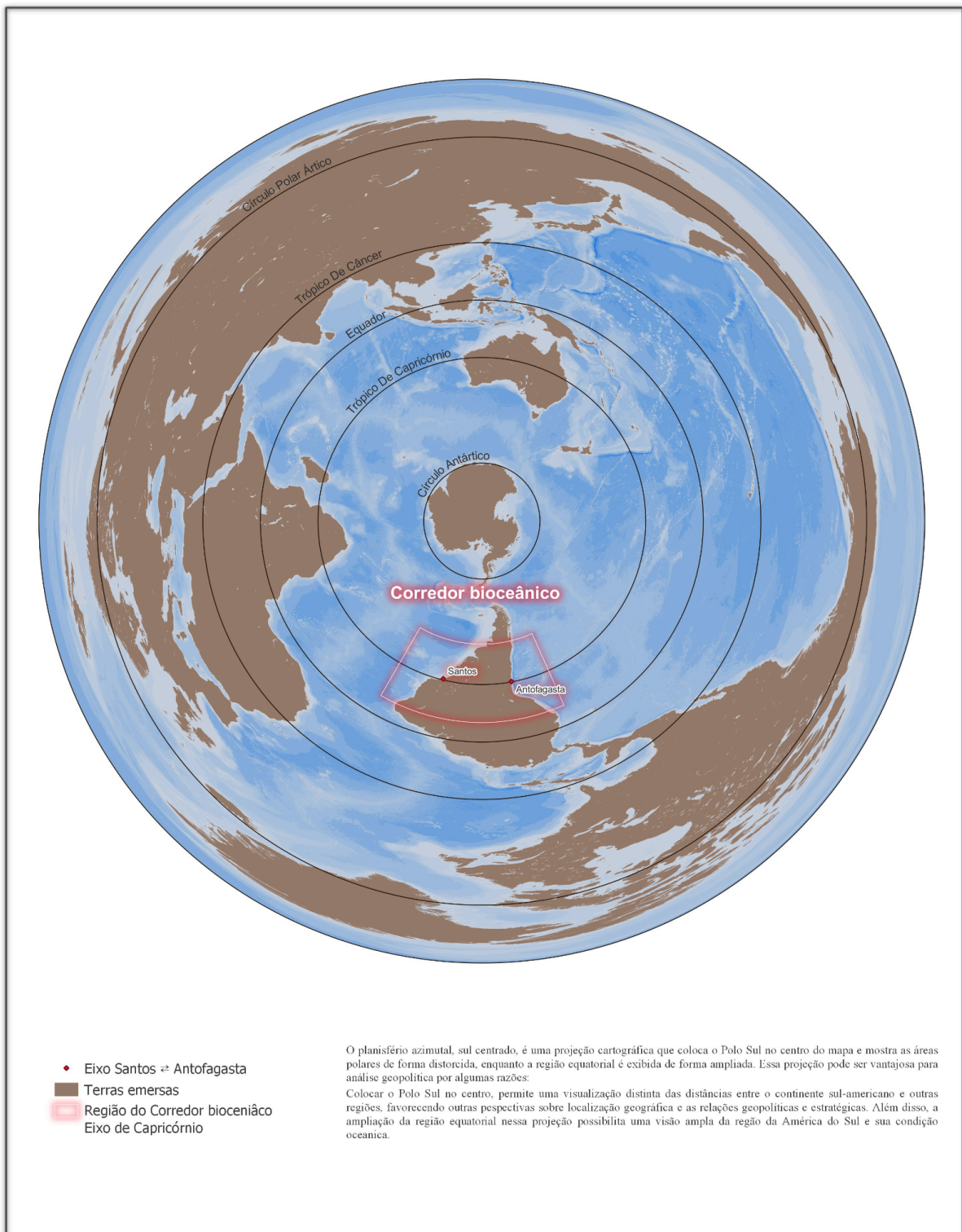
Sendo a região como um conceito estratégico e fundamental para a compreensão e atuação em diversas áreas do saber e da prática, como a Geografia, a política, a economia e o planejamento urbano e militar, entre outros. Ela desempenha um papel crucial na análise e resolução de problemas, na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões em escalas diversas, desde o nível local até o global.

A compreensão das regiões geográficas é vital para a análise e interpretação do mundo em que vivemos. O planeta Terra é composto por uma grande variedade de regiões, cada uma com suas próprias características naturais, culturais, econômicas e sociais. Compreender essas discrepâncias e similaridades entre as regiões nos ajuda a compreender as complexidades da paisagem geográfica, os obstáculos ambientais, as disparidades financeiras e as interações sociais que moldam o nosso mundo.

A partir do domínio do conceito de região, é possível estabelecer conexões entre os diversos elementos que compõem o espaço geográfico, promovendo uma compreensão mais profunda da realidade. Porque o conceito de região permite compreender as relações entre os elementos naturais, culturais, econômicos e sociais de um espaço, fornecendo uma perspectiva mais abrangente para a análise e resolução de problemas.

Um mapa-múndi com uma projeção azimutal centrada no Polo Sul, por exemplo, mostra o continente sul-americano, com destaque para o Brasil, na parte superior. A África, a Europa e a Ásia estão localizadas na parte inferior. O Oceano Pacífico e o Oceano Índico estão localizados na parte central.

Mapa 1 – Visão Geral: A Região do Cone Sul e a geopolítica da construção de Corredores Bioceânicos entre o Atlântico e o Pacífico



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Natural Earth (2023) e Geofabrik (2023).

Planejadores urbanos, governos e organizações não-governamentais utilizam frequentemente o conceito de região como base para a elaboração de políticas e programas que visam a distribuição equitativa de recursos, o crescimento econômico regional e a

preservação do meio ambiente. Ao delimitar regiões e identificar suas necessidades específicas, é possível direcionar recursos e esforços de forma mais eficaz. No âmbito político, a compreensão das regiões é essencial para a tomada de decisões estratégicas.

Países são frequentemente divididos em unidades administrativas com base em características regionais, culturais e econômicas. Isso permite uma melhor representação e governança de interesses locais e a formulação de políticas adaptadas às necessidades de cada região. Além disso, as relações internacionais muitas vezes envolvem o conceito de região, como acordos comerciais, alianças políticas e iniciativas de cooperação regional.

Consolidar o conceito de região como termo estratégico requer a constante revisão e adaptação do mesmo às mudanças em nosso mundo. À medida que a globalização e as transformações socioeconômicas ocorrem, novas regiões emergem, e a compreensão dessas dinâmicas torna-se ainda mais crucial. Além disso, a interdisciplinaridade é essencial, uma vez que as regiões não podem ser analisadas exclusivamente a partir de uma única perspectiva, mas sim como sistemas complexos³ que envolvem uma variedade de fatores. A região permite identificar as diferentes características que compõem o espaço e compreender como essas características interagem e se organizam (HAESBAERT, R. 1999).

A regionalização do Brasil, segundo o geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2003) é um exemplo de uma abordagem que se baseia em critérios geográficos, sociais, econômicos e culturais para dividir o país em diferentes regiões. Corrêa propôs uma regionalização que considera não apenas as divisões políticas e administrativas, mas também as características naturais e socioeconômicas de cada área e sugere que as fronteiras das regiões do país não são estáticas, mas podem ser redefinidas com base nas dinâmicas econômicas e sociais em curso. Ele argumenta que as fronteiras não devem ser fixas, mas flexíveis, de modo a refletir as mudanças no desenvolvimento do país. A divisão criada por ele de três Brasil: Amazônica, Centro-sul e Nordeste reflete, não somente um plano administrativo, mas a divisão territorial do trabalho no Brasil atrelada à dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira, bem como dos conflitos de classe que marcam a história do país.

Ao abordar a regionalização do Brasil proposta por Roberto Lobato Corrêa e a iniciativa de regionalismo⁴ na formação do Mercosul, é possível perceber conexões entre esses dois contextos geoeconômicos e geopolíticos. Ambos os casos destacam a importância de considerar fatores geográficos, sociais, econômicos e culturais na divisão e integração de regiões. Corrêa propõe uma regionalização flexível, que considera as dinâmicas econômicas e

³ Sistemas complexos são sistemas compostos por múltiplos elementos interconectados e interdependentes, nos quais as interações entre esses elementos podem levar a comportamentos não lineares e, por vezes, imprevisíveis.

⁴ O regionalismo é um termo referido à valorização e ênfase nas características, interesses e identidades de uma determinada região geográfica.

sociais em curso, reconhecendo que as fronteiras das regiões podem mudar com o tempo. Da mesma forma, o Mercosul visa promover a integração econômica e comercial entre países sul-americanos, refletindo a necessidade de cooperação e adaptação às mudanças na geopolítica e economia da região. Ambos os casos demonstram como as fronteiras e divisões territoriais podem ser moldadas por fatores dinâmicos e multifacetados em busca de uma maior integração e desenvolvimento regional.

Quando falamos da região do Cone sul estamos, buscar entender se existe uma regionalização geopolítica específica dessa área, incluindo os países Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Já o Mercosul (Mercado Comum do Sul) é um bloco econômico formado por cinco países da América do Sul: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela. O bloco foi criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, e aspira promover a integração econômica e comercial entre os seus membros. Ele começou a ser formado no início da década de 1990, com a assinatura de vários acordos entre Argentina, Brasil e Uruguai. O primeiro acordo importante foi o Tratado de Assunção, assinado em 1991. O Tratado de Assunção estabeleceu o Mercosul como um bloco econômico visando promover a integração econômica e comercial entre os seus membros. O Mercosul cresceu rapidamente nos anos seguintes. A Venezuela, que aderiu ao Mercosul em 2012, acabou suspensa do bloco posteriormente, em 2016 devido a uma série de divergências com os outros membros do bloco. O Mercosul teve seu início impulsionado pela aproximação diplomática entre o Brasil e a Argentina no fim do período militar. Conforme destacado pelo diplomata Celso Amorim:

O grande impulso à aproximação Brasil-Argentina foi de natureza política. Quando os dois países saíam de governos militares, governos autoritários, eles perceberam ser preciso criar uma comunidade de interesses e que essa comunidade de interesses não poderia se esgotar nos contatos políticos. Era importante que essa comunidade de interesses também se lastreasse na parte econômica. Foi por isso que, no processo de aproximação Brasil-Argentina, se deu tanta ênfase ao aspecto comercial desde o primeiro momento (AMORIM, 2017, p. 20).

Esse contexto de aproximação política entre Brasil e Argentina pode ser compreendido como uma reação à Iniciativa para as Américas proposta⁵ pelo Presidente Bush pai. Como ressaltado por Celso Amorim, foi a necessidade dessa negociação conjunta com os Estados Unidos que nos levou a evoluir da ideia de simplesmente liberalizar o comércio, para a ideia de uma política comercial comum. Por isso, levou à ideia também da tarifa externa comum, sendo uma característica do Mercosul” (AMORIM, 2017).

Dessa forma, o impulso inicial do Mercosul foi influenciado pelo desejo de estabelecer uma comunidade de interesses que não se limitasse apenas aos contatos políticos,

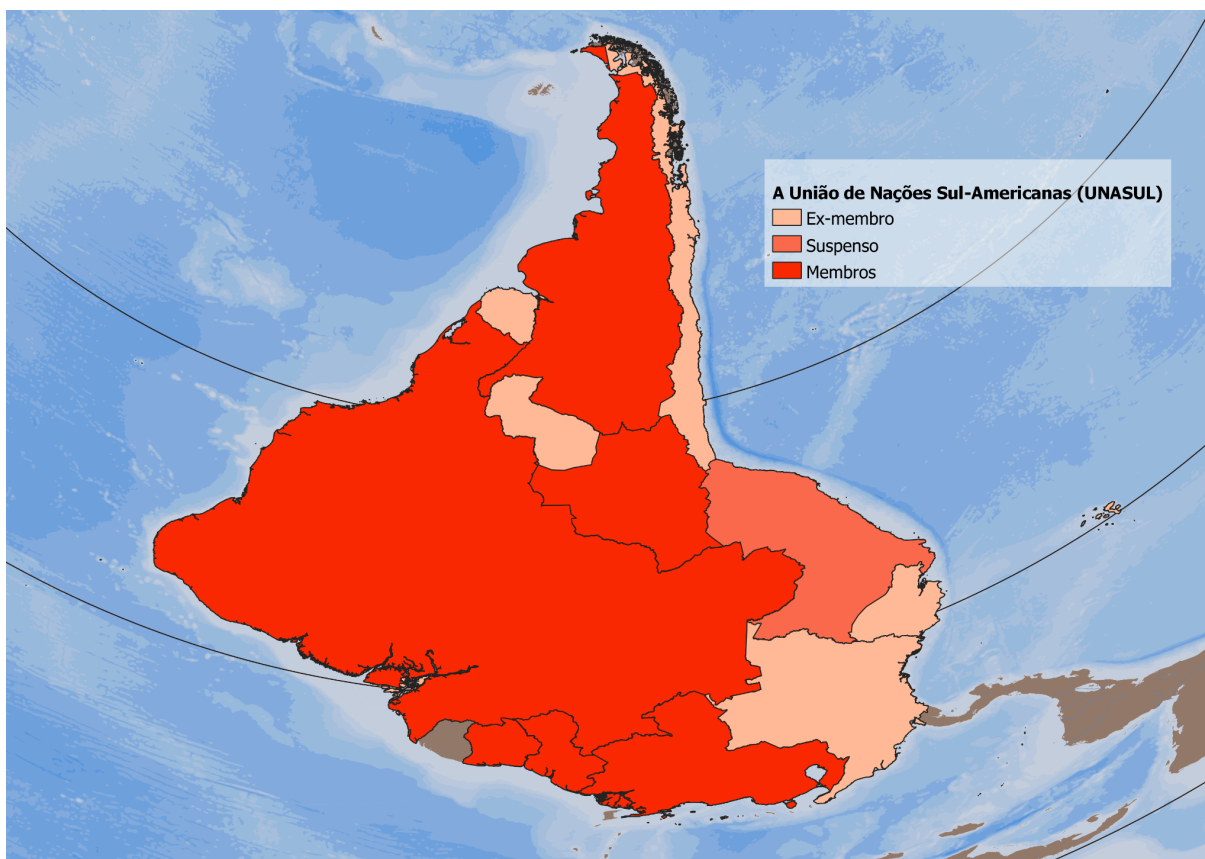
⁵ É uma iniciativa criada pelos Estados Unidos em 1990 para promover seus interesses econômicos e políticos nas Américas. O programa foi posteriormente substituído pela Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que foi proposta em 1994, mas nunca foi implementada.

mas também se estendesse à esfera econômica, como uma resposta à proposta dos Estados Unidos. Esse cenário influenciou a assinatura do Tratado de Assunção em 1991 pelos países membros do Mercosul.

O Tratado de Assunção estabeleceu as bases para a criação formal do bloco e consolidou os princípios fundamentais da integração regional. A partir desse tratado, os países membros comprometeram-se com a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, além da adoção de uma tarifa externa comum e da coordenação de políticas macroeconômicas. Assim, o Tratado de Assunção representou um marco importante na consolidação do processo de integração regional entre os países membros do Mercosul. O bloco tem sido bem-sucedido em reduzir as tarifas comerciais entre os países-membros, mas ainda enfrenta desafios, como a disparidade de desenvolvimento entre os países-membros e a falta de infraestruturas física interligando a região.

Para atingir esse objetivo, foi criada a IIRSA, Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional sul-Americana”. Trata-se de uma iniciativa de integração regional e desenvolvimento cujo objetivo é promover e melhorar a conectividade da infraestrutura dentro da América do Sul. Lançada pelos países sul-americanos em 2000, inicialmente financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e posteriormente incorporando novas linhas de financiamento (como o Banco de Desenvolvimento Latino-Americano, CAF). A partir da criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), foi estruturado o COSIPLAN, que passou a coordenar a carteira de projetos da IIRSA juntamente aos governos sul-americanos, estabelecendo quais seriam os projetos prioritários, por serem considerados estratégicos.

Mapa 2 – A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)



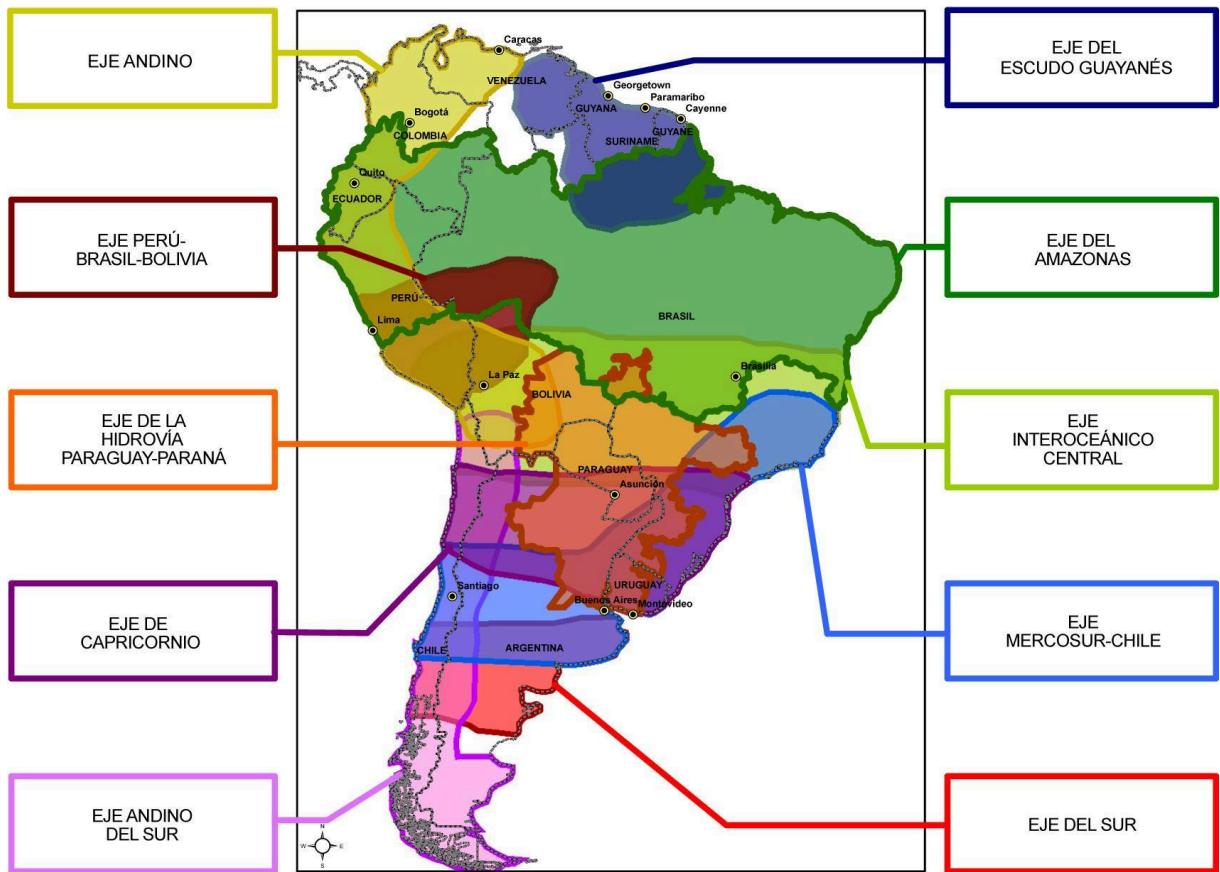
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Natural Earth (2023), Geofabrik (2023) e UNASUL (2023).

1.1 Delimitação cartográfica do problema: Desafios e Oportunidades para a América do Sul para a Infraestrutura da Integração Regional e os Corredores Bioceânicos

Os corredores bioceânicos têm sido objeto de estudos e discussões há décadas, dada a sua importância estratégica para a integração regional e o desenvolvimento econômico (PAGULA, 2010; WEXELL SEVERO, 2015; GRASSI, MORAIS SILVA & KERR OLIVEIRA, 2020).

Os corredores bioceânicos são rotas de transporte que ligam os oceanos Atlântico e Pacífico. Eles têm o potencial de melhorar o comércio entre a América Latina e a Ásia e facilitar a integração regional.

Ilustração 1 – Eixos de Integração Regional da IIRSA-Cosiplan

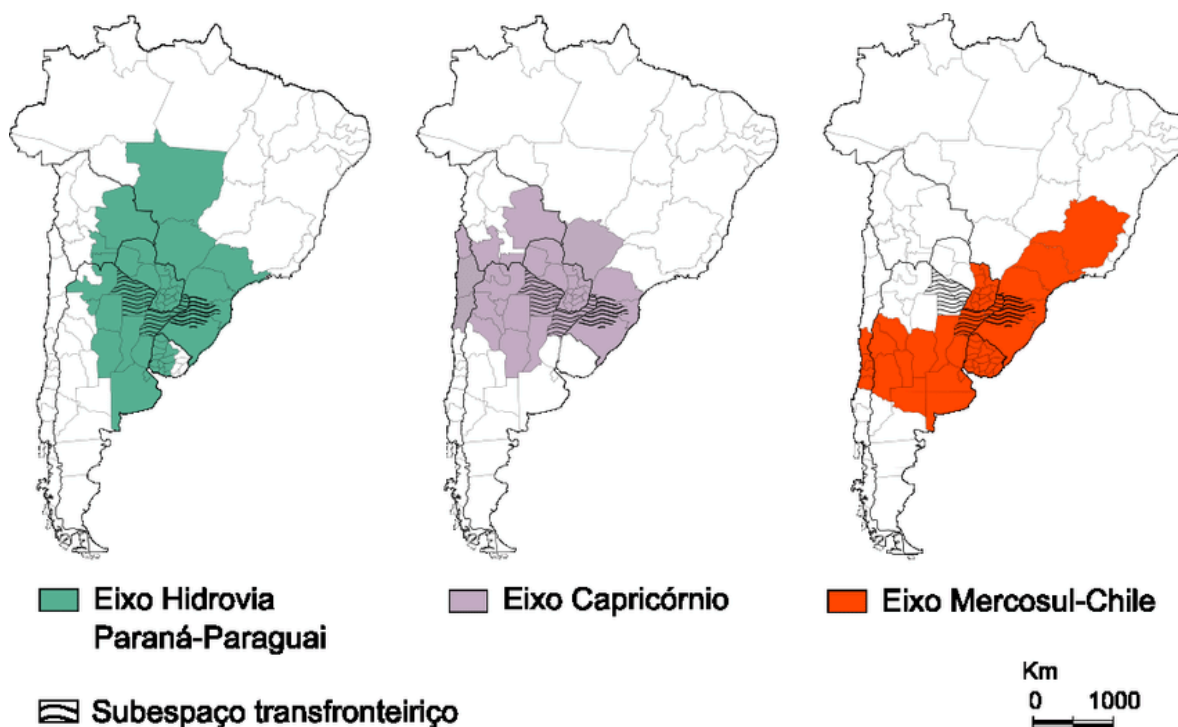


Fonte: IIRSA, Ejes de Integración

Com potencial de impulsionar a integração regional no Cone sul. Os corredores bioceânicos possuem elevado potencial para conectar os países membros do MERCOSUL e facilitar os fluxos comerciais, de serviços e pessoas entre eles. A integração regional também pode ajudar a reduzir o isolamento da região e a torná-la mais competitiva no cenário global. Com uma história de lutas e disputas geopolíticas, que remontam à época da colonização europeia. A região é rica em recursos naturais, incluindo petróleo, gás natural, minérios e florestas. Esses recursos naturais tornam o Cone sul um alvo atraente para as grandes potências mundiais. As potências mundiais estão interessadas no Cone sul por vários motivos, incluindo o acesso aos recursos naturais, o controle do comércio marítimo e a influência política na região.

Por sua vez, na ilustração 2, a seguir, podemos observar a confluência de diferentes Eixos de Integração, o Central, o Capricórnio e o Mercosul-Chile, conforme delimitação desenvolvida por Rückert & Dietz (2013).

Ilustração 2 – Áreas de Influência dos Eixos Central, Capricórnio e Mercosul



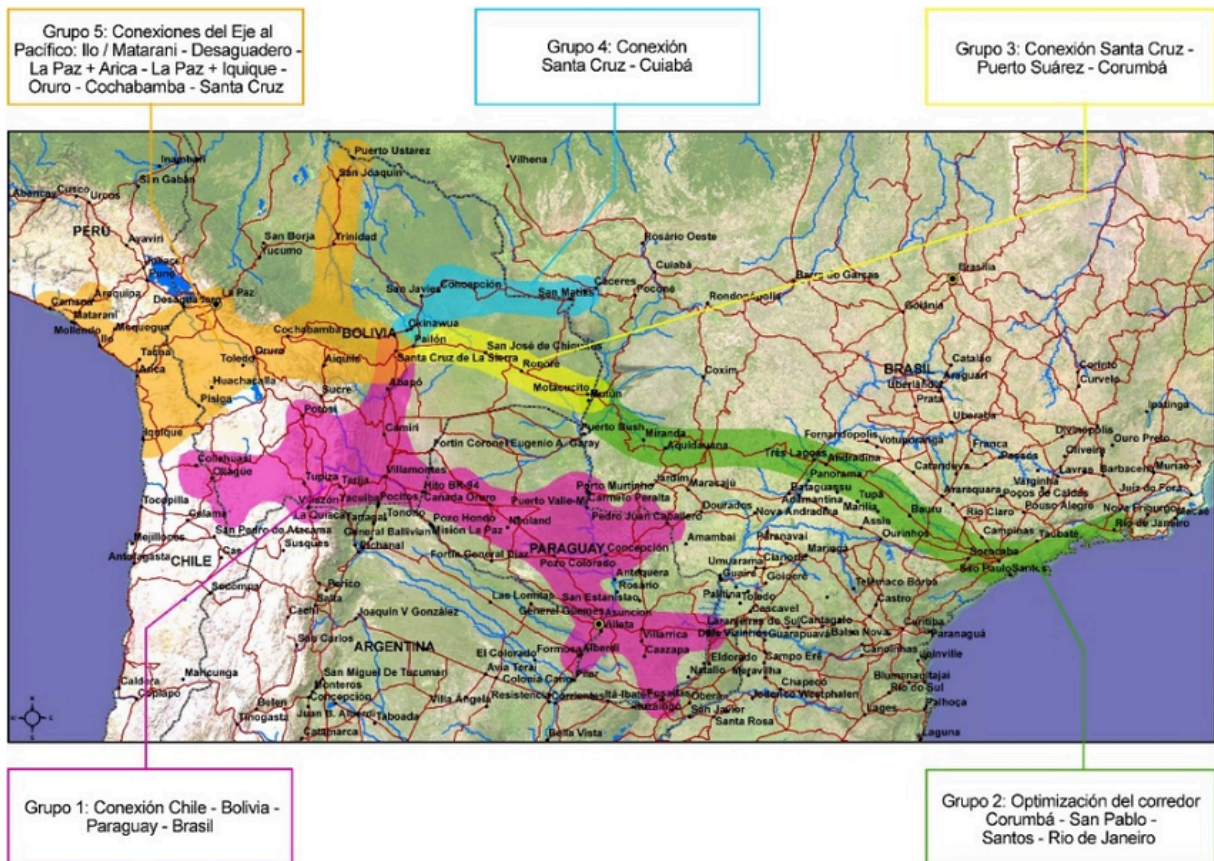
Fonte: Rückert & Dietz (2013).

De todos os projetos de infraestrutura da IIRSA, este trabalho foca na importância geopolítica dos corredores bioceânicos que atravessam o Cone Sul, o Santos-Arica-Iquique e Paranaguá-Antofagasta.

O Corredor Bioceânico Central (mapas das Ilustrações 4 e 5) é um dos corredores bioceânicos mais importantes da América Latina, ligando o porto de Santos, no Brasil, aos portos de Iquique e Arica, no Chile, e ao de Ilo, no Sul do Peru, incluindo grandes porções do Centro-Oeste Brasileiro, norte do Paraguai e Sul da Bolívia como sua área de influência. Conforme as estimativas da IIRSA, o corredor tem o potencial de reduzir o custo do transporte de mercadorias entre a América Latina e a Ásia em até 40%.

Por sua vez, o Corredor Bioceânico do Eixo de Capricórnio (mapas das Ilustrações 6, 7 e 8, a seguir) é outro geopoliticamente muito importante para o Cone sul. Ele ligará o porto de Paranaguá, no Sul do Brasil, passando pela Tríplice Fronteira (Brasil-Argentina-Paraguai), Assunção (Paraguai), Santa e Jujuy (Argentina) até o litoral do Chile, no Oceano Pacífico, chegando até os portos de Antofagasta (Capricórnio norte) e Caldera (Capricórnio Sur). Segue um resumo desses eixos e seus projetos iniciais.

Ilustração 3 – Eixo Central: Corredor Bioceânico Santos-Arica/Iquique



Fonte: IIRSA-COSIPLAN, Ejes de Integración

A ilustração apresenta o Corredor Bioceânico Central. Este corredor consiste em uma rota de transporte multimodal que estabelece a ligação entre os oceanos Pacífico e Atlântico. O mapa está subdividido em cinco conjuntos, cada um deles representando um conjunto de projetos interconectados.

Grupo 1: Conexão Chile-Bolívia-Paraguai-Brasil Ferrovias e Rodovias Bioceânicas ligam Bolívia e Chile através de Puerto Quijarro e Antofagasta. Hidrovia Paraguai-Paraná conecta Paraguai ao Brasil. O Aeroporto de Puerto Suárez está na Bolívia.

Grupo 2: Otimização do corredor Corumbá-São Paulo-Santos-Rio de Janeiro Ampliação da ferrovia Corumbá-São Paulo. Ampliação da rodovia BR-163. Modernização do porto de Santos. Ampliação do aeroporto de Guarulhos.

Grupo 3: Conexão Santa Cruz-Puerto Suárez-Corumbá Ferrovias e Rodovias Santa Cruz-Puerto Suárez ligam Santa Cruz de la Sierra à Bolívia. Hidrovia Paraguai-Paraná conecta Santa Cruz de la Sierra ao Brasil.

Grupo 4: Conexão Santa Cruz-Cuiabá Ferrovias e Rodovias Santa Cruz-Cuiabá ligam Santa Cruz de la Sierra a Cuiabá, Brasil.

Grupo 5: Conexões do Eje al Pacifico: Ilo/Matarani - Desaguadero- La Paz + Arica - La Paz +

Iquique - Oruro-Cochabamba - Santa Cruz Ferrovía e Rodovia Desaguadero-La Paz ligam Desaguadero a La Paz. Ferrovía e Rodovia Arica-La Paz ligam Arica, Chile, a La Paz. Ferrovía e Rodovia Iquique-La Paz ligam Iquique, Chile, a La Paz. Ferrovía e Rodovia Oruro-Cochabamba ligam Oruro e Cochabamba. Ferrovía e Rodovia Santa Cruz-Cochabamba ligam Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba.

Ilustração 4 – Eixo Central: principais projetos e Área de Influência



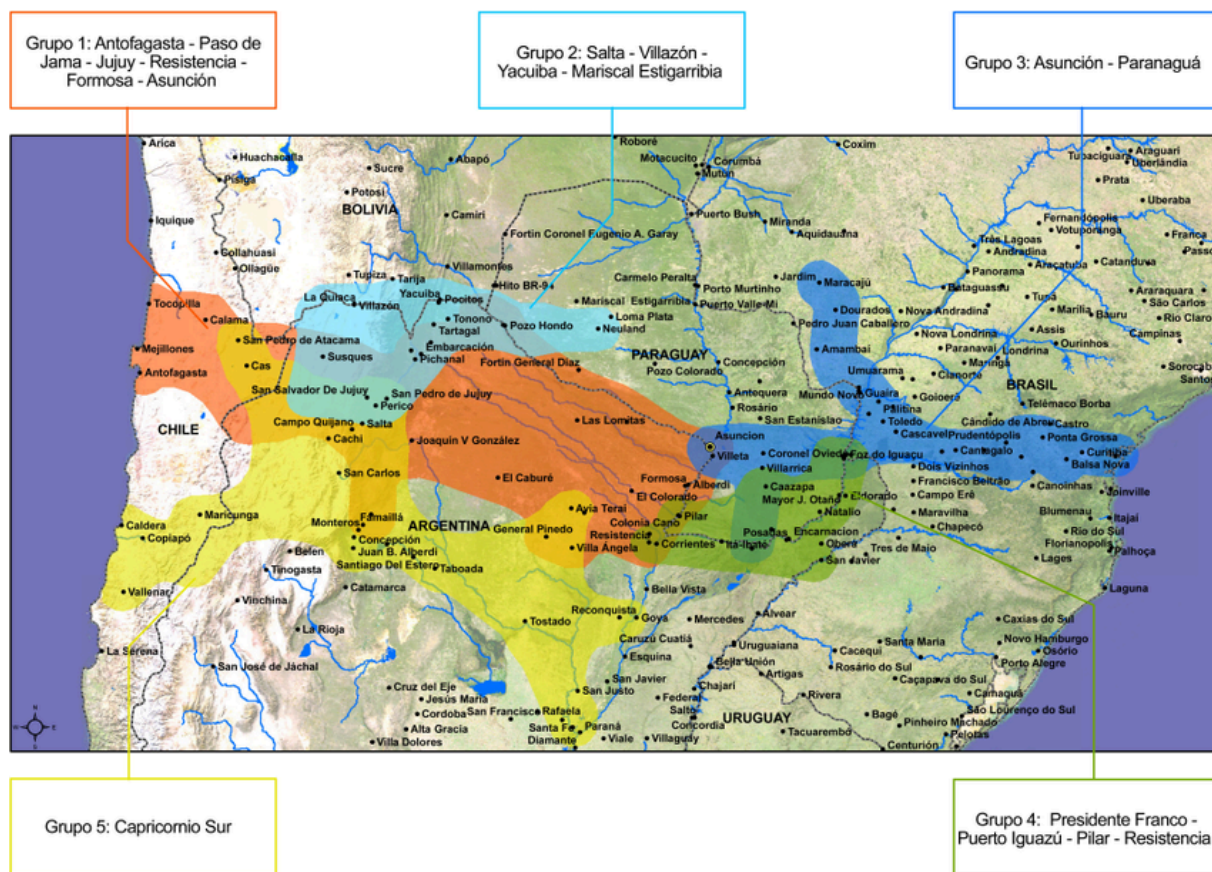
Fonte: IIRSA-COSIPLAN, Ejes de Integración

Os projetos apresentados na ilustração consistem no melhoramento da conectividade viária no Eixo Interoceânico: Este projeto visa melhorar a infraestrutura rodoviária entre o Brasil e os países da América do Sul, com foco no eixo que liga o Brasil ao Chile. Corredor ferroviário bioceânico central (trecho boliviano): Cogita construir uma ferrovia que ligue o Brasil à Bolívia e ao Chile, passando por território boliviano. Passo de fronteira Infante Rivarola - Canadá Oruro: Planeja construir um novo passo de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, localizado no estado do Mato Grosso do Sul. Já o Aeroporto distribuidor de carga e passageiros para a América do Sul (Hub Aeroporto Internacional Viru Viru - Santa Cruz): visa construir um novo aeroporto internacional em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, que se tornaria um *hub* de carga e passageiros para a América do Sul.

A área de influência do Eixo Central da IIRSA é vasta e diversa, abrangendo territórios de cinco países: Brasil, Bolívia, Paraguai, Peru e Chile. Ela inclui áreas densamente povoadas e industrializadas, como o sul do Brasil e o centro da Bolívia, bem como regiões

remotas e de baixa densidade demográfica, como o Chaco paraguaio e o Altiplano peruano. A área de influência do Eixo Central também é rica em recursos naturais, incluindo minérios, hidrocarbonetos e terras agrícolas. Ela é uma importante região produtora de soja, milho, carne bovina e minérios como ferro, cobre e lítio. A integração da infraestrutura de transporte e energia no Eixo Central tem o potencial de promover o desenvolvimento econômico e social de toda a região. Ela pode facilitar o comércio e o investimento, reduzir os custos de transporte e promover o acesso à energia elétrica. Além disso, a integração do Eixo Central pode contribuir para a preservação do meio ambiente, ao promover o uso de modos de transporte mais eficientes e menos poluentes.

Ilustração 6 – Eixo de Capricórnio: Projetos vinculados ao Corredor Bioceânico Paranaguá-Antofagasta



Fonte: IIRSA-COSIPLAN, Ejes de Integración

A ilustração mostra cinco grupos de eixos interconectadas pelo projeto de Corredor Bioceânico Paranaguá-Antofagasta.

Grupo 1: Antofagasta - Paso de Jama-Jujuy-Resistencia - Formosa - Asunción Este grupo consiste em cidades e vilas localizadas no norte do cone sul. O grupo começa em Antofagasta, no Chile, e segue para o sul até o Paso de Jama, na fronteira entre

Chile e Argentina. A partir daí, o grupo segue para o leste até Jujuy, Argentina, e depois para Resistencia e Formosa, no Paraguai. O grupo termina em Asunción, capital do Paraguai.

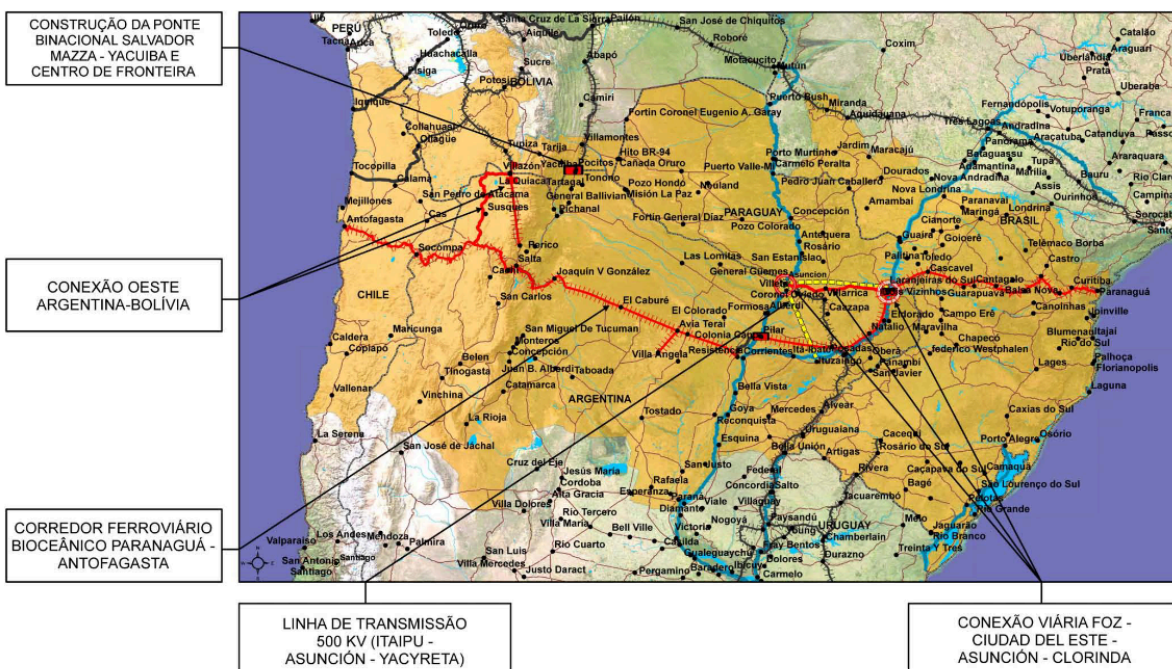
Grupo 2: Salta-Villazón - Yacuiba-Mariscal Estigarribia, sendo um eixo que começa em Salta, Argentina, e segue para o norte até Villazón, na fronteira entre Argentina e Bolívia. A partir daí, o grupo segue para o leste até Yacuiba, na Bolívia, e depois para Mariscal Estigarribia, no Paraguai.

Grupo 3: Asunción - Paranaguá começando em Asunción, capital do Paraguai, e segue para o sul até Paranaguá, no Brasil.

Grupo 4: Presidente Franco- Puerto Iguazú - Pilar - Resistencia Este grupo consiste em cidades e vilas localizadas no sul da América do Sul. O grupo começa em Presidente Franco, no Paraguai, e segue para o leste até Puerto Iguazú, na fronteira entre Paraguai e Argentina. A partir daí, o grupo segue para Pilar, na Argentina, e depois para Resistencia, na Argentina.

Grupo 5: Capricórnio Sur Este grupo consiste em uma triangulação entre Salta, Argentina e Vallenar Chile, capital da província de Huasco, na Região de Atacama e Santa fé, Argentina.

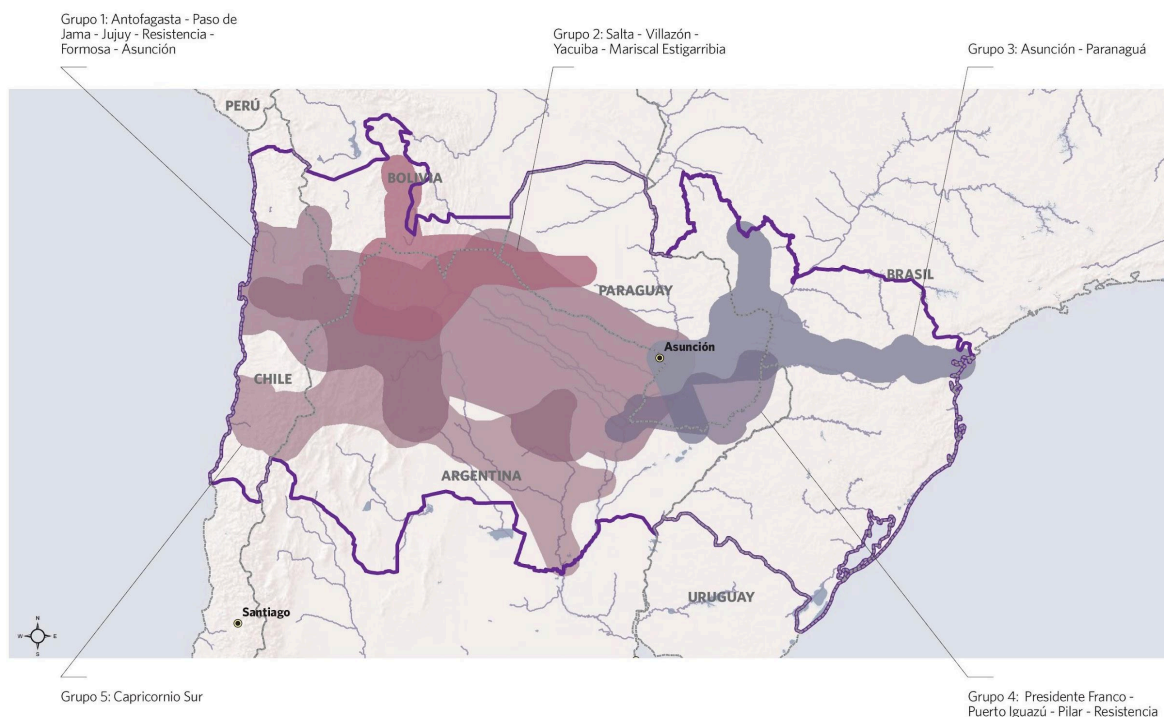
Ilustração 5 – Eixo de Capricórnio: Obras prioritárias e área de influência



Fonte: IIRSA-COSIPLAN, Ejes de Integración

A imagem acima mostra o “Eixo de Capricórnio”, um dos eixos de integração infraestrutural da América do Sul, proposto pela IIRSA. O eixo se estende por aproximadamente 3.000 quilômetros, conectando principalmente as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil) a Antofagasta (Chile), incluindo como área de influência a Argentina, Paraguai e Bolívia. As áreas de prioridade são aquelas onde se previa a realização de obras de infraestrutura prioritárias, como a construção de uma ponte entre Mazza e Yacuiba (Argentina), a conexão ferroviária entre Paranaguá (Brasil) e Antofagasta (Chile) e a linha de transmissão de energia entre Itaipu (Brasil), Asunción (Paraguai) e Yacyreta (Argentina) que teria relevância considerável no âmbito da segurança energética para região.

Ilustração 8 – Eixo de Capricórnio: blocos de projetos e área de influência



Fonte: IIRSA-COSIPLAN, Ejes de Integración

O eixo é composto por quatro áreas distintas: A Região Litoral Atlântico, que engloba os Estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, desempenha um papel fundamental nesse contexto. A Região Nordeste é composta pela região Nordeste da Argentina (Províncias de Misiones, Corrientes, Formosa, Chaco e o norte de Santa Fé), juntamente com a região Leste do Paraguai. A Região Noroeste abrange o Noroeste da Argentina (Santiago del Estero, Tucumán, La Rioja, Catamarca, Salta e Jujuy), a região Oeste do Paraguai e o Sul da Bolívia (Tarija). A Região Litoral Pacífico se estende pelo Norte do

Chile, com as Regiões Primeira, Segunda e Terceira, Tarapacá, Antofagasta e Atacama, respectivamente. Em cada uma dessas áreas, há cidades e centros urbanos de relevância estratégica que atuam como pontos de conexão e conexão do eixo leste-oeste. Algumas dessas cidades incluem Paranaguá, Ponta Grossa, Curitiba, Florianópolis, Joinville, Chapecó, Porto Alegre, Caxias do Sul, Passo Fundo, Erechim, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, São Borja, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, Puerto Iguazú, Encarnación, Apóstoles, Posadas, Assunção, Corrientes, Resistencia, Reconquista, Formosa, Santiago del Estero, Tucumán, Salta, Jujuy, Catamarca, La Rioja, Copiapó, Antofagasta e Iquique. Essas cidades desempenham um papel crucial na interligação e coordenação deste eixo de desenvolvimento. (IIRSA, 2007)

Muitos dos projetos iniciais propostos pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) não foram concluídos, devido a diversos obstáculos, notadamente a escassez de recursos, a falta de consenso político e preocupações ambientais. A IIRSA, como um organismo intergovernamental, depende dos recursos fornecidos pelos países membros, sendo que em algumas situações, tais recursos se revelaram insuficientes para a conclusão dos projetos. Além disso, a aprovação dos projetos requer o consenso político entre os países envolvidos, o que ocasionalmente foi dificultado por divergências políticas. A questão ambiental também desempenhou um papel significativo, com projetos impactantes ambientalmente enfrentando resistência de grupos ambientalistas, em alguns casos, resultando na suspensão ou cancelamento dos mesmos. Além disso, a IIRSA adaptou seus modelos de regionalização ao longo do tempo em resposta às mudanças nas condições políticas e econômicas da região, como evidenciado pelo lançamento do Plano Estratégico 2013-2022. Alguns exemplos de projetos não concluídos incluem o Corredor Bioceânico Central, o Corredor Bioceânico do Eixo de Capricórnio e a Linha de Transmissão de Energia entre Itaipu, Asunción e Yacyreta.

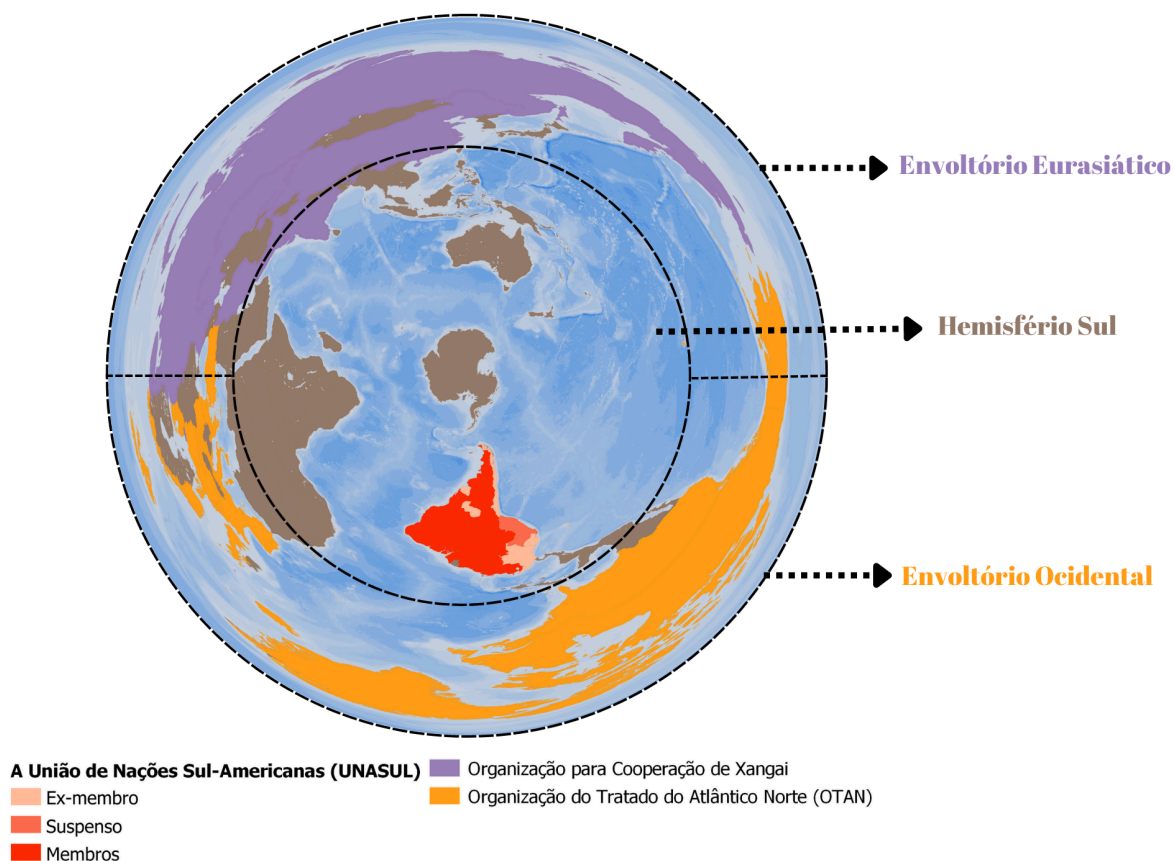
O Plano Estratégico 2013-2022 da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional sul-Americana (IIRSA) estabelece quatro objetivos fundamentais com o propósito de fomentar o desenvolvimento econômico e social da América do Sul mediante a integração infraestrutural, reduzir os custos de transporte e comunicação na região, elevar a competitividade sul-americana no âmbito internacional e garantir a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Adicionalmente, o plano delineia 15 metas específicas que devem ser atingidas até 2022, incluindo a construção de 10.000 quilômetros de novas rodovias, 5.000 quilômetros de ferrovias e 10.000 quilômetros de hidrovias, bem como a conexão de todas as capitais dos países membros da IIRSA por meio de infraestrutura de transporte multimodal e a redução em até 40% do custo de transporte de mercadorias entre a América do Sul e a Ásia. Este plano desempenha um papel significativo no contexto da integração regional na América do Sul, ao priorizar a expansão da infraestrutura de transporte

e comunicação como catalisadores do desenvolvimento econômico e social na região.

A busca pela integração da infraestrutura regional sul-Americana, como delineada no Plano Estratégico 2013-2022 da IIRSA, é um tema de relevância não apenas no âmbito regional, mas também no contexto do Hemisfério sul e da geopolítica mundial. A necessidade de melhorar a infraestrutura de transporte e comunicação na América do Sul não apenas visa ao desenvolvimento econômico e social da região, mas também à sua competitividade no cenário internacional. O transporte mais barato e as conexões multimodais podem auxiliar o comércio entre a América do Sul e outras partes do mundo, especialmente a Ásia.

Dessa forma, a integração da infraestrutura regional sul-Americana não apenas influencia o progresso da América do Sul, mas também tem consequências no contexto mais amplo da geopolítica mundial, afetando o comércio global, as relações entre países e, hipoteticamente, pode causar mudanças no equilíbrio de poder do Hemisfério sul, redesenhando o fluxo de capital da região e a possibilidade dela sofrer um realinhamento geopolítico, baseado não só na vontade de autonomia, mas baseado também em novas relações de produção ao nível regional e internacional. Portanto, a análise e o acompanhamento dessa iniciativa são de interesse não apenas regional, mas também global.

Mapa 3 – Divisão do mundo em três campos geopolíticos



Quando enquadrarmos essa temática no cenário geopolítico mundial, podemos regionalizar o mundo em três campos⁶ geopolíticos principais: o envoltório Eurasiático, o envoltório ocidental e o hemisfério sul e os três campos estão em constante interação entre si. O envoltório euroasiático é o maior campo geopolítico do mundo em área terrestre, composto por alguns dos países mais poderosos militarmente do mundo. O campo inclui a China, Rússia, Paquistão, Índia e Irã, por exemplo. Já o envoltório ocidental é o campo geopolítico mais rico. O campo tem como caso os Estados Unidos, o Canadá, a Europa Ocidental e a Turquia. Já o hemisfério sul é composto por alguns dos países mais pobres do mundo. O campo inclui os países da América do Sul, Oceania e da África.

Como mostrado no mapa, a Organização para a Cooperação de Xangai (OCS) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), apesar de não serem entidades totalmente diferentes umas das outras, são exemplos de organizações regionais que desempenham um papel importante na geopolítica. Ambas as organizações foram criadas para promover a segurança e a estabilidade regional, e ambas têm um impacto significativo na política internacional e no desenho geopolítico mundial. E demonstram como o ambiente internacional caminha para formação de grandes blocos regionais, com dinâmicas contraditórias um com o outro.

Finalizando a introdução ao tema, essa dissertação buscou debater o processo de regionalização estratégica recente na América do Sul em relação à dinâmica da geopolítica mundial, avaliando o papel político e estratégico da infraestrutura para a integração regional, especificamente, o papel dos corredores bioceânicos nesse cenário, assim buscando enquadrar estes corredores em diferentes níveis de análise, do global à regionalidade⁷ local.

A partir deste objetivo geral, os objetivos específicos são: (I) Avaliar o processo político de regionalização estratégica na América do Sul; (II) Identificar os desafios e oportunidades da integração regional na América do Sul; (III) Avaliar o papel geopolítico dos corredores bioceânicos na promoção da integração regional e segurança regional. Para isso, foram realizados os seguintes procedimentos específicos, complementares e subsequentes: (I) Construção de uma cartografia geopolítica sobre os corredores bioceânicos; (II) Análise das

⁶ O modelo de regionalização geopolítica mencionado, que divide o mundo em três campos principais (envoltório Eurasiático, envoltório ocidental e hemisfério sul), é uma abordagem reflexiva. Esse modelo não é desenvolvido com base em um único modelo teórico específico, mas sim é uma simplificação da complexidade das dinâmicas geopolíticas globais. No entanto, é importante observar que a divisão em campos geopolíticos pode variar conforme a perspectiva e o contexto em que está sendo aplicada. Não existe um modelo único e universalmente aceito para essa regionalização, e diferentes analistas podem adotar abordagens ligeiramente diferentes com base em suas interpretações e objetivos de análise.

⁷ Regionalização e regionalidade são conceitos relacionados, mas não idênticos. Regionalização é o processo de divisão de um espaço em regiões, enquanto regionalidade é a percepção de um espaço como uma região.

relações entre a estrutura dos corredores bioceânicos e a dinâmica geopolítica da região; (III) Análise da bibliografia e conceitos do Marxismo, e debate sobre a viabilidade de seu uso relacionado a conceitos da geopolítica para analisar dos corredores bioceânicos.

Por fim, quanto à estrutura desta dissertação, no primeiro capítulo exploraremos como a abordagem socioespacial propõe que a dinâmica da formação e desenvolvimento das sociedades se dá através da interação social entre os diferentes grupos e a sua relação de poder com o espaço. Essa abordagem considera os fatores culturais, políticos, econômicos e sociais que influenciam o progresso de uma região e como esses fatores se relacionam para formar as relações sociais e as formas de organização espacial. Além disso, ela oferece uma visão abrangente sobre como o conjunto de formações socioespaciais da região se relacionam com o todo global através de suas relações de produção, o que é fundamental para compreender a dinâmica geopolítica regional.

A realidade é material e entendida nesse estudo como algo em constante mudança. As forças sociais como algo contraditórias e em conflito, e é a luta entre essas forças que impulsiona o desenvolvimento da história. (Marx, 2022). O conceito de contradição (MAO, 1979) é central para essa dissertação. Sendo a luta de classes (Marx, K. Engels, F. 2015) uma das principais contradições que impulsionam a história. O materialismo histórico-dialético é uma abordagem crítica da realidade, que não aceita as ideias de “ordem natural” ou “destino”. Afirma que a realidade é também moldada pelas ações humanas e que é possível mudar a realidade através do conflito entre forças humanas, com foco na luta entre dominantes e dominados.

O materialismo histórico-dialético (ENGELS, F. 2020) é composto nessa dissertação como elemento indispensável para estudar as relações materiais e o discurso geopolítico envolto no regionalismo sul-americano. Tentando diferenciar os discursos ideológicos da realidade geográfica, constituída nos territórios enquanto formações socioespaciais.

Um dos principais objetivos do regionalismo sul-americano é a integração econômica. A integração econômica é necessária para promover o desenvolvimento econômico e para reduzir a dependência dos países sul-americanos das economias do Norte global. O materialismo histórico-dialético pode ser usado para tentar compreender as forças sociais em jogo no processo de integração econômica. Essas forças incluem os interesses da classe trabalhadora, dos empresários, e dos governos.

A dimensão material, o processo histórico, a questão de classe social e o conceito de Poder são elementos fundamentais para compreender o contexto internacional. É necessário considerar a dimensão histórica para entender a dinâmica das relações internacionais, bem

como ter consciência das questões de classe social como algo determinantes na política nacional e mundial. Além disso, o conceito de conflito deve ser analisado com cuidado, pois as suas formas extremas, como a revolução e a guerra, enquanto fenômenos sociais, existe como um desafio para compreensão objetiva desses eventos. Por fim, pode-se dizer que para compreender as Relações Internacionais é preciso considerar tanto a dimensão material quanto o processo histórico, bem como a questão de classe social e o conceito de conflito e poder.

Porque a dimensão contemporânea, como essa dissertação tenta refletir, é marcada ainda pelo imperialismo (LÊNIN, V. I. 2021), enquanto uma fase avançada do capitalismo que se caracteriza pela busca das potências capitalistas por mercados externos, recursos naturais e áreas de investimento em todo o mundo. Essa busca por recursos e mercados leva a uma competição entre as potências capitalistas, que desenham a territorialidades⁸ da região e podem levar a conflitos e guerras.

No contexto do Cone sul, o imperialismo desempenha um papel intensivo na história da região. Os países do Cone sul foram colonizados⁹ por potências europeias, que exploraram os recursos naturais da região e escravizaram a população local. Após a independência, os países do Cone sul continuaram a ser alvo da exploração imperialista das potências europeias e dos Estados Unidos. Assim como, o imperialismo também desempenha um papel importante na integração regional do Cone sul hoje em dia. Essa dissertação tem como hipótese que os países do Cone sul tem a integração regional como uma forma de se proteger da exploração imperialista e de promover o desenvolvimento econômico. Fortalecendo suas economias nacionais e soberania. Alçando novos passos para a autodeterminação de seus povos.

No segundo capítulo, contextualizamos a regionalização estratégica como um conceito referido à divisão e organização das regiões do mundo com base em considerações estratégicas e geopolíticas. É uma abordagem que reconhece que diferentes partes do mundo possuem características distintas, interesses específicos e dinâmicas geopolíticas únicas. No contexto da América do Sul, a regionalização estratégica pode ser entendida como um processo de integração regional que visa promover o desenvolvimento econômico, social e político dos países membros, reduzindo sua dependência e vulnerabilidade externa e aumentando sua autonomia estratégica e projeção de poder no sistema internacional. Um dos principais desafios da regionalização estratégica na América do Sul é desenvolver corredores bioceânicos. Esses corredores são essenciais para promover a conectividade e cooperação

⁸ São ações voltadas para o exercício de controle sobre um território, podendo ser realizadas por indivíduos, grupos e instituições.

⁹Pode ser entendido como o estabelecimento de um povoamento permanente em um território que não é de origem do povo colonizador. Este processo envolve geralmente a subjugação dos povos nativos e a apropriação de seus recursos naturais.

entre os países membros, facilitando o comércio, a circulação de pessoas e bens, e a cooperação em áreas como segurança, meio ambiente e cultura. Outro desafio da regionalização estratégica na América do Sul é o combate às assimetrias de poder. Os países membros da região apresentam diferentes níveis de desenvolvimento¹⁰ econômico, social e político. Isso pode ser uma abertura para conflitos e disputas, dificultando a integração regional. Apesar dos desafios, a regionalização estratégica é uma importante estratégia para o desenvolvimento soberano da América do Sul. Busca-se refletir como a integração regional pode ajudar a reduzir a pobreza, a desigualdade e a vulnerabilidade externa.

No terceiro e último capítulo, exploraremos a geopolítica clássica enquanto entre meio para uma reflexão sobre a condição estratégica dos corredores bioceânicos. Colocando o Norte Global enquanto uma região do mundo que inclui os países desenvolvidos do hemisfério norte, como a Europa, os Estados Unidos e aliados. E como essa região têm uma influência significativa na geopolítica mundial, e seus modelos geopolíticos influenciam o curso da história. Buscando entender se no Sul Global¹¹, enquanto uma região do mundo que inclui os países emergentes, incluindo a África, a América Latina e a Ásia, constituirá seus próprios modelos geopolíticos, mesmo que influenciados pela geopolítica clássica. Finalizando com um subcapítulo sobre o Corredor Bioceânico e os Desafios e Oportunidades para a Integração Regional e o Desenvolvimento Econômico, buscando explorar reflexões sobre o desenvolvimento econômico e a base material do corredor e da região.

Temos como objetivo analisar os corredores bioceânicos como ferramentas de integração regional no Cone sul. Revisar a literatura sobre corredores bioceânicos, integração regional, geopolítica e desenvolvimento econômico. Sendo os objetivos específicos; analisar os corredores bioceânicos em andamento no Cone sul, incluindo o Corredor Bioceânico Santos-Antofagasta e visa refletir sobre as contradições que os corredores bioceânicos enfrentam no Cone sul.

Incluindo a análise de documentos oficiais, como tratados, pode fornecer informações valiosas sobre a história e o desenvolvimento dos corredores bioceânicos no Cone sul e o regionalismo sul-americano. Esses documentos podem ajudar a identificar os principais objetivos dos corredores bioceânicos, os desafios que eles enfrentam e as medidas que estão sendo tomadas para superá-los.

Para isso, foi desenvolvida uma produção cartográfica própria, que pode ser uma

¹⁰Estrutura e dinâmica das relações entre distintas formações sociais em escala mundial

¹¹O Sul Global é um termo usado para se referir aos países em desenvolvimento do hemisfério sul, na perspectiva política e cultural. Colocado como um conceito em oposição ao "norte global" associado as antigas potências europeias e aos Estados Unidos, também conhecido como países ocidentais. Apesar do Cone sul estar no hemisfério ocidental geográfico e parte da Ásia, como Rússia e China, estarem no hemisfério norte geográfico, são exemplos de que essa subdivisão do mundo, segue Preceitos sociopolíticos e não da geográfica física como critério de regionalização.

ferramenta útil para visualizar os corredores bioceânicos e suas relações com o seu entorno físico e social. Os mapas criados para essa dissertação podem ajudar a identificar as principais rotas de transporte, os recursos naturais, entre outros. Eles também podem ser usados para comunicar informações sobre os corredores bioceânicos para um público mais amplo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: GEOPOLÍTICA E IMPERIALISMO

Explorar e estudar a regionalização estratégica do Cone sul em vista à reprodução política internacional é um desafio importante. É necessário considerar a gravidade da categoria de imperialismo enquanto situação e marcador temporal do sistema internacional e a sua organização.

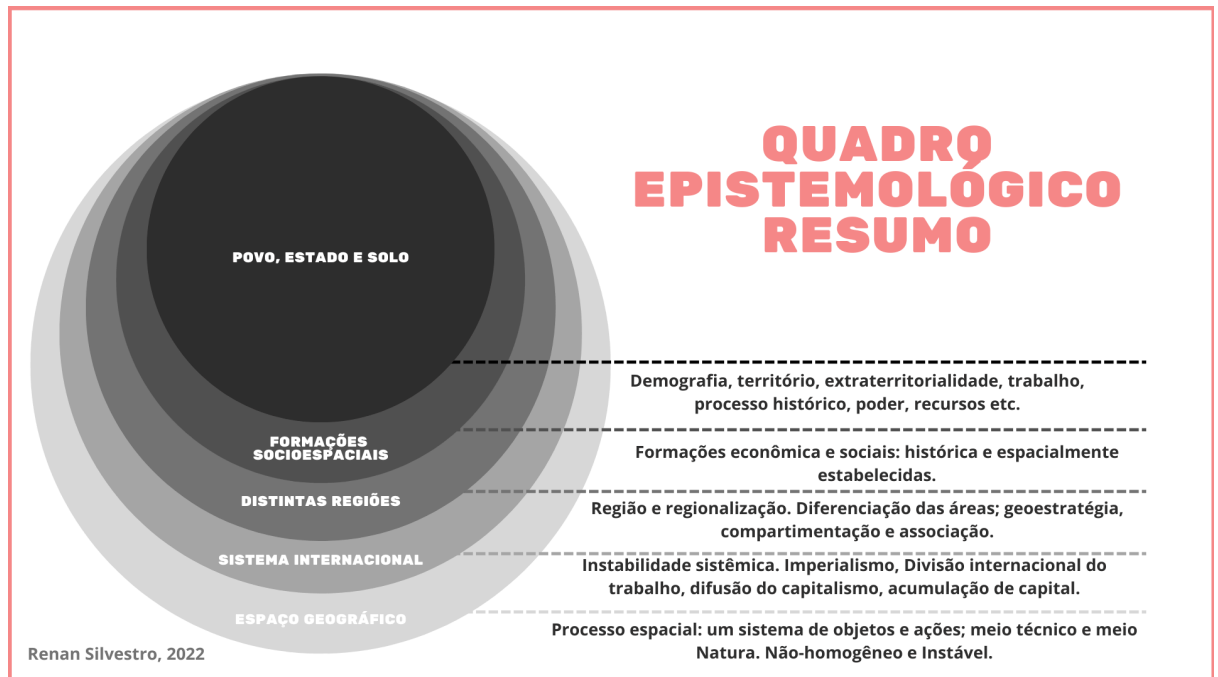
A posição e o entorno geográfico da região e a sua condição geoestratégica também são relevantes, assim como a composição das formações socioespaciais locais e os processos de integração física e luta política. Busca-se contrastar a hipótese de que o Cone sul contemporâneo está altamente atrelado às disputas geopolíticas do imperialismo e sua condição bioceânica representa uma condição importante para geoestratégia e segurança coletiva¹² regional. Além disso, é necessário compreender a formação histórica e a evolução da região em sua totalidade, considerando sua formação econômica, política e social, para entender como ela se tornou o que é hoje. Estudar as relações regionais e internacionais também é fundamental para compreender como a regionalização estratégica e estabelecer padrões de desenvolvimento para o Cone sul.

Assim, se faz importante explorar as mudanças que ocorreram na região do Cone sul desde o final do século XIX, quando ela foi formada e consolidada como parte do imperialismo europeu. É necessário analisar as disputas geopolíticas e econômicas que ocorreram durante o século XX, bem como essas mudanças políticas afetaram o desenvolvimento econômico, a estabilidade política e a integração regional e as relações entre as potências regionais e o imperialismo internacional. Além disso, deve-se considerar os mecanismos de integração regional, como acordos de livre-comércio e de cooperação, e como esses acordos afetam a regionalização estratégica. Por fim, é importante investigar os interesses estratégicos na região, incluindo a segurança nacional e a estabilidade política, bem como as repercussões da regionalização estratégica na reprodução política internacional. Esta é uma questão importante, pois a região do Cone sul tem interesses regionais e internacionais que afetam como as potências regionais se relacionam com as hegemonias¹³ globais.

¹² O conceito de segurança coletiva é baseado na ideia de que a segurança de um Estado não pode ser alcançada isoladamente, mas requer a cooperação de outros Estados. Isso é particularmente importante no mundo globalizado de hoje, onde as ameaças à segurança podem ser transnacionais

¹³ Em um contexto marxista, a hegemonia se refere à capacidade de uma classe ou nação dominante estabelecer e manter liderança política, econômica e cultural sobre outras classes ou nações. O italiano Antonio Gramsci explorou a ideia de hegemonia em sua obra "Cadernos do Cárcere" e argumentou que a dominação de uma classe sobre outra não se dá apenas por meio da coerção e repressão, mas também pela construção de consenso e influência cultural.

Ilustração 6 – Quadro epistemológico da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sendo objetivo não somente fazer um estudo e pesquisa sobre a conformação dessa realidade Geopolítica, como também um estudo sobre a própria Geopolítica e sua capacidade como método para entendimento dos processos políticos em escala internacional. Porém, como o fenômeno estudado é um evento que está ocorrendo e parte de um escala histórica contemporânea e recente. Será confrontado segundo sua continuidade histórica seguindo a tese marxista de Materialismo Histórico-dialético, segundo qual o modo de produção perfaz a vida material e engendra os processos sociais e políticos. Método que buscar a compreensão de fenômenos contextualizados com sua história de lutas, ou seja, suas evoluções políticas e econômicas (MARX; ENGELS, 2015).

Seguindo esse preceito, usando o conceito de formação socioespacial (SANTOS, 1977) e não um recorte territorial, estabelecendo subjetivamente um marco temporal, mas sim aceitando a evolução histórica das formações socioespaciais das sociedades regionais do Cone sul. Porque o fenômeno estudado é de um alcance espacial para muito além do território das repúblicas locais e síntese de uma contradição histórica que qualquer recorte abstrato de tempo não seria suficiente para um entendimento minimamente conciso do fenômeno geopolítico. Muito menos capaz de formalizar as contradições com significância para segurança coletiva da região.

A abordagem socioespacial propõe que a dinâmica da formação e desenvolvimento das sociedades se dá através da interação social entre os diferentes grupos e a sua relação com o espaço. Por essa abordagem, consideram-se os fatores culturais, políticos, econômicos e sociais que influenciam o desenvolvimento de uma região e como esses fatores se relacionam entre si para formar as relações sociais e as formas de organização espacial. O Cone sul é uma região com uma história complexa diretamente ligada às transformações históricas, sociais e econômicas que ocorreram durante a colonização europeia. A abordagem socioespacial pode fornecer um entendimento profundo da região, por considerar o contexto histórico e abordar as mudanças que ocorreram em relação às relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Além disso, ela oferece uma visão sobre como as regiões se relacionam com o todo, o que é fundamental para compreender a dinâmica socioespacial regional.

O caminho epistemológico percorrido nesse estudo exploratório, se desenvolve primordialmente a partir de grandes concepções, constituídas pela tradição do pensamento marxista e geopolítico clássico. A aparente contradição desse paralelismo não é ilusória e se faz percebida por todo caminho percorrido por essa pesquisa. O ecletismo é proposital e limitado, já que a bússola epistêmico-teórica é o materialismo dialético e se tem as narrativas bibliográficas da geopolítica clássica em ângulo crítico. Porém, se entende que a geopolítica e o materialismo histórico possuem diversos pontos de diálogo possível, começando pela análise da realidade a partir de sua base material, até a possibilidade de transformação da realidade pela ação humana. Ademais, a geopolítica contemporânea, enquanto campo de estudo e práxis políticas no seio da reprodução da vida política do povo, se perfaz enquanto um campo aberto e em disputa.

Porém, se visa compreender a correlação desses campos na construção estratégica da luta política ao nível internacional, confrontando suas contradições frente a busca da construção de uma regionalização estratégica da região que se munície do amplo debate sobre configuração e reprodução da luta política em escala planetária.

A partir desta perspectiva, o estudo foi construído a partir de leituras interdisciplinares, onde as narrativas bibliográficas e o debate entre os autores são confrontados, propondo-se visualizar a possibilidade de construção de uma estratégia de regionalização geopolítica baseada na contraposição do imperialismo e enaltecendo a necessidade de autodeterminação do povos locais. Nesse sentido, a análise geopolítica se fez presente como um elemento-chave para a construção de um quadro de compreensão da correlação entre os diferentes atores internacionais na região, no que diz respeito aos interesses, jogos de poder e estratégias políticas que movem a região.

Podemos empreender muito sobre a luta de classe e a divisão internacional do trabalho

e sua contextualização espaço-geográfica na região do Cone sul, explorando e confrontando esses campos epistêmicos. Porém, só cognição e informação, sem o reconhecimento de suas limitações, é empreender em um estudo natimorto. Então se reconhece aqui as limitações envolvida nesse estudo enquanto sua natureza teórica e pouco prática, que também por sorte abriremos mais portas do que fecharemos nessa temática. Não se visa responder de imediato a nenhuma pergunta feita, mas se empenhar na construção de um caminho exploratório. Se tem como fundamento aqui que qualquer práxis que vise o enfrentamento de uma grande contradição necessita também de uma profunda e sistemática teoria, como também a reavaliação das teorias existentes.

A partir dessa premissa, podemos nos aprofundar na análise das estruturas de exploração econômica, as quais são responsáveis por transformar a região em um espaço de desigualdade social e de exclusão. Estas estruturas são construídas a partir de relações de poder, para garantir a manutenção de privilégios de alguns grupos e a submissão de outros. É necessário, portanto, analisar como essas estruturas são construídas a partir das relações entre os Estados, empresas, instituições e outros agentes econômicos da região.

As estruturas de exploração econômica são construídas a partir de relações de poder.. Os Estados têm um papel fundamental na construção dessas estruturas. Eles fornecem incentivos fiscais e outras formas de apoio às empresas que exploram os recursos naturais da região. As empresas, por sua vez, acumulam grandes lucros com a exploração desses recursos. Grande parte desses lucros não são reinvestidos na região.

Por exemplo, Marini (1973) argumenta que as estruturas de exploração econômica da América Latina são baseadas na dependência externa. Os países da região são dependentes das importações de capital e tecnologia dos países desenvolvidos. Isso impede que eles desenvolvam suas próprias capacidades produtivas e os torna vulneráveis às flutuações da economia global. As instituições financeiras também desempenham um papel importante na construção das estruturas de exploração econômica. Elas fornecem empréstimos às empresas que exploram os recursos naturais da região. Esses empréstimos são efetuados com juros altos, dificultando a quitação das dívidas e tornando as empresas dependentes dos recursos financeiros externos. A violência também é um fator que contribui para a construção das estruturas de exploração econômica. A violência é usada para reprimir os movimentos sociais que lutam por melhores condições de vida e também é usada para expulsar os povos indígenas de suas terras, para que essas terras possam ser exploradas pelos interesses econômicos.

As estruturas de exploração econômica são um dos principais responsáveis pelas profundas desigualdades sociais e econômicas da região da América Latina. A violência

também é um fator que contribui para a construção dessas estruturas.

A partir destas considerações, Marini (1973) conclui que as estruturas de exploração econômica da América Latina só poderiam ser superadas mediante uma revolução social e considera que as relações de trabalho possuem um papel central na manutenção destas estruturas de exploração.

Entretanto, é importante destacar que no nível internacional de análise a divisão internacional do trabalho instituiu o aumento das desigualdades e manutenção dos padrões de exploração econômica e social do Centro sobre a Periferia. Portanto, importa analisar transformações advindas de mudanças nos processos de dominação, exploração e resistência, que marcam as relações entre os países capitalistas de Centro e os países da Periferia Global. Neste nível de análise, a acumulação de capacidades e forças de resistência na periferia, por exemplo, pela formação de um bloco regional, representa uma nova modalidade de desafio para a capacidade de exploração por parte das potências hegemônicas.

No nível regional, importa destacar, também, a necessidade de contextualização espacial dessas estruturas de dominação, exploração e resistência, analisando como elas se relacionam com a infraestrutura, a localização e a organização geográfica das cidades e regiões. Especialmente, importa verificar, em que medida, determinadas formas de infraestrutura, como a infraestrutura de integração regional, podem alterar a capacidade de resistência de um bloco de países frente à hegemonia e imperialismo dos países centrais do capitalismo mundial. Sobre este tema, Kerr-Oliveira & Schneider Marques, explicam que:

Nesse sentido, a integração regional é uma solução estratégica para blocos de países como os da América do Sul, que buscam mais autonomia e soberania no Sistema Internacional, que precisam ampliar a geração de emprego e de renda e a capacidade média de consumo da população, garantindo a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social e o fortalecimento da democracia e da cidadania.

Para a América do Sul, bem como para outras regiões periféricas do Sistema Internacional, a integração regional é a única forma de garantir simultaneamente um maior grau de desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial, com a ampliação da infraestrutura logística, com o fortalecimento das instituições políticas e a redução das fragilidades e desigualdades sociais. Ou seja, a integração regional pode viabilizar o aumento da soberania, da democracia e da cidadania para esses países. (KERR-OLIVEIRA & SCHNEIDER MARQUES, 2015, p. 114-115).

Ademais, retomando a questão da divisão internacional do trabalho, é interessante destacar que esta influencia e interage com as dinâmicas de desenvolvimento e desigualdades existentes na região e como o espaço geográfico é usado para perpetuar essas estruturas de exploração. A luta de classe, então, torna-se um campo para o enfrentamento às estruturas de

exploração no nível local: ela é responsável por reunir as bases sociais e oferecer mecanismos de resistência às estruturas de exploração.

Desta maneira, é plenamente factível compreender a interconexão entre a divisão internacional do trabalho e as estruturas de exploração, assim como a contribuição dos dois níveis de análise — a luta de classes e as mudanças na geopolítica regional — para a transformação da nossa região. Nesse contexto, torna-se imperativo exercer um discernimento criterioso na seleção da bibliografia pertinente, bem como na delimitação precisa do escopo de estudo e sua temporalidade. É por essa razão que se delineiam as principais diretrizes que conduzem esta pesquisa, as quais se manifestaram nas três próximas seções deste capítulo.

A primeira linha, de cunho epistêmico, vai ao encontro do empenho de orbitar o estudo e seu tema a gravidade da tradição do pensamento marxista e o seu desenvolvimento metodológico e epistemológico correlativo ao objeto de estudo. Dando ênfase no emprego da categoria de formação socioespacial, para investigação das estruturas sociais que compõem as forças políticas operantes nos processos estudados, assim como suas disposições espaciais. Visa fazer a associação direta entre processos políticos que perfazem enquanto um agrupamento populacional, histórico e espacialmente consolidado, enquanto expressões das contradições materiais da luta política internacional. Agrupamentos sociais que, na sua inserção internacional, estão enquadrados no contexto de um imperialismo operante e uma luta emancipatória por autodeterminação.

Nessa exploração se confronta parte da tradição do pensamento marxista e seu debate sobre a questão internacional e o intento de desenvolver o marxismo sobre a perspectiva da disciplina das relações internacionais. Esse intento aspira vasculhar as lacunas existentes entre a geopolítica do regionalismo sul-americano e o marxismo, não enquanto uma falha teórica, mas enquanto um campo amplo e fértil que das boas vindas a mais trabalho.

Nesse texto a abordagem do regionalismo sul-americano é baseada na tradição do pensamento marxista e da geopolítica. Isso significa que o regionalismo sul-americano é visto como um processo histórico e espacialmente determinado, moldado pelas forças políticas e econômicas em jogo. Essa abordagem também enfatiza a importância da luta política e luta de classes, vista como o motor do desenvolvimento do regionalismo sul-americano. A abordagem geopolítica do regionalismo sul-americano é contraposta à abordagem economicista tradicional, que vê o regionalismo e os processos de Integração Regional como puramente econômicos. A abordagem tradicional argumenta que o regionalismo é motivado pelo desejo de maximizar os benefícios econômicos para os países participantes. Nesse texto, por outro lado, argumenta que o regionalismo é motivado por uma variedade de fatores, incluindo a luta política, a segurança coletiva e a integração econômica.

A abordagem epistêmica do regionalismo sul-americano foi desenvolvida por uma série de acadêmicos latino-americanos vinculados ao pensamento da CEPAL, incluindo Raúl Prebisch, Celso Furtado e Theotonio Dos Santos. Esses acadêmicos argumentaram que o regionalismo é uma ferramenta que pode ser usada pelos países periféricos para combater a dependência econômica e promover o desenvolvimento. A abordagem epistêmica do regionalismo sul-americano é usada para explicar o desenvolvimento de uma série de organizações regionais sul-americanas, incluindo a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Comunidade Andina (CAN) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Essas organizações promovem uma série de objetivos, incluindo a integração econômica, a cooperação política e a segurança coletiva. A abordagem epistêmica do regionalismo sul-americano tem sido criticada por alguns acadêmicos, que argumentam ser demasiadamente ideológica e que não considera as realidades do sistema internacional. No entanto, essa abordagem epistêmica continua a ser uma ferramenta valiosa para entender o regionalismo sul-americano e seu potencial para promover o desenvolvimento e entender as estruturas de exploração econômica.

Prebisch (1950) argumentou que os países desenvolvidos têm o poder de acumular capital mais rapidamente do que os países em desenvolvimento, levando a uma crescente desigualdade entre os dois grupos. Ele afirmou que isso ocorre porque os países desenvolvidos conseguem produzir bens manufaturados a preços mais baixos do que os países em desenvolvimento, devido à sua maior produtividade e tecnologia. Como resultado, os países desenvolvidos podem exportar mais bens manufaturados para os países em desenvolvimento do que importam bens primários dos países em desenvolvimento. Isso cria um déficit comercial para os países em desenvolvimento, que leva a uma escassez de capital e a um baixo crescimento econômico.

Furtado (1964) contestou que o subdesenvolvimento não é uma condição natural, mas sim o resultado de um processo histórico. Ele afirmou que os países desenvolvidos se desenvolveram explorando os países em desenvolvimento, através da extração de recursos naturais, da mão de obra barata e do controle do comércio. Ele argumentou que os países desenvolvidos conseguiram fazer isso porque os países em desenvolvimento eram politicamente fracos e economicamente vulneráveis.

Dos Santos (1970) alegou que a dependência é uma relação estrutural entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Ele afirmou que os países desenvolvidos conseguem controlar a economia dos países em desenvolvimento, através do controle do comércio, do investimento estrangeiro e da dívida externa. Ele argumentou que os países

desenvolvidos podem fazer isso porque os países em desenvolvimento são dependentes de suas exportações de bens primários e de seu acesso a capital e tecnologia estrangeiros.

A análise epistêmica do regionalismo sul-americano emerge como uma ferramenta para decifrar e discernir sobre o potencial de desenvolvimento, assim como para desvelar as estruturas subjacentes à exploração econômica regional. Não obstante as críticas que possam ser suscitadas, é inegável que esta abordagem epistêmica mantém sua pertinência e importância inabaláveis no âmbito dos estudos de relações internacionais e regionalismo.

Os conceitos fundamentais de geopolítica, imperialismo e materialismo dialético despontam como pilares essenciais para a compreensão do cenário político internacional. A geopolítica, ao iluminar a influência dos fatores geográficos sobre a política e às relações internacionais, desvela-se como uma ferramenta crucial.

O imperialismo, por sua vez, lança luz sobre os meios pelos quais um Estado ou conglomerado de Estados pode expandir sua esfera de influência sobre entidades soberanas. Enquanto isso, o materialismo dialético se revela como um instrumento elucidativo, esmiuçando a natureza dinâmica e em constante transformação da realidade. Nesse contexto, a abordagem epistêmica do regionalismo sul-americano surge como uma tentativa de aplicar tais conceitos à realidade da América do Sul, oferecendo uma análise das perspectivas e desafios inerentes à integração regional.

2.1 Materialismo Histórico-Dialético

Para Marx, partimos do concreto, o abstraímos e depois formulamos a síntese: “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade” (MARX, 1983, p. 218). Esse movimento de contradição das forças materiais existentes, seja no campo epistêmico ou político, é evidenciado através do desenvolvimento da crítica, sendo um movimento de discórdia contra as ideologias hegemônicas e seus poderes materializados.

O conceito de contradição é central para a obra de Marx e para a compreensão das forças que operam na realidade social. Contradição significa haver forças e tendências em conflito, que se opõem e, ao mesmo tempo, se complementam. Essa contradição é vista como um motor da história, ao ser através dela que são geradas as mudanças sociais.

Marx argumenta que a luta de classes surge da contradição entre os trabalhadores e os detentores do meio de produção que possuem interesses antagônicos, mas que são ambos fundamentais para a reprodução do sistema capitalista. Portanto, a contradição é a força motriz para o desenvolvimento da consciência humana, pois, como afirma Marx, “reconhecer a contradição é o primeiro passo para se libertar dela” (MARX, 1983, p. 214). É através do entendimento e do uso consciente das contradições existentes na sociedade que é possível realizar mudanças na estrutura econômica e social.

Materialismo é a concepção de que não existe separação entre homem e a matéria, não existe uma dimensão ideal da existência e assim se opõe às concepções idealistas e metafísicas. O materialismo marxista afirma que existe um devir onde a matéria está em pleno processo de mudança e esse processo é caracterizado como dialético, ou seja, o movimento da matéria no espaço-tempo se transforma e decorre segundo as leis da dialética (ENGELS, 1978).

A palavra dialética vem do grego *dialogos*, que significa diálogo ou polêmica, que no decorrer da história do pensamento filosófico se transforma em um método de pensamento que buscava através do processo de oposição evidenciar as contradições dos fenômenos. Enxergando o em movimento, que tem como sua força motriz o resultado de forças opostas que ocorrem na unidade dos contrários, desses fenômenos. A tese marxista do materialismo dialético é exposta à luz das leis da dialética. Que segundo Engels, “As leis da dialética são, por conseguinte, extraídas da história da natureza, assim como da história da sociedade humana” (ENGELS, 1978, p. 15).

O materialismo dialético de Marx se fundamenta na visão de que a matéria é o

princípio e o fim da realidade, o que significa que o homem é parte da natureza e tem consciência dela.

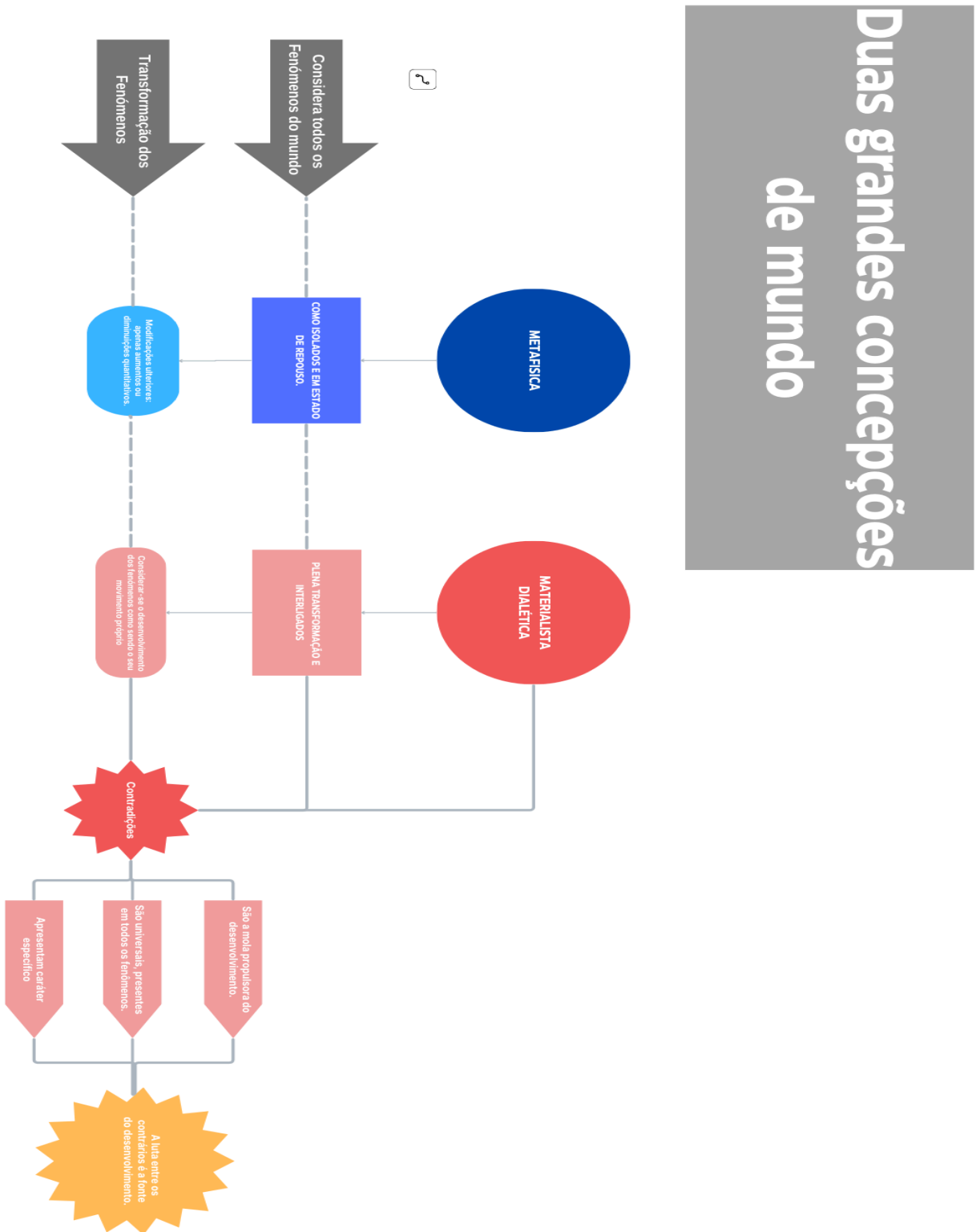
O materialismo dialético também se fundamenta na ideia de que existe um processo de mudança contínuo e dialético, caracterizado pelo surgimento de novas formas de organização da matéria, de novos fenômenos e de novas possibilidades de entendimento do mundo. Assim, o materialismo dialético propõe uma visão dinâmica e contínua da realidade, ao invés de uma visão estática e imutável. Logo, a dialética é um método do pensar e da ação, como também um conceito abstrato que diz respeito ao movimento da matéria.

O ciclo “tese, antítese e síntese”, para além de um método epistêmico, é uma apreensão do movimento contraditório das forças materiais, conforme afirma Mao Tse-tung: “A lei da contradição inerente aos fenômenos, ou lei da unidade dos contrários, é a lei fundamental da dialética materialista” (MAO, 1979 p. 525). Mao Tse-tung também, em “Sobre a Contradição” (1937) afirma que na história do conhecimento humano existiram sempre duas principais concepções acerca das leis do desenvolvimento do mundo: uma metafísica e outra materialista-dialética. Segundo a tradição marxista, essas duas constituem duas concepções opostas sobre o mundo:

Contrariamente à concepção metafísica do mundo, a concepção materialista-dialética entende que, no estudo do desenvolvimento de um fenômeno, deve partir-se do seu conteúdo interno, das suas relações com os outros fenômenos, quer dizer, deve considerar-se o desenvolvimento dos fenômenos como sendo o seu movimento próprio, necessário, interno, encontrando-se, aliás, cada fenômeno, no seu movimento, em ligação e interação com os outros fenômenos que o rodeiam (MAO, 1937, p. 30).

A concepção metafísica é aquela que considera o mundo como uma coisa estática, como uma coisa imutável. Esta concepção considera que as coisas existem isoladamente, independentemente, e que as relações entre elas são coincidências. Esta concepção não consegue explicar a transformação das coisas, e considera que as coisas existem fora do tempo e do espaço. A concepção materialista-dialética é aquela que considera o mundo como uma coisa em mudança, que está em constante transformação. Esta concepção considera que as coisas não existem isoladamente, mas estão relacionadas entre si, e que as relações entre elas são a causa de sua transformação. Esta concepção explica a transformação das coisas, e considera que as coisas existem no tempo e no espaço. Sendo essa concepção a base da teoria da dialética materialista.

Ilustração 7 — Duas grandes concepções de mundo



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em (MAO, 1979).

Quando operacionalizamos essas contradições na análise dos processos de regionalização estratégica do Cone sul e integração regional, entendemos essa temática é tratada por esses dois caminhos, por um lado o Regionalismo sul-americano é visitado por concepções idealistas, se apoiando em noções abstratas e ideológicas. Como o princípio do desenvolvimento e integração econômica regional que não visa transformar as estruturas sociais ou a situação de subordinação internacional das formações socioespaciais locais.

Não se menospreza nesse estudo ideias desenvolvimentistas ou desenvolvimento material das sociedades locais. Compreende-se a importância de um tipo de política econômica que se baseia na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com a participação ativa do Estado. Mas uma regionalização estratégica permeia também outras dimensões da luta política. A posição entre concepções metafísica e materialistas dialética. Vai principalmente no âmbito de colocar o economicismo¹⁴ enquanto uma armadilha.

Por outro lado, o regionalismo sul-americano também é visitado por concepções materiais e práticas concretas, que procuram aprender com as lutas locais, as experiências de resistência e as práticas de interação entre indivíduos e coletividades. Essa abordagem se apropria de noções como o poder popular, o desenvolvimento local e a regionalização estratégico, como formas de resistência ao capitalismo e à globalização. Estas abordagens partem de uma perspectiva de interdisciplinaridade que incluem as dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais, estabelecendo assim um elo entre a dimensão material e ideológica da luta pela transformação social.

Além disso, deve-se considerar que a visão regionalista deve ser alinhada com os interesses populares, pois a integração é um dos principais meios para se conseguir a estabilidade política regional. A cooperação internacional, a autodeterminação dos povos, a luta contra o imperialismo são alguns dos temas que devem ser abordados. Outro aspecto importante é o da segurança, que também deve ser pensado em termos regionais. A vigilância e a defesa regional devem ser integradas e compartilhadas, a fim de prevenir e garantir a segurança. Assim, é possível construir uma região que seja mais segura e estável a possíveis ameaças externas ou um ambiente internacional não permissível.

Porque a análise dos fenômenos das relações de poder contemporâneas, colocando poder e dominação como fenômenos típicos das relações sociais, exprime a necessidade de explorar os elementos específicos da sociedade sem deixar de lado a sua estrutura totalizante. Desta forma, precisamos explorar e entender as relações de poder a partir do prisma do

¹⁴ O "economicismo" é um termo que denota uma perspectiva teórica ou abordagem que atribui uma ênfase excessiva ou exclusiva aos fatores econômicos na análise de fenômenos sociais

materialismo histórico-dialético para, por fim, começar a esboçar um caminho estratégico para o regionalismo sul-americano.

No próximo capítulo, abordaremos os “Estudos Internacionais e Marxismo”, uma importante vertente teórica que contribui significativamente para a compreensão das relações de poder e dominação no contexto das interações entre os países. A partir do prisma do materialismo histórico-dialético, exploraremos as concepções marxistas sobre as relações internacionais e como elas se conectam ao desenvolvimento do regionalismo sul-americano. Analisaremos como o marxismo oferece uma abordagem crítica das ideologias hegemônicas e dos poderes materializados que moldam as dinâmicas internacionais, buscando compreender como as contradições e forças em conflito influenciam as estratégias de regionalização no Cone sul.

2.2 Estudos internacionais e Marxismo

O marxismo é uma teoria social que enfatiza o papel das classes sociais e das relações de produção na história. Essa teoria é aplicada ao estudo das relações internacionais, com resultados importantes. Uma das principais contribuições do marxismo para o estudo das relações internacionais é a ideia de que o sistema internacional é baseado na exploração das classes trabalhadoras pelos capitalistas. Essa exploração ocorre através da apropriação dos lucros gerados pelo trabalho dos trabalhadores pelos capitalistas. Outra contribuição importante do marxismo para o estudo das relações internacionais é a ideia de que o sistema internacional é dinâmico e está em constante mudança. Essa mudança é causada pelas lutas de classes entre os trabalhadores e os capitalistas. (VIGEVANI, *et al.*, 2011)

No contexto das relações de poder contemporâneas na América do Sul e do debate sobre o imperialismo, o materialismo histórico-dialético e a tradição do pensamento geopolítico se tornam elementos fundamentais para uma compreensão abrangente do sistema internacional atual. Essas abordagens proporcionam entendimentos cruciais para compreender as questões econômicas, sociais, políticas e culturais que afetam a região, bem como as disparidades regionais e os conflitos étnicos e de classe que afetam a região. Ao explorar a dimensão material, o processo histórico, a questão de classe social e o conceito de conflito, podemos esmiuçar como o capitalismo e o imperialismo influenciam o desenvolvimento regional e como os interesses de diferentes grupos e classes sociais moldam as relações de poder. Neste subcapítulo, examinaremos como essas perspectivas teóricas nos munificam sobre a dinâmica do sistema internacional contemporâneo, suas disputas e transformações, considerando tanto os elementos econômicos e sociais como as complexidades geopolíticas que permeiam essa análise.

De acordo com Visentini, discutindo o campo de Relações Internacionais:

Em primeiro lugar existe a *dimensão material*, que são os *fenômenos socioeconômicos* ligados à sobrevivência e à reprodução das sociedades humanas. [...] Em segundo lugar, há o processo histórico como teoria e como construção social. [...] Em terceiro lugar, há a questão de *classe social* na política nacional e mundial. [...] Por fim, em quarto lugar, há o conceito de *Conflito* e suas formas extremas, *a Revolução e a Guerra* (VISENTINI, 2019, p. 45-46).

E também:

A dimensão histórica é deliberadamente excluída da maioria das análises da área, que tem uma tendência claramente instrumental, geralmente baseada na Ciência Política. Ou seja, o estudo das Relações Internacionais possui um caráter conservador e institucional, voltado ao *Status Quo*. Por outro lado, há uma confusão entre os acadêmicos críticos (e seus detratores) sobre o que é marxismo (VISENTINI, 2019, p. 40).

A dimensão material, o processo histórico, a questão de classe social e o conceito de Poder são elementos fundamentais para compreender o contexto internacional. É necessário considerar a dimensão histórica para entender a dinâmica das relações internacionais, bem como ter consciência das questões de classe social, determinantes na política nacional e mundial. Além disso, o conceito de conflito deve ser analisado com cuidado, pois as suas formas extremas, como a revolução e a guerra, enquanto fenômenos sociais, existe um desafio de compreensão objetiva desses eventos. Pode-se dizer que para compreender as Relações Internacionais é preciso considerar tanto a dimensão material quanto o processo histórico, bem como a questão de classe social e o conceito de conflito e poder.

Sendo o conceito de poder objeto de estudo de filósofos, sociólogos, cientistas políticos e outros cientistas sociais por séculos. Arendt, H. (1963), Weber, M. (1947), Foucault, M. (1975) Não existe uma definição única de poder, mas é geralmente entendido como a capacidade de influenciar ou controlar o comportamento de outros. R, Claude (2019) conceito de poder refere-se à ideia de que não é apenas uma entidade fixa ou uma relação estática, mas algo que está constantemente se tornando, evoluindo e sendo moldado ao longo do tempo e do espaço. Portanto, o poder é uma realidade espacial. Ele se manifesta no espaço por meio de diferentes meios, como violência, lei, persuasão ou hábito. E se compõe enquanto um sistema de poder, que pode ser usado para controlar populações, recursos e territórios.

O poder pode ser exercido de várias maneiras, incluindo através da força física, da

autoridade, da persuasão, do conhecimento ou da riqueza. Embora o conceito de poder não seja tão central, nesses termos, no marxismo. Isso não significa que o marxismo ignore o poder. De fato, o poder é uma parte fundamental da análise marxista da sociedade. Por exemplo, Marx e Engels (2015) argumentaram que o capitalismo é um sistema baseado na exploração de uma classe por outra. A classe dominante, ou a burguesia, controla os meios de produção e explora a classe trabalhadora, ou o proletariado, em troca de sua força de trabalho. Esse processo de exploração é baseado no poder que a burguesia tem sobre a classe trabalhadora. Portanto, o poder é usado para explicar a exploração de uma classe por outra, o papel do Estado e do imperialismo na sociedade como feito por Lenin (2022).

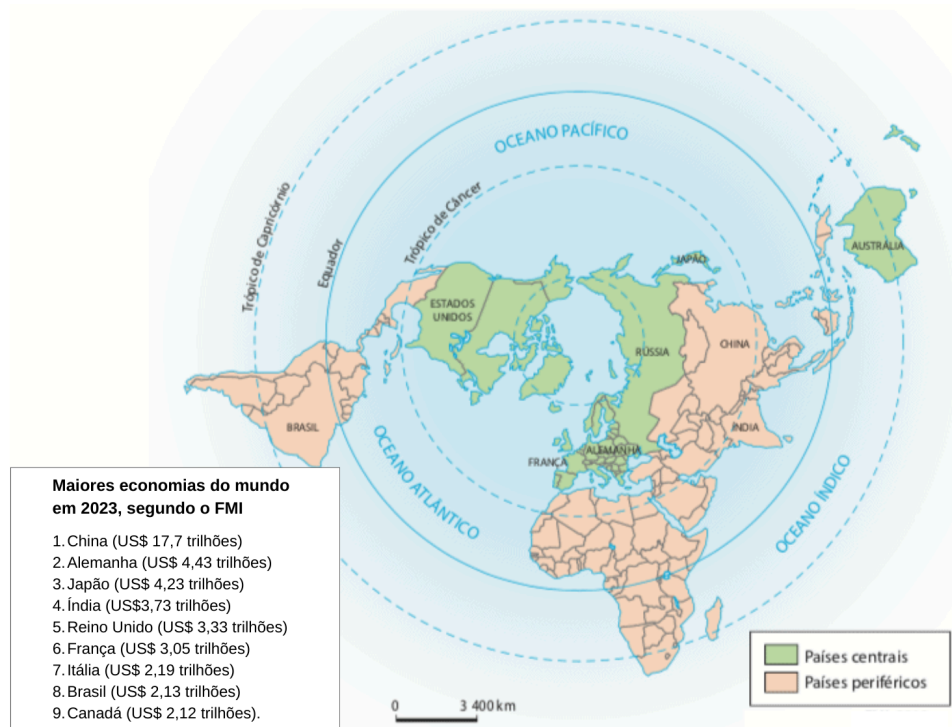
No que diz respeito ao imperialismo contemporâneo, é importante considerar os diferentes aspectos que o caracterizam, tais como a dimensão material, o processo histórico, a questão de classe social e o conceito de conflito. A dimensão material diz respeito às formas físicas de controle e domínio, como a aquisição de territórios, a exploração de recursos naturais, a instalação de bases militares e a criação de relações econômicas desiguais entre países. O processo histórico se refere às formas como o imperialismo se manifestou ao longo dos tempos, desde as antigas civilizações grega e romana até o poderio dos Estados Unidos no século XX. A questão de classe social no imperialismo se faz central na perpetuação da desigualdade de distribuição de poder, riqueza e conhecimento. Sendo que o conceito de conflito nesse debate, abarca todas as formas de disputa entre países, como guerras, sanções econômicas e outras formas de pressão para impor o interesse de um país sobre outro.

Por exemplo, a Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, desenvolvida na década de 1970, aborda o processo de mundialização que observa a economia mundial como um sistema integrado, com a acumulação capitalista sendo o motor econômico do sistema. De acordo com Wallerstein, o sistema-mundo se desenvolveu durante os séculos XVI e XVII com a colonização européia, resultando na exploração dos recursos dos países colonizados e na acumulação de capital na Europa. Ele argumenta que a economia do sistema-mundo é organizada em três níveis: a periferia, a semiperiferia e a centro. O desequilíbrio entre os três níveis cria um sistema de desenvolvimento desigual, onde as economias centrais conseguem acumular capital a partir das economias periféricas. A Teoria do Sistema-Mundo oferece uma abordagem marxista para a análise da realidade internacional e se tornou um dos pilares principais da teoria da Hegemonia Global.

A Teoria do Sistema-Mundo (WALLERSTEIN, 1984; ARRIGHI, 1994) foi desenvolvida pelo historiador Immanuel Wallerstein e foi posteriormente aprofundada pelo economista Giovanni Arrighi. Wallerstein afirma que o sistema-mundo é um sistema histórico-geográfico-econômico, caracterizado por um conjunto de relações econômicas

desiguais entre três principais regiões: o centro, a semi-periferia e a periferia. O centro é formado por países ricos e poderosos, como os Estados Unidos, a Europa Ocidental, que controlam boa parte dos recursos econômicos globais e exercem grande influência na política internacional. A semi-periferia, no que lhe concerne, é formada por países que estão em desenvolvimento e que têm alguma influência, mas que não têm tanta influência quanto os países do centro. Por fim, a periferia é formada por países pobres e subdesenvolvidos, sendo economicamente dependentes dos países do centro, que sofrem desigualdades econômicas e sociais exorbitantes.

Mapa 4 – Centro e Periferia na Geopolítica do Sistema-Mundo Capitalista¹⁵



Fonte: Matos, Carlos (2019).

A Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein também enfatiza o papel dos Estados-nação e dos Estados-nação-emergentes na manutenção do status quo econômico. Segundo Wallerstein, a maioria dos Estados-nação atua como os principais agentes na preservação e na reprodução das relações econômicas desiguais entre os países. Por outro lado, os Estados-nação emergentes desempenham um papel importante na transformação das relações econômicas desiguais, ao estabelecerem novas relações econômicas e sociais entre os países. Conforme a Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein e Arrighi, a globalização tem

¹⁵Observação: Diferente do autor da imagem, o presente estudo não considera a Rússia como parte do ‘centro’ capitalista, mas isso é representativo da pluralidade de concepções sobre a regionalização do mundo segundo a teoria do Sistema-Mundo.

sido responsável por aprofundar e ampliar as relações econômicas desiguais entre os países. Além disso, a teoria afirma que a globalização tem contribuído para a perpetuação das relações econômicas desiguais entre os países: ela permite que os países do centro mantenham seu domínio econômico sobre os países da periferia.

Desta forma, a categoria de imperialismo se faz central para o debate da conflitividade e da guerra no sistema internacional contemporâneo. A partir do materialismo histórico-dialético, empregado como método de análise do ambiente internacional, compreendemos que o capitalismo não é nada estático. Mas sim um modo de produção em constante processo de expansão e difusão, o que faz com que determinadas formações econômico-sociais se sobreponham a outras, gestando, assim, disputas e conflitos no cenário internacional.

Materialismo histórico-dialético fornece uma ferramenta para compreender a formação socioespacial do sistema internacional contemporâneo. Ao analisar a relação entre as relações de poder, as estruturas econômicas, as estruturas políticas e as estruturas culturais; o materialismo histórico-dialético ajuda a compreender como a dominação e a hegemonia são estabelecidas e mantidas, bem como estes processos influenciam na atual distribuição das desigualdades e o surgimento de conflitos. A compreensão das forças materiais que influenciam a formação socioespacial também pode ajudar a compreender como as áreas de poder e as fronteiras se deslocam e como isso contribui para a conflitividade no sistema internacional contemporâneo.

Na próxima seção, abordaremos a “Contextualização histórica: região e imperialismo”, buscando estabelecer uma compreensão mais profunda das dinâmicas históricas que moldaram as relações de poder na América do Sul e sua interação com o fenômeno do imperialismo. Por meio dessa contextualização histórica, poderemos identificar como as relações de poder têm sido moldadas por forças externas e internas, bem como compreender o papel da região no cenário internacional. Ao lançar luz sobre esses aspectos, estabelecemos conexões essenciais para a análise mais ampla das questões geopolíticas e das relações internacionais na América do Sul.

2.3. Contextualização histórica: Região e imperialismo

Nesta seção, abordaremos a relação entre o imperialismo, a instabilidade sistêmica do ambiente internacional e os processos de integração regional. Com base no materialismo histórico-dialético e nas teorias marxistas, analisaremos como o imperialismo, como uma fase

avançada do capitalismo, influencia a dinâmica geopolítica mundial e as formas de integração entre povos e nações em uma região específica, como o Cone Sul. Além disso, exploraremos como a busca por recursos estratégicos, a competição entre as potências capitalistas e a disputa por mercados afetam o cenário global e regional.

Lênin foi um dos pioneiros ao abordar o tema do imperialismo e do Estado. Ele argumentou que o imperialismo era um produto das leis históricas do capitalismo, que as nações capitalistas se comportavam como Estados interdependentes, buscando, simultaneamente, a expansão de suas fronteiras e o acúmulo de capital. Lênin também foi o primeiro a desenvolver a teoria de que a luta de classes se tornaria inevitável ao longo da evolução do imperialismo, pois as nações capitalistas estariam em guerra permanente entre si na busca por novos mercados e recursos.

O monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos “velhos” motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas “esferas de influência”, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando as colônias das potências européias em África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela "livre conquista", poder-se-ia dizer, de territórios. Mas quando 9/10 da África estavam já ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo estava já repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo. (LÊNIN, 2005, p. 97)

Essa abordagem teórica de Lênin foi ampliada ao longo do século XX por diversos estudiosos de relações internacionais, como Antonio Gramsci, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, Karl Marx, Vladimir Lênin e outros. Esses autores foram responsáveis por estabelecer ao longo do tempo a base teórica para os estudos internacionais marxistas, que procuram compreender as relações entre Estados e a organização do poder global. O materialismo histórico-dialético de Marx e Engels foi a base sobre a qual a maioria dos trabalhos de estudos internacionais marxistas se baseia.

A oportunidade de retomar o estudo sobre o imperialismo decorre do fato de que, ao contrário do propalado pelas visões apologéticas, que comemoraram o colapso da União Soviética, o fim da guerra fria e a crise do movimento socialista, a supremacia ilimitada do capitalismo não inaugurou um período de prosperidade, democracia e paz, mas uma época marcada pela instabilidade econômica, pela intensificação das tendências autocráticas do regime burguês, pela ausência de qualquer limite à guerra econômica entre as megaempresas multinacionais que disputam o controle do mercado mundial e pela revitalização de formas explícitas de colonialismo e neocolonialismo que acompanham a terceira divisão do mundo pelas grandes potências

A principal ponte entre o método marxista de análise da realidade internacional (o materialismo histórico-dialético) e os estudos internacionais é geralmente atribuída à obra de Lênin, onde são empregados os conceitos de Estado e imperialismo. De acordo com Fred Halliday, “a tentativa do marxismo no período de 1900-20 de teorizar o sistema internacional em torno do conceito de ‘imperialismo’, entendido como rivalidade estratégica interestatal, é uma das mais ambiciosas e criativas jamais feita antes” (2007, p. 70). Portanto, é possível afirmar que a principal ponte entre os métodos marxistas de análise da realidade internacional e os estudos internacionais é o conceito de imperialismo. A obra de Lênin, que incorporou a ideia de Estado à teoria do imperialismo, desempenhou papel fundamental nesse processo. O imperialismo é entendido como uma forma de rivalidade estratégica interestatal, que se tornou a base para a teoria marxista da realidade internacional. Esta teoria tem sido amplamente utilizada para analisar os conflitos e as relações entre Estados, bem como para explicar o desenvolvimento das estruturas globais.

O imperialismo, conforme Lênin (2005) refere-se à fase superior e tardia do capitalismo, caracterizada pela busca das potências capitalistas por mercados externos, recursos naturais e áreas de investimento em todo o mundo. Lenin argumentava que, nessa fase, o capitalismo havia se desenvolvido a tal ponto que os países capitalistas mais poderosos começaram a se expandir para além de suas fronteiras nacionais, buscando novas formas de acumulação de capital.

Encontra-se precisamente no parasitismo e na decomposição do capitalismo, inerentes à sua fase histórica superior, quer dizer, ao Imperialismo. Como demonstramos neste livrinho, o capitalismo deu agora uma situação privilegiada a um punhado (menos da décima parte da população da Terra, ou, calculando de um modo muito “generoso” e muito acima, menos de um quinto) de países particularmente ricos e poderosos que, com o simples “corte de cupões”, saqueiam todo o mundo. A exportação de capitais dá rendimentos de oito a dez mil milhões de francos por ano, de acordo com os preços de antes da guerra e segundo as estatísticas burguesas de então. Naturalmente, agora são muito maiores. (LÊNIN, 2005, p. 5).

Lenin via o imperialismo como uma consequência inevitável do desenvolvimento capitalista. Ele argumentava que, à medida que o capitalismo se consolidava nos países centrais, a concorrência entre as nações capitalistas se intensificava. Essa competição levava ao surgimento de monopólios e cartéis, que buscavam controlar os recursos e os mercados globais.

Prova-se que a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma

guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das esferas de influência, do capital financeiro, etc (LÊNIN, 2005, p. 2).

No contexto atual, o controle territorial e as rotas comerciais ainda desempenham um papel crucial na economia global. No entanto, é importante notar que as dinâmicas do imperialismo contemporâneo e estratégias de expansão e controle das nações capitalistas são sutis e complexas, envolvendo acordos comerciais, alianças políticas e influência econômica. Nesse sentido, os corredores bioceânicos desempenham um papel relevante na regionalização estratégica atual. Encurtando o espaço-tempo para deslocamento da mercadoria e promovendo a integração econômica entre diferentes regiões.

Colocando como hipótese que o imperialismo e a instabilidade sistêmica do ambiente internacional são contradições relevantes para análise estratégica dos processos de integração regional. Compreender a integração enquanto um movimento histórico e multifacetado, onde suas intenções e direções é um campo aberto em disputa. Partindo do materialismo dialético, empreendemos na tentativa de extrair do movimento real de forças materiais que, na prática, se perfazem enquanto processo de integração regional.

A partir dessa hipótese, é possível afirmar que a integração regional é conjuntamente influenciada pelo imperialismo e pela instabilidade sistêmica no ambiente internacional. O imperialismo, como uma forma de dominação político-econômica de um país sobre outro, tem um impacto direto na formação de blocos econômicos, comerciais e militares, o que pode afetar as dinâmicas de integração a dois caminhos: impulsionando a associação socioeconômica das formações socioespaciais locais, ou, através da compartimentação¹⁶ e fragmentação da região.

Por outro lado, a instabilidade sistêmica no ambiente internacional pode ser entendida como um fator que influencia o surgimento e o desenvolvimento das relações internacionais, podendo resultar no surgimento de novas formas de integração regional e estruturas de poder no sistema internacional. Portanto, a análise estratégica dos processos de integração regional deve considerar a influência do imperialismo e da instabilidade sistêmica no ambiente internacional, como fatores relevantes para a compreensão das iniciativas de integração regional.

¹⁶ Por exemplo, o imperialismo europeu no século XIX foi baseado na compartimentação geográfica. As grandes potências europeias dividiram o mundo em colônias, protetorados e esferas de influência. Isso permitiu que as grandes potências europeias controlassem parte do mundo e explorassem seus recursos naturais. O conceito de compartimentação também é importante para o imperialismo moderno. As grandes potências capitalistas modernas continuam a usar a compartimentação para controlar o mundo. Por exemplo, os Estados Unidos usam a compartimentação para controlar o Oriente Médio, onde se concentram grandes reservas de petróleo. No caso do Cone sul, a compartimentação foi realizada pelas grandes potências europeias no século XIX. Os Impérios Britânico, Francês, espanhol e português dividiram o Cone Sul em suas próprias esferas de influência e compartimentam o território dos povos originários. Essa compartimentação teve um impacto significativo na história e no desenvolvimento do Cone Sul.

Se temos, enquanto unidade principal da história, o humano, é algo dele enquanto povo e nação que associamos aos processos de integração regional, o fator principal é o povo e seu desenvolvimento histórico enquanto sujeitos de uma luta política de dimensões internacionais.

Integração de povos e nações de uma região específica refere-se ao quê? Ao princípio, a ideia de que esses mesmos povos e nações estão do mesmo lado na luta política internacional.

E que sua soberania e desenvolvimento de suas forças produtivas são dependentes desse agrupamento regional específico. Se agrupar representa nesse sentido ir em direção à autodeterminação. Em um universo de nações e povos distintos, uma organização política e territorial que expressam distintas etnias sem colocar em perigo a unidade, fortalecendo a luta anti-imperialista e os processos emancipatórios dos povos locais.

Esta luta visa a criação de uma identidade coletiva, um símbolo de união e o estabelecimento de relações entre os diversos povos que compõem a região. Esses processos de integração regional podem incluir, entre outros, a criação de blocos econômicos, a realização de projetos conjuntos, a formação de alianças militares, a promoção de programas de cooperação e desenvolvimento, a assinatura de acordos comerciais e a celebração de tratados e convenções. Estas iniciativas visam a promover o bem-estar dos cidadãos, a desenvolver a economia regional e a criar um ambiente de segurança e estabilidade para todos os países que compõem a região.

Visamos entender quais são as práticas estratégicas associadas a região do Cone sul, ao imperialismo como fase do modo de produção vigente, por fim como os territórios da região se estabelecem nesse cenário geopolítico de instabilidade sistêmica do sistema internacional.

Lênin, em seu trabalho mais conhecido “O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, discute o imperialismo como a última fase do capitalismo. Neste trabalho, ele argumenta que, como resultado de sua intensificação, os grupos capitalistas mais ricos e poderosos substituem o sistema econômico de livre concorrência por um sistema de monopólios e trustes, que lhes permitem controlar grandes mercados. Além disso, ele também discute a crescente concentração de capitais dos países imperialistas no exterior, especialmente na América Latina, África e Ásia. Para Lênin, esta expansão imperialista é a causa de muitos conflitos internacionais e da crescente exploração dos países economicamente menos desenvolvidos.

A categoria de imperialismo em Lênin também versa sobre o processo em que

formações econômico-sociais capitalistas concorrem para domínio do mundo e para difusão do seu modo de produção. Ele argumenta que a intensificação do capitalismo resultou na substituição do sistema econômico de livre concorrência por um sistema de monopólios e trustes, bem como da expansão imperialista dos países ricos para exploração dos países mais pobres ou menos desenvolvidos.

Em sua análise, afirmava que o imperialismo estaria constituído pela combinação de determinados elementos; como o monopolista, em que a competição entre as partes da burguesia se transformava em associação com finalidade de exploração a terceiros. Como também a predominância do capital financeiro (associação do capital bancário com o capital industrial) e a exportação de capitais e a divisão do controle da economia mundial entre associações capitalistas internacionais e países capitalistas desenvolvidos (LÊNIN, 2005).

A categoria de Imperialismo em Lênin versa sobre o processo em que o capital financeiro (resultante da fusão do capital industrial e bancário) impulsiona formações econômico-sociais capitalistas (categoria que exploraremos mais adiante, para evitar o termo “países capitalistas”), dominadas pelo, interesse burguês em associação com seus respectivos Estados, para proteger seu capital fora do seu território de origem, ou seja, internacionalizado ou investido no exterior. Assim, ao mesmo tempo, em que esse processo difunde o modo de produção capitalista, ocorre a competição ou disputa pelo controle de países que são objeto da inversão do capital financeiro internacionalizado. Desta forma, ao empregarmos o conceito de imperialismo para analisarmos a realidade internacional, compreendemos ser imperativo abandonar qualquer abordagem que abdique de modelos mecânicos abstratos ou que se baseie meramente em argumentos ideológicos. Precisamos igualmente evitar confinar nossa análise a suposições simplistas sobre a natureza humana. Através da perspectiva do materialismo histórico-dialético, somos levados a encarar o sistema internacional como uma estrutura concreta e dinâmica, profundamente entrelaçada com os processos históricos que delineiam a América Latina e suas relações no cenário global.

Desde o princípio do século XX o conceito de imperialismo tem sido recorrentemente empregado e discutido por autores marxistas. No início do século XXI, o conceito passa por uma revitalização acadêmica e integra o debate das Relações Internacionais com maior centralidade, especialmente pela relevância do debate crítico sobre o papel desempenhado pelo Estado no capitalismo após 1991.

Para o supracitado pensador russo, o imperialismo seria um fenômeno potencializador da instabilidade sistêmica, conforme afirma ao dizer que:

[...] faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações por hegemonia, isto é, a apoderar-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia (LÊNIN, 2005, p. 92).

A questão da geopolítica e do solo na América Latina, portanto, se manifesta como um dos múltiplos elementos de luta, resistência e contra-hegemonia que os povos da região historicamente empreendem. Nesse contexto, a terra assume um papel crucial na construção dos processos de emancipação e libertação das nações latino-americanas. Essas contendas, como previamente enfatizado, apresentam singularidades e motivações próprias, porém convergem de maneira uníssona para um objetivo comum: a mitigação da desigual distribuição de terras, resultante das diversas modalidades de desapossamento perpetradas desde os tempos da colonização europeia. A análise dessa intrincada questão demanda uma imersão profunda nos complexos aspectos geopolíticos da América Latina. Os contornos desse panorama geopolítico se entrelaçam de forma intrincada com a distribuição de terras e recursos naturais, que são elementos fulcrais na formulação de estratégias de poder e influência na região. É imprescindível considerar, ademais, a relação estreita entre o solo e as dinâmicas socioeconômicas latino-americanas.

O solo não é apenas um substrato físico, mas um componente indissociável das complexas redes de produção agrícola e agroindustrial, cujo impacto se estende desde as comunidades rurais até os mercados globais. A luta pela terra na América Latina, portanto, se expressa como uma luta anticolonial e de resistência à dominação econômica. É uma luta que tem como base a necessidade de redistribuição de terras para que os povos da região possam desenvolver todo o seu potencial econômico, social e cultural. Nesse sentido, a terra se torna o campo de disputa em que se expressam as múltiplas contradições históricas, econômicas, sociais e culturais que permeiam a América Latina.

Usar o conceito de formação socioespacial é a possibilidade de operacionalizar certas questões, mantendo certos espaços abertos, que seu sentido não está determinado, mas pronto para ser esmiuçado. A palavra país, ou Estado, que não são sinônimos de formação socioespacial, mas que, de tão banalizadas, já evocam várias questões importantes como se já fossem dadas. É importante reconhecer que existe uma diversidade de formações socioespaciais, cada uma delas desenrolada/acontecida em processos materiais, históricos, culturais e geográficos únicos. Ao invés de considerarmos a Terra como dividida rígida entres somente países e Estados, devemos compreender que existe uma enorme variedade de formas e maneiras como a vida material humana é reproduzida em todo o globo.

No mínimo, as formações socioespaciais da região compartilham entre si, além do

solo continental e os oceanos que o cerca, o passado colonial e as contradições presentes frente ao imperialismo. Por mais que cada um dos múltiplos Estados e povos da região tenham tomado caminhos históricos diversos e distintos, as lutas e demandas dos povos em muitos momentos convergem e se expressam em um mesmo plano telúrico.

Assim, Segurança internacional, para as forças imperialistas, consiste em assegurar as condições de produção e acumulação de capital em posições geográficas específicas e estratégicas. Podem ter certo poder monetário, mas boa parte dos insumos/*commodities* a qual são a base das condições de produção de seu modo de produção e não apenas fatores econômicos e estratégicos da reprodução capitalista, cruciais para o dito ‘desenvolvimento’ das forças produtivas.

O que agrava a situação é que formações socioespaciais que estruturam seus meios de produção a uma dependência a recursos extraterritoriais; para assegurar o fluxo de tais recursos e manter uma condição estável que viabilize a reprodução econômica, precisa lidar com as contradições não só do local de origem, mas garantir também o percurso da mercadoria. E outro conjunto de formações subordinadas a divisão internacional do trabalho e uma soberania relativizada por um cenário internacional conturbado.

É preciso que se observem tanto as necessidades econômicas quanto geopolíticas de cada região. A segurança internacional para as forças imperialistas é, portanto, a capacidade de garantir o fluxo de recursos estratégicos, assegurar a estabilidade econômica, e garantir o controle político de áreas importantes. E uma posição anti-imperialista das formações locais é a consolidação da autodeterminação de seu povo e seu território. Não somente baseada em um direito, mas uma soberania materialmente construída.

No caso da América do Sul, defende-se nessa dissertação que o destino geopolítico das formações socioespaciais locais está estritamente entrelaçado na capacidade dos Estado nacionais de construir um projeto geopolítico comum em conjunto a uma integração física do continente.

Em um mundo idealizado, o sistema internacional é uma economia aberta, onde a mercadoria e o lucro circulam livremente, mesmo que o processo de acumulação esteja sendo visivelmente acumulado em pontos geográficos e aglomerados humanos específicos. Mas em realidade todo fluxo de recursos estratégicos extra territorializados permeia uma noção de segurança internacional. O contrato, a norma, o direito, o mercado e seja qual for a instituição, não acompanha o desenrolar caótico do chamado sistema internacional.

O atual cenário político-econômico mundial é caracterizado pela mundialização e concentração de capitais, oligopolização de mercados e gradual formação de grandes blocos

de Estados. Também podemos observar, como tendência deste cenário, uma crescente crise geopolítica que desencadeia conflitos como as guerras no Afeganistão, Iêmen, Síria, Sudão, Líbia e Iraque, além da prolongação de sucessivos conflitos como os que se desenvolvem na Rússia e em Nagorno-Karabakh.

O mundo também enfrenta conflitos como o israel-palestino, o indo-paquistanês, o turco-curdo e a ação de grupos paramilitares e fundamentalistas como o Boko Haram na Nigéria e o Estado Islâmico no Oriente Médio. Ademais, são inúmeros os países atualmente desestabilizados por ações diretas ou indiretas de grupos políticos internos e externos, como Líbano, Venezuela, Egito, Mali, Somália, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Niger, Gabão, Sudão e assim por diante. Há, ainda, um crescente número de refugiados e deslocados que redesenham o mapa demográfico do planeta e movem forças políticas a novos redesenhos.

Além disso, o contexto econômico-financeiro mundial é marcado por um cenário de desaceleração da economia global. Tem conduzido ao aumento dos níveis de desigualdade, altos níveis de endividamento e crescentes problemas de financiamento externo. Neste cenário, é possível perceber a desregulação dos mercados, aumento da volatilidade, aumento da concentração de capital, redução dos investimentos diretos estrangeiros, entre outros fatores, têm se somado a este cenário. Como a crescente preocupação com o meio ambiente, a necessidade de adaptação à mudança climática e a escassez de recursos naturais.

O desenvolvimento de novas tecnologias e a proliferação da automação industrial desafiam as relações de trabalho tradicionais e criando um cenário de incerteza econômica.

Se partimos do enfoque do materialismo histórico-dialético e da tradição do pensamento marxista e seus principais expoentes, compreendemos que a crescente instabilidade do sistema internacional é inerente a uma série de contradições, dentre as quais a principal em dimensão e escala internacional é o imperialismo. Através da qual forças materiais que compõem determinadas formações sociais específicas, e seus setores particulares, impõem, através da economia e do poder militar, uma agressão latente a outras formações socioespaciais.

O imperialismo delinea uma relação de poder e dominação no sistema internacional para assimilar e/ou destruir formações sociais ditas “periféricas” e, assim, expandir o processo de acumulação de capitais e difusão de um modo de produção específicos, cuja origem é o centro do sistema.

Esse processo de imperialismo se dá por mecanismos externos como a guerra, mas também internos, gerando uma série de mecanismos de subordinação e alienação social que

atravessam toda a formação social. Assim, o imperialismo é um mecanismo de dominação internacional que se estrutura sobre a exploração de uma parte da humanidade pela outra, gerando desigualdades, opressão e discriminação, bem como violações aos direitos humanos.

Nesse sentido, o imperialismo é o responsável por muitas das crises e conflitos que surgem ao longo da história, seja no plano econômico e social, seja do ponto de vista das relações internacionais. É também através desse mecanismo que forças externas influenciam na determinação das relações sociais, trazendo consequências para as populações locais, gerando assim processos de desenvolvimento desiguais

Como referencial teórico-metodológico para o estudo das relações internacionais, o materialismo histórico-dialético cumpre a importante tarefa de desvelar as razões históricas e estruturais para processos político-econômicos que alteram a realidade mundial atualmente.

Tomando a categoria de imperialismo como princípio norteador da análise do sistema internacional, compreendemos que a instabilidade sistêmica é, enquanto um resultado da expansão imperialista, também um motor para a sua manutenção. O materialismo histórico-dialético explica que as relações internacionais estão diretamente ligadas às forças de produção e à divisão internacional do trabalho. Entendemos, dessa forma, que os interesses econômicos são um dos principais fatores que determinam as relações entre os Estados e, conseqüentemente, o equilíbrio de poder no sistema internacional. Por outro lado, o materialismo histórico-dialético também permite uma análise mais profunda das relações internacionais, ao destacar a importância dos conflitos de classes e das lutas de grupos sociais específicos.

Dessa forma, o estudo das relações internacionais abrange as lutas cotidianas entre os povos e as classes sociais, permitindo, dessa forma, revelar as diversas formas de resistência ao imperialismo. Como tal, o materialismo histórico-dialético contribui para o estudo das relações internacionais de forma que seja possível compreender as estruturas de poder e as relações de dominação presentes no sistema internacional, simultaneamente, em que se analisam as lutas de resistência e emancipação que ocorrem em todas as esferas da vida social.

No âmbito da Geopolítica Crítica, torna-se imprescindível a apreensão das dinâmicas geopolíticas no contexto do imperialismo e da instabilidade sistêmica no ambiente internacional. Posicionando a Geopolítica Crítica como uma perspectiva teórica que empreenderá a análise das relações de poder e dominação no sistema internacional, desvelando as estratégias e interesses das potências capitalistas e suas influências sobre as formas de integração regional, a exemplo do que ocorre no Cone Sul. Adicionalmente, procederemos à investigação de como essa abordagem contribui para a análise dos corredores

bioceânicos e sua relevância na atual regionalização estratégica. Por intermédio da Geopolítica Crítica, buscaremos a compreensão das contradições e dos impactos das ações geopolíticas no cenário global e regional, com foco nas relações de exploração e resistência presentes nesse contexto. Ao longo da história, a Geopolítica tem sido associada a discursos de poder e disputas entre Estados e grandes atores globais. Contudo, compreendemos que a Geopolítica transcende esse contexto restrito, manifestando-se também no cotidiano das comunidades locais e nas relações entre nações e povos em diferentes níveis. Visando a compreensão da maneira como as contradições geopolíticas se desdobram no cenário regional do Cone Sul, levando em consideração as especificidades locais, as relações de poder e a busca pela autodeterminação dos povos.

No texto “Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação”, de Lenin (1908), o conceito de autodeterminação é definido como o direito das nações a escolherem livremente o seu destino político, incluindo a possibilidade de se separarem de um Estado existente e formarem um Estado próprio. Lenin argumenta que a autodeterminação é um direito natural das nações, que deve ser reconhecido e respeitado. Ele critica a posição de Rosa Luxemburg, que defendia que a autodeterminação é um direito que pode ser exercido apenas em certas circunstâncias, tais como a existência de um movimento nacional democrático-burguês ou a ausência de imperialismo. Lenin afirma que a autodeterminação é um direito universal, que deve ser exercido por todas as nações, independentemente do seu nível de desenvolvimento econômico ou político. Ele também argumenta que a autodeterminação é um direito necessário para a emancipação dos povos oprimidos.

Além disso, podemos considerar a influência das diversas correntes do pensamento geopolítico e a importância de resgatar uma perspectiva crítica e dialética para compreender a configuração de poder contemporânea no sistema internacional.

Geopolítica não pode ser um alto tema, somente associado aos militares, estado-maior e a grandes corporações. Na sua depuração ideológica reside elementarmente as contradições entre povos e nações, isto é, um conjunto de indivíduos que, no território e em um dado momento histórico, constitui uma nação e suas relações e conflitos entre o nível local e global. População e meio geográfico e as contradições práticas e ideológicas da sua reprodução material e difusão espacial, é onde reside o núcleo das contradições geopolíticas.

Para isso, antes de adentrar no debate estratégico contemporâneo de relações internacionais ou disputa de poder na tradição marxista, tivemos em vista entender, como na evolução do pensamento geográfico e geopolítico, as noções de território, poder e inserção internacional de uma determinada região são tratadas. Por obviedade, a história do pensamento geográfico aqui apresentada é seletiva, muito se defende hoje a necessidade de construção e

reverenciamento de epistemologias locais que destoe do nortocentrismo¹⁷ e eurocentrismo comum dos estudos sobre a temática, sejam eles realizados nos países ditos centrais, ou periféricas. Sabemos que a região do Cone sul, incluindo suas diversas nações, produziram cientistas e estudos de excelência na área. Que muito contribui para as questões abordadas nesses estudos.

Porém, não nos limitamos a hagiografia das epistemologias do sul global, mas na construção contraditória do pensamento estratégico, permeado sobretudo no antropofagismo e depuração epistêmica do cânone geopolítico ocidental, marxismo-leninismo e embrionário estudos de relações internacionais. Entendemos que a região estudada compõe um plano telúrico e um plano ideológico e o paralelismo dialético desses elementos constitui o que estamos chamando de estratégia regional. As epistemologias citadas constroem noções e práticas, ou até mesmo práxis no sentido marxista, que nos elucidam sobre as contradições sobre os processo de integração regional.

Historicamente existe uma associação da geopolítica com o Estado-nação moderno, como uma arte a ser dominada por tomadores de decisão específicos da estrutura de poder nacional, que defende a geopolítica como a arte da política externa internacional, que constrói e teoriza grandes esquemas geoestratégicos.

Porém, as questões envoltas da geopolítica não dizem respeito apenas a uma elite de políticos, empresários e oficiais. E no espaço Banal, conceito colocado pela geógrafa Maria Adélia Aparecida (2019) como; “Isto é espaço de todas as pessoas, instituições e organizações, espaço de vida do ser humano na superfície do planeta Terra” que melhor define a esfera atuante da geopolítica. Na contemporaneidade, seja um povoado no “fim do mundo” em Ushuaia, argentina, uma pequena comunidade no alto plano boliviano ou em uma pequena vila pescadora no litoral atlântico brasileiro, todos os povos estão sob avaria das contradições ao nível global e suas vidas são diretamente afetadas por eventos ditos geopolíticos. Nenhum movimento social e político é na contemporaneidade é completamente endógeno ao seu local, todos são suscitados a perceber e enfrentar sua posição no mundo.

A reprodução da vida material dos povos e sua autodeterminação sem exceções permeia o cálculo da política mundial, porém em plena simultaneidade com os grandes eventos da arena mundial da luta política. Nenhum povo tem mais o privilégio de pensar somente seu espaço geográfico imediato.

¹⁷ Nortocentrismo é um conceito que se refere à perspectiva do mundo a partir do ponto de vista dos países do norte global. Esse ponto de vista é frequentemente caracterizado pela valorização da cultura, dos valores e das instituições ocidentais, bem como pela visão de que os países do norte global são mais desenvolvidos e avançados do que os países do sul global.

Quando colocamos o povo enquanto sujeito histórico e a luta pela autodeterminação como fenômeno primordial da geopolítica, sendo as formações socioespaciais e sua porção do espaço geográfico, historicamente estabelecidas, a manifestação primária, na perspectiva do povo, o que definimos como Geopolítico. Em contraditório a isso, o imperialismo que através da sua agressão, determina de forma verticalizada a vida política e material de vários povos oprimidos.

Um povo pode se autodeterminar quando:

Pero desde la creación del mercado mundial - sustento material de la integración de la historia — los procesos autónomos y desligados tienden a convertirse en subprocesos con múltiples intercomunicaciones y determinantes influencias mutuas, que conforman el discurrir unificado de la historia universal (TRIAS, 1978, p. 1).

Se busca a análise da influência, correlação e dependência da ambição política regional com a questão material, dialética e histórica da polaridade bioceânica, buscando compreender a estratégia e capacidade regional de transformar esse cenário em para poder concreto. Partindo da hipótese que dialética dos processos políticos envolvendo a polaridade oceânica da região do Cone Sul é um evento Geopolítico dependente da relação estratégica, entre Estado, povo e Espaço Geográfico. Que no período da globalização estende o seu poder para além do seu território, assim como o monopólio do poder do Estado sobre o seu território depende cada vez mais de relações extraterritoriais. Para entender tal cenário, uma breve contextualizada na Geopolítica clássica e como o resgate da Geopolítica pode nos informar muito sobre a questão, porque a evolução do pensamento estratégico e geopolítico nos fornece certo instrumental conceitual-teórico para compreender essa nova configuração espacial do poder.

Os Estados nacionais locais e suas formações territoriais historicamente estabelecidas representam uma concha de retalho herdada do período colonial. Os povos originários, descendentes dos primeiros habitantes dessa grande massa terrestre que alguns chamam de continente sul-americano, desde a gênese da expansão militar e econômica das classes dominantes do continente europeu pelo oceano atlântico; do século XV aos dias atuais, resistem e constroem suas autodeterminação em meio a pilhagem e acumulação de capitais das oligarquias hegemônicas locais e das classes dominantes transcontinentais. A reprodução da vida material dos povos e sua autodeterminação sem exceções permearam e permeiam o cálculo da política mundial, em maior ou menor nível de isolamento e distância, porém em plena simultaneidade com os grandes eventos da arena mundial da luta política. Nenhum povo tem mais o privilégio de pensar somente seu espaço geográfico imediato.

Se temos, enquanto unidade principal da história, o humano, é algo dele enquanto povo e nação que associamos aos processos de integração regional, o fator principal é o povo e seu desenvolvimento histórico enquanto sujeitos de uma luta política de dimensões internacionais. Integração de povos e nações de uma região específica refere-se ao quê? Ao princípio, a ideia de que esses mesmos povos e nações estão do mesmo lado na luta política internacional. E que sua soberania e desenvolvimento de suas forças produtivas está dependente desse agrupamento regional específico. Se agrupar representa o que em termos de autodeterminação? Em um universo de nações e povos distintos, é uma entidade que expressa distintas etnias sem colocar em perigo a unidade.

Não pode existir um afastamento do horizonte do pesquisador dessa temática, a questão da exploração e luta de classe. Nesse sentido, o argumento central desse estudo exploratório é que sem o fortalecimento da luta anticolonial, anti-imperialista e a exploração da questão da autodeterminação dos povos, os processos de integração sul-americana não se alinhará com o interesse da classe explorada. Colocar a questão da integração regional frente a perspectiva geopolítica é considerar as contradições do fenômeno da luta política em escala internacional. Que dialeticamente associada a arena política local e regional, impacta os processos de integração e fragmentação dos povos e nações.

Busca-se entender como formações socioespaciais convergem ou não a uma unidade política territorial maior, levantando também a questão do agrupamento de povos e nações em forças contrárias a forças verticais do ambiente externo internacional. Focalizando a exploração a paisagem geopolítica do cone sul enquanto uma sub-região do continente sul-americano.

Não resta dúvida que nenhuma região do continente representa homogeneidade nacional completa, pois em todas ela convivem minorias nacionais. O problema nacional da pátria grande, não é uma contradição menor, mas realidade a ser enfrentada sem minimizar a autodeterminação dos povos envolvidos. Compreende-se que o caminho comum, a integração, não é mero ideal, mas também necessidade fisiológica no processo de confrontação e superação dos resquícios do colonialismo e do imperialismo contemporâneo pujante.

Para entender a regionalização estratégica do Cone sul deve-se compor a dialética da relação entre espaço e poder. Entendendo que essa Região específica, recortada de forma epistêmica, é a expressão de uma porção espacial denominada e fracionada por essa pesquisa pelo conceito metodológico de formação socioespacial. E a questão da polaridade oceânica como nódulo de extrema importância porque se perfaz como a materialidade de um recurso de poder (Oliveira, L. K. D. 2012) espacializado. Sendo os processos e ações envolvidos em tal

fenômeno como um cerne valoroso, mesmo que não totalizante, para análise da configuração de poder no sistema internacional e a inserção da região apontada nesse cenário. O fenômeno envolto da questão regional e sua inserção internacional é bastante elucidativo sobre a estratégia na perspectiva de disputa de poder e instabilidade sistêmica, assim como também explicita a conjuntura Geopolítica mundial e contemporânea.

Historicamente existe uma associação da geopolítica com o Estado-nação moderno, como uma arte a ser dominada por tomadores de decisão específicos da estrutura de poder nacional, que defende a geopolítica como a arte da política externa. Existe uma grande ambiguidade de sentido nos grandes campos de estudos e disciplinares, que versam sobre o tema escolhido. Então cabe de antemão contextualizar os campos orientadores desse trabalho. Entendemos que todos eles, na academia, mídia ou no dito senso comum, estabelecem múltiplas interpretações e poucos consensos. Logo, para dissertar sobre aspectos reflexivo-teóricos da Regionalização Estratégica do Cone sul contemporâneo precisamos primeiro navegar sobre os grandes campos de estudo escolhidos e os caminhos neles traçados e os esmiuçar perante a problemática apresentada.

Um das linhas orientadoras é a Geografia política surgida no final do século XIX através do geógrafo Friedrich Ratzel (1844–1904); e suas transformação com seus predecessores que ganhará a conotação de geopolítica durante o século XX e outras variadas ramificações surgidas no século XXI, mas como muitos aspectos duradouros trazidos da fonte inicial. Por vezes se mascara a origem epistemológica a colocando sobre nova roupagem as mesmas linhas teóricas, para fugir do peso e da controvérsia que esse campo epistêmico carrega.

Em linhas gerais, a Geopolítica é a ciência que estuda a interação entre os espaços geográficos e sua relação com a política, tanto no âmbito interno quanto externo. Ela visa entender como as relações territoriais, as fronteiras e outros elementos geográficos afetam o comportamento dos Estados e dos povos e o funcionamento das relações internacionais. Assim, ela identifica como os elementos geográficos podem influenciar na escolha de determinadas políticas internas ou externas. Para Ratzel, o Estado era visto como um organismo vivo, que crescia e se desenvolvia conforme o ambiente em que estava inserido. Assim, o Estado tinha que lutar para controlar seu ambiente e estabelecer relações com outros Estados para assegurar sua sobrevivência. Com essa perspectiva, Ratzel defendia que a ciência geográfica era crucial para entender as relações entre os povos e Estados. Dessa forma, a Geopolítica se baseia na ideia de que os elementos geográficos desempenham um papel fundamental na definição das relações entre as diferentes partes. Assim, ela reconhece que o ambiente geográfico influencia diretamente nos processos de tomada de decisão

política. Além disso, ela também tem em vista entender como as relações territoriais afetam a disputa de poder entre as nações.

Vale ressaltar que o estudo da história do pensamento estratégico e geográfico é o primeiro passo para construção teórica e reflexiva do cenário contemporâneo que compõem a região. Primeiro porque o desenvolvimento do pensamento geográfico e político no ocidente moderno reflete muito as contradições científicas e ideológicas da luta política histórica que esculpiu a conjuntura atual da região. Segundo que o racismo, etnocentrismo e anti-cientificismo que incorporou as fileiras de muitos geopolitólogos e seus projetos tidos como 'científicos', não é uma escrita ofensiva a ser esquecida, mas parte importante da arquitetura de poder que se manifesta até agora e estão grafadas nos contornos geopolíticos dos dias atuais. Logo, cancelar o campo e seus paralelos com os dias atuais não é enfrentar as contradições das quais eles foram arautos. Dito isso, embarcamos na discussão geopolítica e algumas das suas tradições.

Acreditamos que a discussão geopolítica deve partir do reconhecimento e da análise das relações históricas entre os Estados e as regiões do mundo e entre as nações e os movimentos globais. Essas relações contribuem para a construção de um campo de discussão interdisciplinar que nos ajuda a entender melhor a complexidade da região e as dinâmicas das relações internacionais. Além disso, é necessário prestar atenção às características locais e regionais estando em jogo, já que estas são cruciais para o estudo geopolítico.

Para isso, é importante considerar a diversidade de atores, suas agendas e interesses, suas práticas e discursos, bem como as diferentes formas de imaginar e construir o mundo. Por último, a discussão geopolítica deve estar atenta às mudanças no cenário internacional, bem como às dinâmicas globais que influenciam os cenários regionais. É necessário considerar como as diferentes escalas políticas se conectam e interferem entre si, e como as lógicas globais se traduzem em agendas locais, de modo a compreender os efeitos das ações políticas na região. Além disso, é importante aprofundar o conhecimento de história e a cultura da região, para compreender as raízes e as manifestações das dinâmicas geopolíticas. Desta forma, a discussão geopolítica da região deve partir do reconhecimento das contradições e das dinâmicas históricas que foram responsáveis por moldar o cenário atual.

O termo Geopolítica clássica e seus expoentes surge em um contexto histórico conturbado, momento de grandes transformações tecnológicas e reviravoltas nos grandes polos de poderes. Mas em suma a Geopolítica surge no século XX, natimorta devido à sua instrumentalização ideológica, estado-centrismo e debilidades metodológicas, porém o contraditório dessa disciplina ainda é extremamente vivo em grandes debates e culturas estratégicas no Século XXI. Reverter essas debilidades a partir de um método geográfico mais

elaborado e aplicá-lo a uma perspectiva do Sul Global e também traçar suas influências dessas culturas estratégicas em determinados processos internacionais que influem no continente é ao que defendemos como pontapé inicial para pensar a região de forma estratégica. Ou seja, um primeiro passo para depurar as ideologias geográficas ocidentais a partir da análise de suas relações materiais vigentes, construindo um panorama estratégico para a região do Cone Sul.

Além disso, é importante estar atento às mudanças no cenário internacional, às lógicas globais e às interconexões entre as escalas políticas, para compreender os efeitos das ações políticas na região. Por fim, é essencial aprofundar o conhecimento de história e cultura da região, para entender as raízes e as manifestações das dinâmicas geopolíticas.

Negar, portanto, a prática estratégica, seja a das origens da disciplina, seja a teorizada por Ratzel, seja a da Geopolítica explícita do Estado Maior, ou a implícita na prática dos geógrafos, é negar a própria Geografia, que foi, assim, prejudicada no seu desenvolvimento teórico e na sua função social. E repensar a Geografia envolve necessariamente o desvendar da Geopolítica, sua avaliação crítica e seu resgate, e trazer esse conhecimento para debate na sociedade. Em outras palavras, nesse campo de preocupações, à Geografia caberia a teorização sobre a prática estratégica desenvolvida pela Geopolítica (BECKER, 2012, s/p).

A configuração do Espaço Geográfico contemporâneo em contraponto à dinâmica da disputa de Poder é um debate de amplas tradições do pensamento social e político desde tempos imemoráveis. Conceitos, disciplinas e palavras diferentes temporalmente, mas a natureza central da problemática segue imutável. Ao longo da história humana, diferentes conjuntos populacionais representados por diferentes regimes políticos e culturais trabalharam e lutaram na construção de uma porção espacial específica que comumente chamamos de território. Conceito que expressa um sistema de contradição de poderes explícito na sua realidade de ser. Define um estado de posse e pertencimento autodeterminado, reconhecido ou não pelos seus pares.

Os fenômenos geopolíticos são, geralmente, considerados uma dimensão 'superior e distante', como a arena das grandes potências, grandes tomadores de decisões, grandes corporações, entre outros, não sendo percebidos como um fenômeno social e político que parte tanto do espaço banal quanto da grande arena internacional. Muitos trabalhos sobre Geopolítica começam sua reflexão sobre a questão semântica, o significado da terminológica "Geopolítica" é apresentado diversamente. Buscar a genealogia da palavra e a confrontação com outros termos semelhantes. Buscando contextualizar o tema, como a história do pensamento e desenvolvimento das ciências políticas e sociais. Talvez o que mova esse anseio contra a polissemia da palavra Geopolítica seja o desconforto de entender essa área enquanto

um campo em disputa. Dito isso, começamos refletindo não a localidade da Geopolítica no dicionário, mas como ela se apresenta.

Quando tratamos sobre geopolítica temos que ter em conta duas esferas dessa área, a qual é a separação do discurso da prática. Que ora se fazem distintamente uma da outra, ora se perfazem dialeticamente, ou seja, aprofundando-se no tema da geopolítica, somos defrontados com uma realidade e racionalidade prática e material da geopolítica que faz parte intrinsecamente da produção social do espaço mediante *práxis* específicas. Elaboradas epistemologicamente e praticadas na realidade social, como também discursos e desenhos teórico-epistemológicos com pouca ou nenhuma expressão na disposição da reprodução política internacional. Como também uma pluralidade, adensamento e conflitualidade ideológica, que essa área carrega, a coloca não só como um campo de estudo, mas a própria prática do poder.

É possível encontrar aqueles que colocam a geopolítica enquanto um campo de estudo estratégico, que deve revelar condições e determinantes pré-estabelecidas que auferem sobre a disputa de poder. Geopolítica e arte da guerra se confundem. Arte da guerra para quem? Para o Estado, para o povo, para a corporação?

Neste tópico busca-se traçar a tradição do pensamento Geográfico acerca do pensamento estratégico e como a evolução epistêmica da área nos leva ao questionamento e entendimento da configuração de poder contemporânea do sistema internacional. Contextualizando qual Geopolítica e qual método consiste o estudo empreendido nesta dissertação para posteriormente conectar tais questões com o enquadramento regional e a tradição do pensamento marxista enquanto crítica, que estabelece um diálogo dialético com esta problemática.

Para Cohen, Geopolítica é a análise da interação entre, por um lado, cenários e perspectivas geográficas e por outro os processos políticos, logo se trata da confluência das configurações Geográfica e dos processos políticos e como cada um é influenciado pelo outro, sendo a geopolítica a abordagem dessa interação. Partiremos desse preceito para buscar compreender quais configurações espaciais e processos políticos emergem conforme a região se compõem nos processos do imperialismo e da instabilidade sistêmica que emerge do crescente acirramento entre as potências mundiais e as reverberações na semiperiferia do sistema-mundo.

Dentro da ciência política existe um grande debate sobre a natureza da Geopolítica como sua própria definição é dúbia. Porque ao longo da tradição dos estudos geográficos sobre a temática é comum o uso dos termos Geopolítica e Geografia Política. Porém, para entender e analisar e conseguir fazer uma crítica à política mundial, é imperativo que nos

debrucemos sobre a Geopolítica mediante um aspecto mais amplo e como uma tradição intelectual do pensamento estratégico espacial. Indo além da Geopolítica clássica e da Geografia Política e pensar uma Geopolítica contemporânea capaz de enfrentar os novos desafios geoestratégicos do século XXI.

Hoje, a questão das relações entre a Geografia e a Geopolítica se insere no contexto de velocidade espantosa de transformação do planeta no segundo pós-guerra e da crise de ciência social, que não consegue dar conta do movimento da sociedade e das novas estruturas de poder nem propor soluções para o futuro. Novas problemáticas têm que ser incorporadas à explicação da crescente globalização e complexidade do mundo na era tecnológica (BECKER, 2012, p. 117).

A perspectiva estratégica do espaço geográfico que se dissemina no mundo anglo-saxão e germânico conformou uma importante intelectualidade associada ao mundo ocidental. Um saber epistêmico e teórico instrumentalizado que durante o século XX teria grande protagonismo. Porém, é inegável a herança do período para o saber Geográfico, onde um amplo arsenal metodológico e epistêmico foi desenvolvido, dando amplo escopo para que a perspectiva geográfica quando livre de acusações e disputas pudesse ser revigorada.

Um dos precursores desse movimento foi Yves Lacoste, que revigoreu a Geopolítica na década de 1970, enquanto defendeu que ela trata do estudo das interações ao nível global e local e dos processos políticos com o território. Elucidando uma disputa de poder ou de influência sobre os territórios e sobre a população que neles habitam. Contando que a Geopolítica tem como objeto as relações de poder entre os diferentes agentes que desempenham papéis distintos de poder num dado espaço aproximadamente definido (LACOSTE, 2006).

Ressaltando a importância da relação de poder entre distintas formações socioespaciais na compreensão da geopolítica regional do Cone Sul. As formações socioespaciais representam a confluência das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que moldam um determinado espaço geográfico ao longo da história. Ao analisarmos as formações socioespaciais na região do Cone Sul, poderemos compreender como as contradições geopolíticas se desdobram nesse contexto específico, considerando as especificidades locais, as relações de poder e a busca pela autodeterminação dos povos. Além disso, exploraremos como o resgate da perspectiva crítica e dialética é fundamental para compreender a configuração de poder contemporânea no sistema internacional, considerando a relação entre Estado, povo e espaço na construção da estratégia regional.

Na transição da teoria da luta estatal para a teoria da luta de classe nas contradições

entre o local e o global, esboçando o cenário geopolítico do Cone sul. Para isso, utilizaremos o conceito de formação socioespacial, que melhor engloba as contradições principais dos processos de regionalização e compartimentação nesta região. É fundamental compreender como a geografia interpreta o espaço humano como um fato histórico, analisando a história da sociedade mundial em conjunto com a história da sociedade local. A categoria de formação socioespacial, desenvolvida por Milton Santos, permite entender como o espaço é produzido e transformado pelas dinâmicas sociais ao longo do tempo, superando a visão dualista entre Homem e Natureza. Por meio da análise das formações econômicas e sociais específicas, podemos identificar as particularidades de cada sociedade e entender como as relações econômicas, políticas e culturais se entrelaçam para criar estruturas sociais efetivas. Além disso, compreendemos como o modo de produção se configura historicamente no espaço por meio das formações sociais, que regulam e influenciam a reprodução socioeconômica e política de uma sociedade.

Para Milton Santos, Geografia como disciplina esteve por muito tempo mais preocupado em estudar as formas já cristalizadas do que a *formação* da sociedade, ou seja, as dinâmicas que a cria e transforma o espaço geográfico. Tornando essencial para uma geografia que interprete o espaço humano como o fato histórico que é, e compreender a realidade espacial, é necessário analisar a história da sociedade mundial aliada à história da sociedade local. Para solucionar esse problema epistemológico, Milton Santos desenvolve o conceito de formação socioespacial, derivado e influenciado pela categoria Formação Econômica e Social (F.E.S) que diz respeito ao diferente desenvolvimento de cada sociedade, em suas particularidades e em relação às forças externas a ela que impulsionam essas particularidades.

Milton Santos, em seu artigo “Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método”, explora as relações existentes entre a geografia e a sociedade, abordando como a formação social e a estrutura espacial se relacionam. Ele destaca a importância de entender como a organização espacial e a transformação social se influenciam mutuamente. O autor começa com uma análise do conceito de espaço e suas implicações na produção social. Ele destaca a formação social como um processo dinâmico e complexo, e argumenta que a geografia deve reconhecer que o espaço é produto das relações sociais e, deve ser estudado em seu contexto social. Santos argumenta que o espaço não é um meio neutro para a ação humana, mas sim, é um elemento ativo na formação social. Além disso, Santos argumenta que a geografia deve abordar a formação social como uma teoria e como um método. Ele defende que a geografia deve conseguir compreender e explicar as relações entre a formação social e a estrutura espacial, e deve buscar a compreensão desses processos por meio de uma abordagem

histórica. Em suma, Milton Santos oferece uma abordagem importante para a análise da formação social e da estrutura espacial. Ele destaca a importância de entender e explicar o papel do espaço na produção social e defende que a geografia deve usar o método histórico para compreender essas relações.

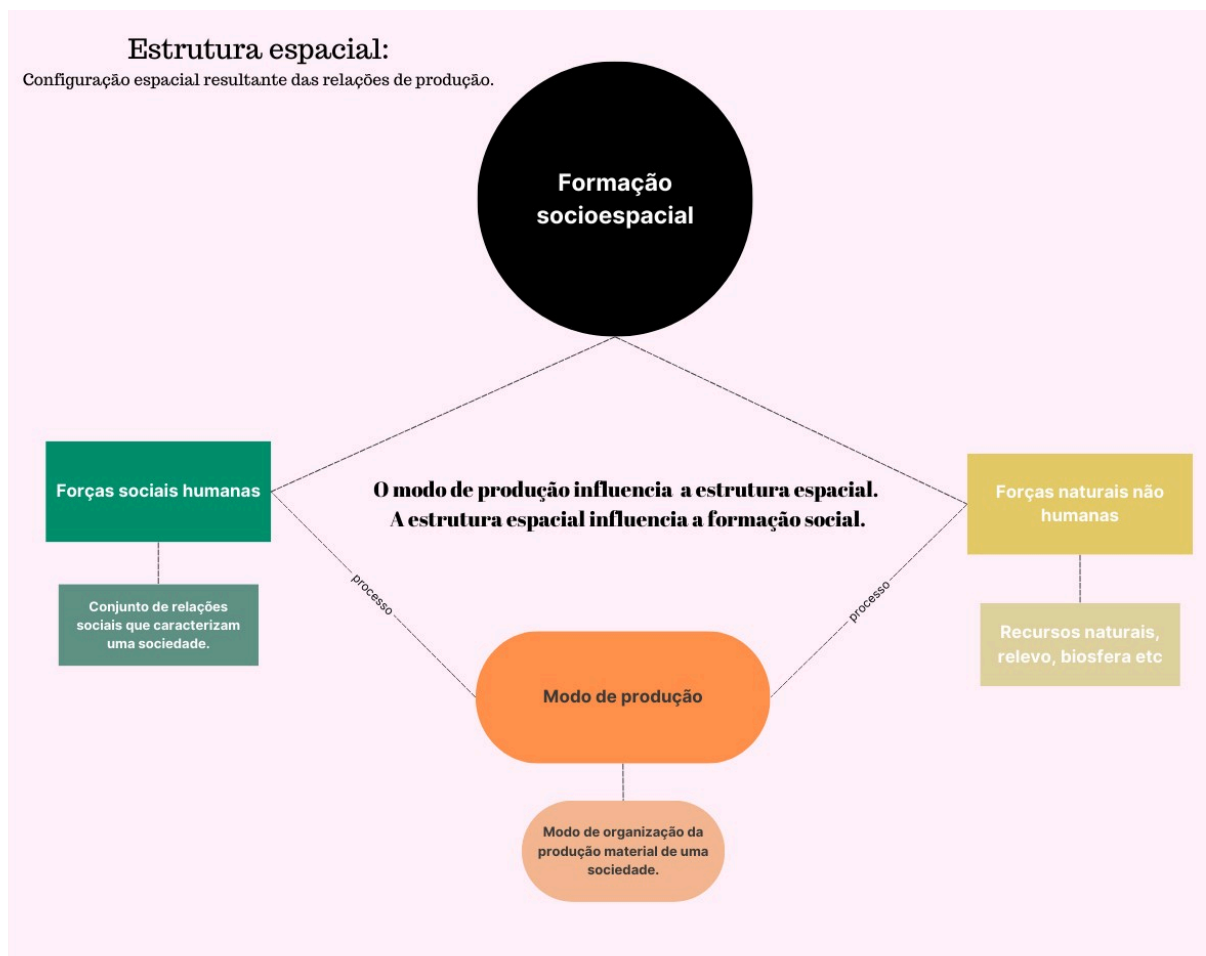
A Formação Econômica e Social (F.E.S) de Marx é um dos elementos fundamentais de seu pensamento. Ele acreditava que as relações econômicas existentes entre as pessoas e as instituições eram a base da estrutura social e da ordem política. O objetivo de Marx era compreender a maneira como essas relações econômicas determinam o curso da história. A Formação Econômico-Social de Marx se apoia na análise da economia política, a partir da qual ele desenvolveu uma teoria que explica como as relações econômicas entre as pessoas e as instituições geram novas formas de produção e distribuição de riqueza, o que, no que lhe concerne, tem implicações para a estrutura social e a ordem política.

Segundo Marx, as relações econômicas são a base da formação econômico-social. Essas relações são determinadas pelo modo de produção, sendo a maneira como as pessoas produzem e usam bens materiais. O modo de produção determina as relações de poder entre as pessoas e as instituições. Marx acreditava que essas relações de poder eram refletidas nas relações econômicas e políticas entre os diferentes grupos, classificando-as como exploração e alienação. Para Marx, a formação econômico-social é uma forma de abordar a história e a sociedade de maneira dinâmica: ela permite que se analise como as relações econômicas mudam ao longo do tempo e como isso influencia o curso da história.

A obra de V.I. Lenin, aborda a questão das formações econômicas e sociais de uma forma ampla. Lenin defende a necessidade de superar as limitações do capitalismo e da burguesia, e o estabelecimento de uma nova formação econômica e social que tenha como base o socialismo. Para ele, o socialismo oferece a melhor solução para os problemas sociais e econômicos enfrentados.

A base da explicação da Formação Econômica e Social (F.E.S) é a produção, isto é, como o homem se organiza para transformar o espaço. Neste sentido, Espaço e Natureza são compreendidos como sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, desta forma superando a visão dualista entre Homem e Natureza e compreendendo que o Espaço ultrapassa o ecológico e abrange todo o social.

Ilustração 8 — Formação socioespacial



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir desse conceito, o geógrafo tem em vista compreender como o espaço é produzido, quais as relações entre os grupos sociais e os processos históricos que se desenvolvem no decorrer do tempo. A análise da Formação Econômica e Social (F.E.S) abrange ainda as diferentes escalas temporais, as quais se relacionam com o modo de produção, ao qual se associam os diferentes processos de criação, transformação e destruição da sociedade. Além disso, a categoria F.E.S. se relaciona com a ideia de que a realidade espacial é criada e transformada pelos processos de globalização, tornando necessário o estudo das relações entre centro e periferia. Por meio deste conceito, Milton Santos superou as limitações do enfoque anterior na Geografia, dando ênfase à história e às dinâmicas sociais em seu estudo. Colocando o espaço não só como um conjunto de formas, mas como algo em constante transformação, o que o leva a buscar desvendar os processos que o originam e o mantêm.

A categoria de formação social expressa a unidade e a totalidade da vida em

sociedade, isto porque ela só pode se referir a uma sociedade dada, específica, e não a “sociedade geral”, e esta sociedade específica só podem ser fundadas sobre a totalidade estrutural. O materialismo histórico-dialético só pôde se consolidar como um método baseado na História justamente porque Marx optou por analisar uma determinada sociedade e suas dinâmicas, e não se propôs ao esforço teórico de analisar a “sociedade geral”, de forma generalizada.

Nesta perspectiva, a categoria de formação social não apenas tem a função de designar a unidade e a totalidade da vida em sociedade, mas também de explicar a dinâmica e o desenvolvimento de qualquer sociedade determinada. A formação social é o princípio de totalidade e unidade que une as partes de uma sociedade, como a economia, da política e da cultura, e esta unidade é fundamental para entender como estas partes se relacionam entre si. Por exemplo, na definição de uma formação social como a do capitalismo, temos a explicação de como a produção e a circulação de mercadorias se relacionam com as relações sociais e as estruturas políticas. A partir desta análise, podemos entender como o sistema capitalista se constitui e como ele se desenvolve através das relações sociais e da dinâmica da produção de mercadorias. Portanto, a categoria de formação social consegue explicar a unidade e a totalidade da vida em sociedade, permitindo que a análise das partes seja feita com base na compreensão da totalidade.

Porque a Formação Econômica e Social (F.E.S) é um método e categoria de análise que enfoca a particularidade de uma dada sociedade, sem anular o conhecimento desta sociedade em sua totalidade e sua evolução histórica. Um estudo genérico permite compreender as similaridades entre diferentes formações socioespaciais, mas não é o suficiente para definir as especificidades de cada formação. No interior de cada F.E.S. há uma cisão do todo, uma parte do todo, uma reprodução do todo que embora faça parte da totalidade, ainda assim apresenta características distintas de outras F.E.S que não são únicas. Logo, no caso se trata de analisar as particularidades que irão emergir conforme a F.E.S estudada assume um protagonismo crescente, no modo de produção vigente. Isto entendendo também que nenhuma F.E.S. possa ser compreendida fora da totalidade, pois suas especificidades, ainda que únicas, seguem um padrão calcado na estrutura totalizante.

A Formação Econômica e Social (F.E.S) pode ajudar no entendimento de como as sociedades se formaram, se desenvolveram e evoluíram ao longo da história. Por meio dela, é possível compreender melhor como as relações sociais se estruturam em diferentes contextos e como elas influenciam o desenvolvimento de uma sociedade ao longo do tempo. Com isso, é possível identificar as particularidades de cada formação social e seus reflexos para o desenvolvimento de uma determinada sociedade. A F.E.S. é muito útil também para a

compreensão das relações entre classes sociais, como elas se formam, se desenvolvem e se transformam. Além disso, ela ajuda a entender como as relações econômicas, políticas e culturais se entrelaçam para criar estruturas sociais efetivas. Por fim, a F.E.S. é importante para compreender como os sistemas de poder e as práticas culturais se desenvolvem em diferentes contextos. Ela permite também identificar como as estruturas de dominação se estabelecem e como elas influenciam o desenvolvimento econômico, cultural e político de uma sociedade.

A categoria de Formação Econômica e Social (F.E.S) só pode ser aplicada sobre uma sociedade historicamente determinada que possua relações econômicas e sociais específicas, tal sociedade é para o estudo o núcleo cultural e territorial caracterizado pelo fato de formações distintas e particulares integrarem uma totalidade. As F.E.S. se caracterizam como etapas de um processo histórico mais amplo. Esta noção implica um entendimento do desenvolvimento histórico que abranja suas causas e consequências e seu desenrolar em mínimos detalhes. Metodologicamente sendo necessário distinguir modo de produção de F.E.S, sendo o primeiro uma possibilidade de realização e o segundo esta realização consolidada, como disse Rudner (1973, p. 45), “pretender que uma entidade tenha uma disposição para manifestar uma propriedade, ou que ela possa manifestá-la potencialmente, não é o mesmo que pretender que esta propriedade se manifeste efetivamente”. Logo diferentes F.E.S disputam para ser o motor histórico do modo de produção vigente.

Assim, a Categoria Formação Econômica e Social (F.E.S) consiste em um método de análise histórica que tem em vista identificar as relações econômicas e sociais que caracterizam um determinado modo de produção e que influenciam a formação de F.E.S. particulares, bem como os processos de mudança e desenvolvimento destas. Ela visa identificar as relações materiais e ideológicas entre os grupos sociais e as formas de organização da produção, dando destaque aos mecanismos de dominação e exploração que caracterizam os modos de produção.

Mas apesar de sua distinção metodológica, modo de produção e formação econômica e social são indissociáveis, bem como o espaço não se dissocia destes dois. O modo de produção é determinado historicamente no espaço por uma formação social responsável por consolidá-lo. A Formação Econômica e Social (F.E.S), em linhas gerais, se trata então de uma estrutura técnico-produtiva que geograficamente se manifesta pela distribuição de suas atividades no espaço e expressa no sistema internacional, relações de poder.

O modo de produção se configura pela natureza das relações de produção, ou seja, as relações que se estabelecem entre os produtores e seus meios de produção. Essas relações são resultados da história social vivida, portanto se manifestam no espaço com a distribuição das

atividades econômicas nos diversos locais. Nesse sentido, a Formação Econômica e Social (F.E.S) se caracteriza como um sistema que organiza e regula o espaço para atender à lógica do modo de produção.

A formação social, por sua vez, é o resultado da ação dos diversos atores sociais, que se manifestam na forma de ideologias, instituições, culturas e costumes. Ela se manifesta também no espaço, por ser através dele que os atores sociais interagem e se relacionam. Assim, é possível dizer que a Formação Econômica e Social não somente regula o espaço, mas ainda é influenciado por ele, pois as relações sociais que se estabeleceram ao longo do tempo se refletem nos espaços geográficos. Portanto, podemos dizer que a formação econômica e social, o modo de produção e o espaço são indissociáveis. A F.E.S é o resultado dessa interação entre esses elementos, ao ser responsável por regular o espaço e permitir a manifestação das relações de produção e da formação social.

As diferenças entre os locais é o resultado dos arranjos específicos dos modos de produção em seus espaços particulares, isto é, cada modo de produção se consolida sobre um território determinado, e esta determinação reforça a especificidade das formações sociais. Logo, a distribuição das atividades da estrutura técnico-produtiva no espaço se conforma a partir de necessidades e demandas internas e externas, e por esta razão o espaço e a sociedade locais sempre refletem uma ordem internacional.

Como a estrutura técnico produtiva não se desenvolve sem o acesso competitivo aos recursos necessários à condição de produção, logo os fenômenos da Geopolítica dos recursos naturais são determinantes para o desenvolvimento das F.E.S. Ainda mais quando a mesma se lança como um projeto de desenvolvimento único e soberano.

A geopolítica dos recursos e a estabilidade são uma questão crucial ao analisar a segurança nacional¹⁸, no caso a estabilidade. Diferenciação das áreas causa pelo desenvolvimento de múltiplas formações socioespaciais. Assim, o desenvolvimento de um lugar difere de outro, pois cada um tem suas características próprias. Estas características são resultados de fatores como a localização geográfica, os recursos naturais disponíveis, a infraestrutura, as políticas públicas, a cultura local, as relações de poder e de produção, a economia local e as forças externas que influenciam o desenvolvimento, entre outros.

Nessa perspectiva, a formação socioespacial, a formação social e o modo de produção são indissociáveis e influenciam-se mutuamente no cenário geopolítico do Cone sul. Através do estudo da Formação Econômica e Social (F.E.S), é possível identificar as relações

¹⁸ Pode ser definido como a condição de proteção do Estado e de seus cidadãos contra ameaças internas e externas. As ameaças internas à segurança nacional podem incluir conflitos políticos, terrorismo, crime organizado e desastres naturais. As ameaças externas podem incluir guerra, agressão militar, espionagem e sabotagem.

econômicas e sociais que caracterizam cada sociedade, compreendendo como os processos históricos e as relações de poder se manifestam no espaço geográfico.

Ao analisar as particularidades de cada formação socioespacial, podemos entender como as sociedades se formaram, se desenvolveram e evoluíram ao longo da história, considerando também as influências externas que moldam a região do Cone sul. Dessa forma, o estudo das formações socioespaciais é crucial para a compreensão da integração regional no Cone sul e para a análise da geopolítica dos recursos naturais que moldam o desenvolvimento das sociedades da região. No próximo capítulo, abordaremos a regionalização estratégica do Cone sul, considerando esses elementos analisados.

3 REGIONALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DO CONE SUL

Este capítulo tem por objetivo analisar a divisão e organização das regiões do mundo com base em considerações estratégicas e geopolíticas, especialmente no contexto da integração regional na América do Sul. Neste capítulo, exploraremos a importância de reconhecer que diferentes partes do mundo possuem características distintas, interesses específicos e dinâmicas geopolíticas únicas, e como esses aspectos são relevantes para o desenvolvimento econômico, social e político dos países membros do Cone sul. Investigaremos a região do Cone sul em suas diversas facetas, considerando sua história, geografia e os desafios enfrentados pelo regionalismo sul-americano. Além disso, examinaremos o papel crucial da infraestrutura e dos corredores bioceânicos na promoção da conectividade e cooperação entre os países membros, buscando identificar as contradições e oportunidades que permeiam a busca por uma integração regional sólida e efetiva. Ao adentrarmos nesta análise, embasamos tanto na Geopolítica Crítica como no materialismo histórico-dialético, enriquecendo nosso entendimento sobre a realidade espacial e suas implicações na busca por uma região estratégica e autônoma no sistema internacional.

Considerando que um processo de integração regional, especialmente entre países periféricos, permeia uma visão político-estratégica. O objetivo deve ser o desenvolvimento econômico e social dos países membros, reduzindo sua dependência e vulnerabilidade externa e aumentando sua autonomia estratégica e projeção de poder no sistema internacional. Destacando a importância de dois planos de objetivos políticos entrelaçados na integração regional: o objetivo interno de afirmar e aumentar a legitimidade dos Estados-membros, atendendo a demandas e condições sócio-políticas internas, e o objetivo externo de aumentar a projeção de poder dos membros no sistema internacional (RODRIGUES, B. S. 2014).

A infraestrutura e o desenvolvimento dos desses espaços regionais estratégicos também são considerados importantes no processo de integração, ao permitirem a conexão e a interação entre os países membros, facilitando o comércio, a circulação de pessoas e bens, e a cooperação em áreas como segurança, meio ambiente e cultura. Além disso, avanço na área de infraestrutura e pode contribuir para a diversificação produtiva e o aumento da competitividade dos países membros,

O texto explora uma dimensão histórica-geográfica da geopolítica, que contribuem mediante etimologias, métodos epistêmicos e contradições que em parte a problemática da integração sul-americana. Através da exploração bibliográfica acadêmica e de documentos oficiais que na visão desse estudo contribui para construção teórica sobre os corredores

bioceânicos e seu paralelismo com modelos geopolíticos consolidados na tradição do pensamento estratégico ocidental. Buscaremos uma visão estruturada e espacializada dos fenômenos internacionais que operam o regionalismo sul-americano e especificamente a questão dos corredores logísticos. Demonstraremos os percalços dos projetos de integração regional e estratégica que se inserem primeiro em parte na história do pensamento geopolítico clássico ocidental e, posteriormente, na abordagem da Geopolítica Crítica.

Explorando a regionalização estratégica do Cone Sul e como ela e os corredores bi oceânicos se inserem no regionalismo sul-americano, tendo plena ciência que apenas daremos os pontapés iniciais de forma exploratória nesse amplo tema, refletiremos como a geopolítica enquanto, área de estudo, pode contribuir com a iniciativa de integração regional.

O caminho construído, para além de buscar ‘verdades’ científicas, se insira como um esforço teórico-pedagógico sobre a relevância do debate estratégico e políticos no âmbito do regionalismo.

Operacionalizando regionalização estratégica e geopolítica do Cone sul, colocando em contraponto em parte o pensamento marxista e a geopolítica clássica com a realidade material e Geográfica da região, buscando se aprofundar nas suas contradições e conflitos materiais que situa o cenário dessa porção espacial continental específica. Indagando quais critérios e dinâmicas a estabelece como uma região estratégica e única no sistema internacional. Tendo como antes o método o materialismo histórico-dialético, trazendo como central a questão da terra (ou solo) e o povo como sujeitos históricos centrais da realidade espacial que se expressa contemporaneamente. Como afirmado por Milton Santos (1982) enxergar a realidade geográfica que se expressa, como também um produto social.

Compreender a regionalização estratégica do Cone Sul é um esforço imprescindível para garantir a sobrevivência mútua e a segurança das formações socioespaciais locais. Abrindo espaço para uma integração regional que supere uma série de contradições geopolíticas que as incertezas do cenário internacional impõem a essa região. É o caminho para pensar em uma integração que se apoie para além de um imaginário geográfico e uma identidade, mas uma realidade geográfica-material que una os povos nas soluções de suas contradições comuns.

Colocamos como pergunta principal, quais são essas contradições comuns às formações socioespaciais do Cone Sul? Para esmiuçar essa questão, mesmo controversa e polêmica, a geopolítica clássica e os seus debates podem, mesmo que do ponto de vista das forças hegemônicas, explanar sobre essa realidade e seus pontos sensíveis. Já parte da tradição do pensamento marxista, seu instrumental conceitual-teórico e metodológico ajuda construir

uma estrada por esse caminho, seja seus pensadores do centro ou da periferia do capitalismo, muitos construíram na práxis e na teoria a resistência e a alternativa as contradições que se impõem hoje. E operacionalizar os seus trabalhos a uma região previamente delimitada (mesmo que esse recorte regional seja meramente epistemológico) pode nos elucidar sobre os problemas que enfrentamos e enfrentaremos.

A tradição do pensamento marxista, com seus pontos cardeais de luta de classes e desenvolvimento histórico, oferece ao debate sobre essas questões no Cone sul, por meio de uma análise crítica sobre a maneira como as forças hegemônicas interpretam e interagem com as contradições existentes. Por meio de sua compreensão da luta de classes e da relação entre as forças produtivas e as relações de produção, o marxismo oferece um quadro de análise para entender como os indivíduos e grupos vulneráveis são marginalizados e desfavorecidos pelas estruturas dominantes. Isso pode ajudar a desenvolver estratégias regionais que buscam eliminar as assimetrias de poder e desenvolver formas de cooperação e partilha de recursos que melhorem as condições de vida do povo da região.

3.1. Região, regionalização e compartimentação

O conceito de regiões como unidades existentes na realidade tem sido criticado. Qualquer divisão regional do mundo é um artifício arbitrário do pesquisador, e não reflete a verdadeira complexidade do mundo. Mesmo a divisão aparentemente óbvia em continentes viola a continuidade regional. Qualquer outra divisão do mundo em grandes reinos também necessariamente violará a continuidade regional garantidamente. Em suma, o conceito de regiões como unidades existentes na realidade é falho. Qualquer divisão regional do mundo é um artifício arbitrário que não reflete a verdadeira complexidade do mundo. (HARTSHORNE, 1939)

Richard Hartshorne (1899-1992) foi um geógrafo americano que definiu a geografia como a ciência da diferenciação de áreas da superfície terrestre. Ele argumentou que a geografia deve estudar a relação entre os fenômenos geográficos e que deve se concentrar em estudar áreas específicas da Terra, em vez de apenas estudar os fenômenos geográficos, em geral. A definição de Hartshorne da geografia foi um ponto de partida importante para a geografia moderna e continua a ser influente hoje.

Para o geógrafo estadunidense Richard Hartshorne, o objeto da geografia é a descrição e análise da diferença e da distribuição da Terra, dos seres vivos, da cultura e dos sistemas naturais. Ele defende que a geografia deve abranger três áreas principais de estudo: a física, a humana e a cultural. Hartshorne acredita que a geografia é uma ciência única, que abrange o estudo da Natureza, da sociedade e da cultura. Ele defende que é necessário compreender como a Natureza e a cultura influenciam e se relacionam com o espaço. Com isso, é possível entender melhor as diferenças, as relações e as distribuições que formam o mundo que o rodeia. Para Hartshorne, a significância geográfica é o estudo da influência do espaço na vida humana. Ele defende que a geografia deve estudar como o espaço influencia e é influenciado por pessoas, culturas e sistemas naturais. Isso inclui a análise de como a geografia influencia fatores como o desenvolvimento econômico, a política, a educação, a saúde, a cultura e a história. Hartshorne também defende que a geografia não deve ser concebida como simples ramo da ciência sistemática, mas como ponto que corta através de todas as ciências sistemáticas. Ele também assume uma postura racionalista ao afirmar que as regiões são construções mentais do pesquisador e não dados da realidade a serem descobertos pela pesquisa. Portanto, a região é uma ferramenta para o geógrafo que é delimitada segundo sua significância geográfica, ou seja, um recorte espacial em que é derivado da escolha do geógrafo. É desta forma que Hartshorne considera que as regiões são produtos da abstração e da síntese da realidade geográfica.

Richard Hartshorne teve um papel importante no desenvolvimento do imperialismo

estadunidense. Em seu livro “A Natureza da Geografia”, 1939, Hartshorne argumentou que a geografia é uma ciência que estuda a distribuição dos fenômenos físicos e humanos na superfície da Terra. Essa definição de geografia foi utilizada para justificar a expansão territorial dos Estados Unidos, pois ela colocava os Estados Unidos como uma potência natural que tinha o direito de controlar os recursos naturais de outras regiões do mundo. Hartshorne também foi um defensor da geografia regional, que é um método de estudo da geografia que se concentra em uma região específica. A geografia regional foi usada pelos Estados Unidos para controlar as regiões que ocupavam, pois ela permitia aos Estados Unidos compreender melhor as características dessas regiões e como controlá-las. O papel de Hartshorne no imperialismo estadunidense foi discutido por vários autores, como David Livingstone (2003) e Derek Gregory (2004). Livingstone argumentou que Hartshorne foi um “geógrafo imperial” que ajudou a legitimar o imperialismo estadunidense. Gregory argumentou que Hartshorne foi um “geógrafo do poder” que usou a geografia para justificar a dominação dos Estados Unidos sobre outras regiões do mundo.

Regionalização e compartimentação são dois conceitos, frequentemente usados de forma intercambiável, mas que têm significados diferentes. Regionalização é o processo de dividir um espaço em regiões, enquanto compartimentação é o processo de dividir um espaço em compartimentos. A regionalização é geralmente baseada em critérios físicos, humanos ou mistos. Sendo os critérios físicos o clima, vegetação, topografia e hidrografia. Os critérios humanos incluem fatores como população, economia, cultura e história.

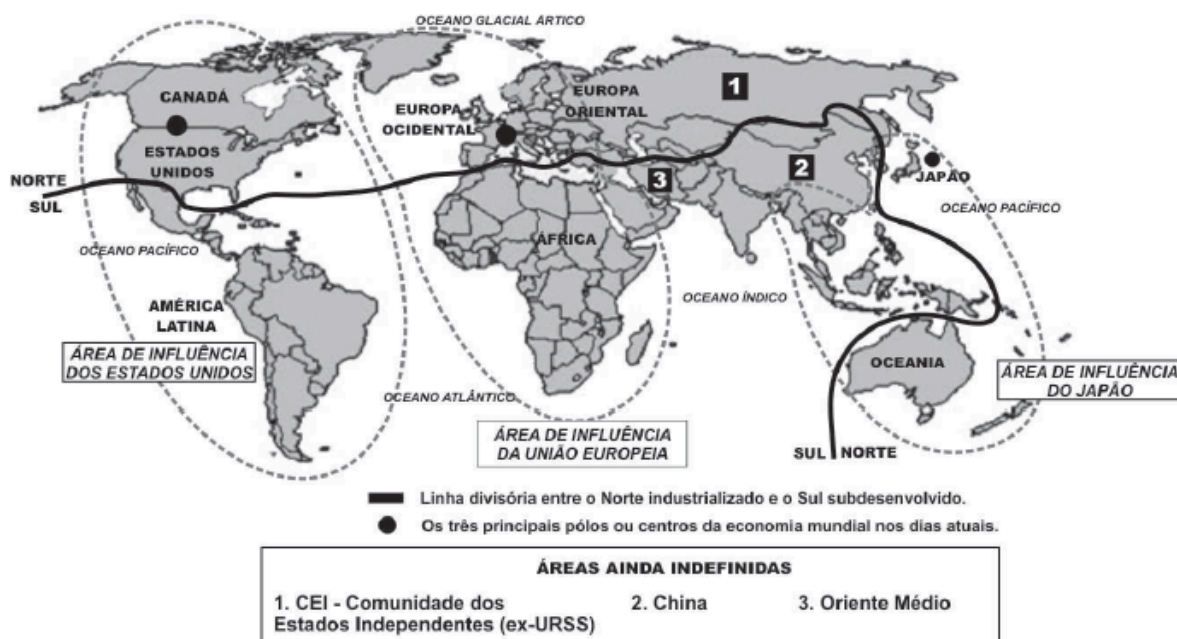
A regionalização e a compartimentação são ferramentas importantes para a compreensão do espaço geográfico. A regionalização pode ser usada para identificar áreas com características comuns, enquanto a compartimentação pode ser usada para identificar áreas com características diferentes.

O conceito de compartimentação é importante para o imperialismo porque permite que as grandes potências capitalistas controlem o mundo e explorem seus recursos naturais. A compartimentação é o processo de dividir o mundo em compartimentos com características diferentes, como formação geológica, estrutura tectônica e rede hidrográfica. Isso permite que as grandes potências capitalistas controlem compartimentos que são estrategicamente importantes para seus interesses econômicos. Por exemplo, o imperialismo europeu no século XIX foi baseado na compartimentação. As grandes potências europeias dividiram o mundo em compartimentos, como colônias, portos abertos, protetorados e esferas de influência. Isso permitiu que as grandes potências europeias controlassem o mundo e explorassem seus recursos naturais. O conceito de compartimentação também é importante para o imperialismo moderno. As grandes potências capitalistas modernas continuam a usar a compartimentação

para controlar o mundo e explorar seus recursos naturais. Por exemplo, os Estados Unidos controlam o Oriente Médio por meio de uma rede de bases militares e acordos de defesa. Isso permite que os Estados Unidos controlem o petróleo do Oriente Médio e outros recursos naturais. O conceito de compartimentação é uma ferramenta importante para o imperialismo.

Sendo a regionalização é o processo de agrupar regiões com base em critérios comuns. A compartimentação é o processo de dividir uma região em sub-regiões. O imperialismo é um processo de expansão de um Estado ou potência para além de suas fronteiras, visando controlar ou dominar outras regiões. O imperialismo pode ser militar, econômico, cultural ou uma combinação dos três. A região do Cone Sul é um exemplo de região compartimentada pelo imperialismo. No século XIX, o Império Britânico, o Império Francês e o Império Espanhol dividiram o Cone Sul em suas próprias esferas de influência. Essa compartimentação teve um impacto significativo na história e no desenvolvimento do Cone Sul.

Mapa 6 – Multipolaridade na década de 90



(VESENTINI, J. W. *A Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Ática, 1997. p. 52.)

Por exemplo, o mapa acima mostra a configuração do mundo após os anos 1990. Essa configuração é marcada pelo fim da Guerra Fria, que dividiu o mundo em dois blocos antagônicos: o Bloco Capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o Bloco Socialista, liderado pela União Soviética. Com o fim da Guerra Fria, o mundo passou a ser unipolar, com os Estados Unidos como única superpotência. No entanto, o crescimento de outras potências, como o Japão e a União Europeia, levou à formação de um mundo multipolar. O mapa mostra

as áreas de influência das três principais potências mundiais da época: Estados Unidos: A América do Norte, a América Central, a América do Sul, o Caribe, o Oriente Médio, o Oceano Pacífico e a Ásia Oriental. Japão: a Ásia Oriental, a Oceania e o Sudeste Asiático. União Europeia: A Europa Ocidental e Central. O mapa também mostra a divisão entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido. O Norte é composto por países ricos e desenvolvidos, enquanto o Sul é composto por países pobres e subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Além das três potências mundiais e da divisão entre Norte e Sul, o mapa também mostra algumas áreas ainda indefinidas, como a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), a China e o Oriente Médio.

3.2. A Região do Cone Sul

A região é um conceito geográfico que se refere a uma área delimitada por características comuns, como topografia, clima, vegetação, ou outras. A regionalização é o processo de agrupar regiões com base em critérios comuns. A compartimentação é o processo de dividir uma região em sub-regiões. O imperialismo é um processo de expansão de um Estado ou potência para além de suas fronteiras, visando controlar ou dominar outras regiões. O imperialismo pode ser militar, econômico, cultural ou uma combinação dos três. Um exemplo de região compartimentada pelo imperialismo é o Cone sul. No século XIX, o Império Britânico, o Império Francês e o Império Espanhol dividiram o Cone sul em suas próprias esferas de influência. Essa compartimentação teve um impacto significativo na história e no desenvolvimento do Cone Sul. Segundo Milton Santos (1988, p. 52), “a compartimentação do espaço é uma forma de dominação que se impõe pela força ou pela persuasão”. Henri Lefebvre (2009, p. 215) também afirma que “o imperialismo é um processo de compartimentação do espaço”. A regionalização do Cone sul também foi influenciada pelo imperialismo. No século XX, os Estados Unidos e a União Soviética competiram pela influência na região. Essa competição contribuiu para a criação de blocos regionais como o Mercosul e a Aliança do Pacífico. Atualmente, o Cone sul está em um processo de regionalização. Os países da região estão buscando formas de cooperar e se integrar de forma mais harmoniosa. Essa regionalização é um desafio, mas também uma oportunidade para o Cone sul se tornar uma região mais próspera e influente no cenário global. Brenner (2009, p. 12) afirma que “a regionalização é uma tendência global que está ocorrendo em todo o mundo”. O autor também argumenta que “a regionalização é uma resposta ao processo de globalização”.

A região é um conceito político que carrega uma série de contradições geográficas. Ela é uma construção social que reflete as relações de poder entre diferentes grupos e agentes. As regiões são delimitadas por fronteiras que podem ser físicas, como montanhas ou rios, ou simbólicas, como a língua ou a cultura. Enquanto processo, a região está associada à mundialização do capital. A mundialização do capital é o fenômeno de crescente interdependência entre as economias nacionais, causada pela integração dos mercados financeiros, de bens e serviços, e de tecnologia. O aumento dos fluxos de mercadorias pelo planeta, ao longo dos últimos séculos, construiu pontos nevrálgicos em suas rotas. As regiões são, portanto, espaços de interação e conflito. Elas são palco de disputas por recursos, poder e hegemonia.

As regiões também são espaços de cooperação e solidariedade. Elas podem ser ferramentas de desenvolvimento e integração, ou de exclusão e marginalização. O conceito de região é dinâmico e está em constante transformação. As regiões são redefinidas constantemente em função das mudanças nas relações de poder e nas tecnologias. As regiões também são redefinidas pela ação dos agentes sociais, que lutam por definir os seus limites e as suas identidades. A região é um conceito importante para compreender o mundo contemporâneo. Ela é um espaço de interação e conflito, de cooperação e solidariedade. As regiões são redefinidas constantemente, mas elas são sempre um elemento importante da geopolítica global.

A parte Austral do continente americano foi regionalizada a partir de diversas perspectivas e/ou práticas, seja por um imaginário geográfico presente no vocabulário popular ou como cerne de uma grande estratégia de forças políticas e econômicas atuantes nessa porção específica do espaço geográfico.

A diferenciação de uma parte do todo não é mera ação antropológica, muito menos somente uma sujeição simbólica de alguns determinados topos. Mas parte da própria ação que produz o espaço geográfico. Coloca a região do cone sul como um sistema regional complexo, não como um plano cartesiano exatamente terminando. Onde seus contornos e meandros são lineares, mas de uma complexa diferenciação entre as partes, como também uma penumbra que se faz inexata, sendo o todo, pela sua complexidade, maior que a soma das partes, o Cone sul enquanto uma região geopolítica não é uma área metricamente perfeita. Mas uma abstração que nos elucidada, enquanto sistema regional, a certas propriedades coletivas emergentes que podem ou não, serem evidenciadas e/ou instrumentalizadas em um conjunto regional.

A região do cone sul é marcada por diferenças históricas, culturais, econômicas, geopolíticas e demográficas. Essas diferenças, somadas a diversos fatores externos, criam um

contexto complexo e dinâmico de relações que, no que lhe concerne, configuram a região como um sistema regional. A partir desse sistema regional, podemos identificar um conjunto de elementos interconectados e interdependentes que formam o todo e que, quando entendidos em conjunto, permitem a compreensão das características e dinâmicas da região.

Podemos compor que o Cone sul possui uma grande variedade de interesses regionais e internacionais, com um impacto significativo na forma como as potências regionais se relacionam com as hegemonias globais. Estes interesses estão muitas vezes em conflito, levando as potências regionais a serem forçadas a buscarem soluções criativas para equilibrar suas posições globais e regionais. Por exemplo, os interesses regionais do Cone sul podem incluir questões de segurança, de direitos humanos e de desenvolvimento econômico, sendo muitas vezes diferentes dos interesses globais comuns, como a luta contra a proliferação de armas nucleares ou a manutenção da estabilidade financeira mundial. Estas diferenças tornam difícil para as potências regionais equilibrarem suas posições globais e regionais. Por outro lado, as potências regionais também podem aproveitar os interesses regionais para aumentar o seu poder global, buscando alianças com outras potências globais para atingir seus objetivos.

No final do século XIX e início do século XX, o Cone sul era um local de competição entre grandes potências europeias, como a Grã-Bretanha e a França, que buscavam controlar o comércio da região. Como Tulchin e Garland (1996, p. 11) colocaram, “o Cone sul era um prêmio cobiçado pelas potências européias que buscavam expandir sua influência nas Américas”. A Argentina desempenhou um papel central nessas rivalidades, culminando na Guerra do Pacífico (1879–1883), na qual a Argentina e seus aliados derrotaram uma aliança de Peru, Bolívia e Chile. A Primeira Guerra Mundial trouxe novas rivalidades para a região, pois os Estados Unidos emergiram como uma grande potência regional. Os Estados Unidos expandiram sua influência na região por meios econômicos e militares. Como observam Drake e Jaksic (1999, p. 1), “Os Estados Unidos, tornou-se a potência dominante no Cone sul durante o século XX”. Na esfera econômica, os Estados Unidos investiram na infraestrutura da região e estabeleceram negócios na região. Na esfera militar, os Estados Unidos estabeleceram bases na região. O Cone sul continua sendo uma região estrategicamente importante no século XXI. A região abriga uma série de importantes recursos naturais, como petróleo e gás, e é uma importante rota de trânsito para o comércio entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Como argumenta Rock (2013, p. 1), “o Cone sul é uma região de grande importância estratégica”.

Nos últimos anos, as disputas geopolíticas na região do Cone sul têm se concentrado principalmente na luta de hegemonia entre os Estados Unidos e a China. Enquanto a China tem realizado investimentos maciços nos países do Cone sul, fornecendo empréstimos,

infraestrutura e investimentos em energia, os Estados Unidos têm trabalhado para aumentar sua influência por meio de acordos comerciais e segurança. No entanto, o Cone sul ainda é uma região instável, com diversos conflitos políticos. Estas disputas têm contribuído para a instabilidade na região, evidenciando a importância das relações exteriores para o desenvolvimento econômico e político dos países do Cone sul.

A disputa entre os Estados Unidos e a China no Cone sul tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores. Em um artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, o professor Barry Eichengreen argumenta que a rivalidade entre as duas potências está acirrando a competição econômica e geopolítica na região. O professor Robert Kaplan, por sua vez, afirma em seu livro *The Revenge of Geography* que o Cone Sul é um dos principais campos de batalha da nova Guerra Fria.

O Brasil desempenha um papel significativo na economia mundial e na integração regional da América do Sul. Ele atua como líder regional, porém também mantém certas relações de subordinação e dependência com países do centro.

O país é protagonista em acordos como o MERCOSUL e a UNASUL, e sua busca pela liderança regional envolve parcerias com países periféricos e acordos sub-regionais. O Estado brasileiro desempenha um papel importante na proposição e planejamento de projetos de infraestrutura para a integração regional. No entanto, ele compartilha esse protagonismo com grandes bancos, empresas e grupos econômicos que também se beneficiam desses empreendimentos. Empresas brasileiras, bem como empresas chinesas, têm atuado na região, com financiamentos e investimentos em projetos de infraestrutura. Os projetos de infraestrutura são essenciais para a integração regional, especialmente devido aos gargalos infraestruturais no interior da América do Sul. Entretanto, a implementação desses projetos enfrenta desafios como atrasos, mudanças nos cronogramas e disputas entre os países envolvidos (CRUZ, 2017).

De acordo com Prebisch (1950), a questão da dependência de commodities é a mais importante de todas as questões econômicas que a América Latina enfrenta hoje em dia. Segundo o autor, a região se tornou uma fornecedora de matérias-primas para o mundo desenvolvido, em vez de um participante completo no processo econômico mundial. Nessa questão, Samuel Pinheiro Guimarães (2008) descreve a importância essencial do Regionalismo sul-Americano e dita um cenário de grandes desafios e transformações na região e no sistema internacional que tem em seu centro Estados cada vez mais poderosos e ricos, salientando a crescente desigualdade entre Estados ricos e pobres. Descreve um cenário

econômico mundial caracterizado pela globalização¹⁹ e gradual formação de grandes blocos de Estados, pela concentração do capital e oligopolização²⁰ de mercados:

O cenário político mundial se caracteriza pela concentração de poder político, militar, econômico, tecnológico e ideológico nos países altamente desenvolvidos; pelo arbítrio e pela violência das Grandes Potências; pela ameaça real, e sua utilização oportunista, do terrorismo; pelo desrespeito aos princípios de não-intervenção e de autodeterminação de parte das Grandes Potências políticas, econômicas e militares; pelo individualismo dos Estados ricos e a insuficiente e cadente cooperação internacional; pela emergência da China, como potência econômica e política, regional e mundial (GUIMARÃES, 2008, p. 59).

Também afirma a eminência do dilema dos países sul-americanos que devem unir-se e assim formarem um grande bloco de 17 milhões km² que hoje possui uma população de 423 milhões em 2019²¹, ou serem absorvidos como simples periferias por outros grandes blocos. Os desafios sul-americanos de integração político-institucional e econômica são definidos por grandes assimetrias e um crescente acirramento geopolítico. Que na data deste artigo se faz ainda mais pujante do relato realizado pelo diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães, que era na época era agente ativo nos processos intergovernamentais do Mercosul e da UNASUL nos governos Lula (2003 a 2011) e Dilma (2011 a 2016).

Logo, os países do Cone sul têm o desafio de articular o seu projeto de integração regional com as novas disputas geopolíticas e de equilíbrio de poder que se dão no mundo. É necessário consolidar a estabilidade política e econômica, melhorar a infraestrutura, e a segurança interna e articular a região às novas formações globais. Área que tem se caracterizado por uma crescente instabilidade sistêmica²² (MORAIS SILVA *et al.*, 2021).

Composta por países como Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, a paisagem geopolítica do Cone sul é extremamente plural. Com uma variedade de nações e outros atores disputando influência. Na região, o Brasil é a nação mais poderosa e sua presença tem um impacto significativo na geopolítica da área. A influência econômica e

¹⁹ Globalização é um processo de integração econômica, social, cultural e política entre diferentes países e regiões do mundo. Ele é caracterizado pelo aumento do comércio, da mobilidade de pessoas e do fluxo de informações.

²⁰ Oligopolização é um processo econômico em que um pequeno número de empresas controla a maior parte de um mercado.

²¹ United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Population Prospects: The 2019 Revision (<https://population.un.org/wpp/>).

²² Instabilidade sistêmica é um termo usado para descrever uma situação na qual um sistema (como um governo, economia ou estrutura social) é incapaz de manter seu estado atual e arrisca entrar em colapso. Pode resultar de uma variedade de fatores, incluindo desigualdade econômica, agitação política, desastres naturais e interrupção tecnológica. A instabilidade sistêmica pode ter consequências de longo alcance, levando ao declínio econômico, agitação social e agitação política. O termo nesse contexto corresponde a inerente instabilidade do modo de produção vigente.

política do Brasil permitiu que ele desempenhasse um papel importante nos assuntos regionais, e é a nação mais desproporcional em dimensões socioeconômicas na região.

Além disso, o Cone Sul abriga vários blocos e organizações regionais, como o Mercosul, e a União de Nações Sul-Americanas. Essas organizações desempenham um papel importante na promoção da cooperação e integração regional, bem como na facilitação dos laços econômicos e políticos entre os países da região. A região também abriga uma constelação de atores não estatais significativos, como cartéis de drogas, corporações, guerrilhas, entre outros, que tiveram e têm um impacto significativo na paisagem geopolítica regional.

Nos últimos anos, a região enfrentou uma série de desafios que tiveram um grande impacto material. A mais premente delas foi a crise econômica que abalou a região nos últimos anos. Essa crise levou a níveis crescentes de pobreza e desigualdade e resultou em instabilidade política em vários países da região e a região sul-americana também não escapou dos impactos globais da pandemia de COVID-19. No dia 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto de coronavírus como uma emergência de saúde pública de âmbito Internacional (OMS, 2021). Com a propagação internacional do vírus, a reação imediata de muitos Estados foi a de se isolar, fechando suas fronteiras e limitando a circulação internacional. Como consequência, amplas cadeias produtivas internacionais foram prejudicadas e uma ampla reestruturação da economia e do comércio internacional entrou em curso.

O impacto da pandemia na estrutura do poder internacional foi imediato, disputas internacionais já latentes foram acirradas. A disputa sino-estadunidense diante o cenário de coronavírus alcançou novos patamares com a pandemia sendo usada como objeto de acusações e disputa diplomática. Os incidentes marítimos no Mar da China Meridional e as escaramuças na fronteira sino-indiana e assim como a escalada do conflito armado entre Rússia e Ucrânia levantaram um amplo cenário de incerteza no sistema internacional.

A pandemia também se tornou um catalisador das disputas políticas internas e crises sociais em vários países afetados e especialmente na América do Sul, onde as crises políticas e a desigualdade social agravam a situação e impossibilita uma reação coordenada²³. Em maio de 2021, a região registrou mais de 45 milhões de casos e mais de 1,2 milhão de mortes, tornando-se a segunda região mais afetada do mundo, atrás apenas da América do Norte.

A crise econômica no Cone sul se intensificou com a pandemia da COVID-19, que

²³ América latina, que inclui o continente sul-americano, é a região mais socioeconomicamente desigual do mundo (CEPAL, 2020).

resultou em desemprego, queda na produção econômica e redução dos níveis de investimento. A pandemia de COVID-19 foi particularmente devastadora para a América do Sul, onde o Brasil e a Argentina foram os mais afetados.

Os efeitos da pandemia no Cone sul foi particularmente agravado pelo fato de que alguns dos países enfrentavam problemas econômicos antes da pandemia, incluindo a questão da desigualdade socioeconômica crescente. Além disso, a falta de sistemas de saúde adequados e a desarticulação entre os governos, que adotaram políticas de enfrentamento da pandemia muito díspares, tornou a região particularmente vulnerável às consequências da pandemia (KERR-OLIVEIRA, *et al*, 2021).

No geral, a geopolítica contemporânea do cone sul da América do Sul é caracterizada nesse artigo pela instabilidade sistêmica e pelos processos de integração em Andamento. Que diante dos desafios econômicos e políticos, a região teve que lidar com uma série de questões. E na medida que a região avançar, será importante que os países encontrem maneiras de trabalhar juntos para enfrentar esses desafios e garantir um futuro.

O Regionalismo sul-americano assume um papel crucial nesse cenário. Em um contexto em que o crescimento econômico tende a ser inegavelmente desigual, aqueles que pretendem aproveitar as oportunidades de crescimento devem priorizar a proximidade geográfica, o acesso a matérias-primas, a otimização das cadeias produtivas e o aumento da circulação de capitais. Nesse contexto, os corredores rodoviários, ferroviários e hidroviários são fundamentais para aprofundar a integração regional e promover novos fluxos de comércio e investimento.

Sendo os corredores transnacionais Santos-Arica-Iquique e Paranaguá-Antofagasta, exemplos de como a infraestrutura pode contribuir para a integração regional. Esse tipo de corredor, ligando o Brasil ao Chile, passando pelo Paraguai e Argentina, consistem em eixos de rotas importantes para os fluxos comerciais e de pessoas entre os países da região. Além disso, apresentam potencial para reduzir os custos logísticos e aumentar a competitividade das empresas que operam na região. No entanto, é importante também considerar os aspectos geopolíticos e estratégicos envolvidos na construção e operação desses corredores. A localização geográfica desses corredores bioceânicos, por exemplo, pode influenciar as relações políticas e econômicas entre os países da região. Além disso, a disputa de poder no território pode afetar o desenvolvimento e a operação dessas rotas.

Sendo a geopolítica um campo do conhecimento que estuda a relação entre poder e território, analisaremos como os aspectos geográficos do corredor influenciam a política e as relações internacionais. Nesse sentido, os corredores rodoviários transnacionais, como o

bioceânico, podem ser considerados também como instrumentos geopolíticos de integração e desenvolvimento na América do Sul (MORAIS SILVA *et al.*, 2021). E no âmbito geopolítico, a criação e consolidação de corredores rodoviários transnacionais podem contribuir para a formação de alianças estratégicas entre os países envolvidos, fortalecendo sua posição no cenário internacional e possibilitando a articulação de interesses comuns em temas como diplomacia, comércio e segurança.

Ademais, o traçado desses corredores transnacional tem um impacto significativo na logística regional e na geopolítica. Ao conectar o Atlântico ao Pacífico atravessando o interior do Cone sul, esses corredores passam por regiões pouco integradas, estimulando a formação de novos fluxos de comércio e investimento, e potencialmente contribuindo para alteração do equilíbrio de poder na região. Que ganha força enquanto bloco econômico cada vez mais, fisicamente integrado.

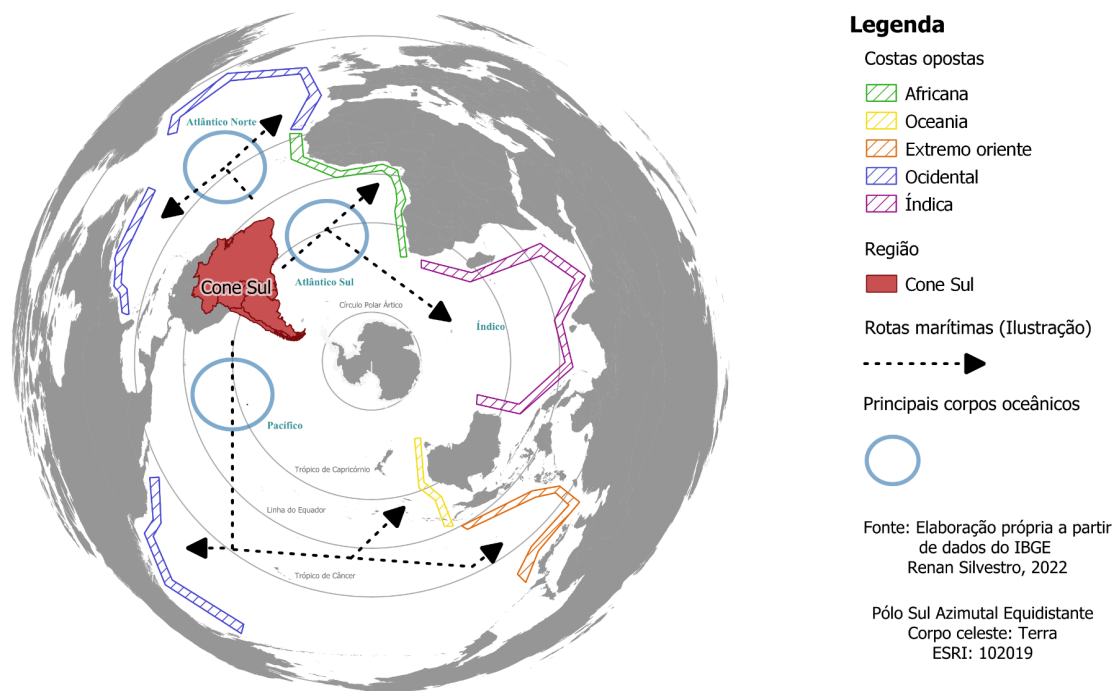
Além disso, a nova alternativa logística reduz os custos de frete, elevando a competitividade e permitindo o acesso a regiões de crescente poder aquisitivo ou ampla oferta de insumos. Representando uma estratégia importante para a integração e desenvolvimento da América do Sul, especialmente no que diz respeito à infraestrutura, logística e geopolítica. Ao aprimorar a governança e investir em infraestrutura física e serviços logísticos modernos, é possível consolidar o corredor como uma ferramenta de estímulo ao comércio, investimento, turismo e cooperação regional, bem como fortalecer as relações políticas e estratégicas entre os países envolvidos.

Como uma forma de aumentar o comércio internacional e reduzir o tempo de transporte entre as duas costas do continente. No entanto, essas rotas também têm implicações geopolíticas significativas, desafiando modelos clássicos de geopolítica que enfatizam o controle de rotas comerciais e territórios como uma forma de exercer poder e influência. Modelos anglo-americanos como de Mackinder e Spykman, por exemplo, foram desenvolvidos em um contexto de competição entre as grandes potências europeias pelo controle dos mares e das rotas comerciais nos séculos XIX e XX. Se destacando a importância do controle de rotas comerciais como uma forma de garantir o poder e a segurança nacional.

Os corredores bioceânicos permitem que os países sul-americanos criem rotas comerciais independentes, conectando o Atlântico e o Pacífico sem depender da intervenção de outras potências internacionais. Isso pode ter implicações significativas para como os países sul-americanos se posicionam em relação às grandes potências e como buscam aumentar sua influência regional e global. Os corredores bioceânicos permitem que esses países criem rotas comerciais mais eficientes e independentes, o que pode melhorar sua posição econômica e política na ordem geopolítica global.

A posição geográfica bioceânica e austral da região a coloca em uma posição privilegiada não apenas no hemisfério sul, mas também no planeta como, um todo. No que toca o Pacífico e o Atlântico, enquanto pudermos transpor tais distâncias por meio de nossa capacidade naval e aérea, teremos passagem livre até o destino, desde que atravessemos os domínios públicos internacionais. Poucas regiões do mundo têm essa grande extensão, onde a fluidez de mercadorias, pessoas e informações podem alcançar diversas partes do globo sem precisar passar por territórios alheios. Veja o exemplo da Península Escandinava: ao norte temos um mar congelado, a leste, o Mar Báltico, cercado pela costa oposta da grande massa terrestre eurásiana, a oeste, o Mar do Norte, e além, a Península Britânica. Isso nos proporciona múltiplos bloqueios possíveis em suas rotas marítimas e aéreas para fora do Hemisfério norte. Ficamos muito perto de possíveis rivais e de suas plataformas de armas. Por outro lado, no Cone sul, nenhuma força chega aqui sem ter que atravessar um amplo oceano ou todo o continente sul-americano.

Mapa 5 – Cone Sul, Atlântico, Pacífico e a maritimidade geopolítica



Fonte: Elaborado pelo autor.

A segurança internacional para as forças imperialistas consiste em assegurar as condições de produção e acumulação em posições geográficas estratégicas, através do poder monetário ou militar. Contudo, boa parte dos insumos e commodities necessários à produção não são apenas fatores econômicos e estratégicos, mas também cruciais para o chamado

'desenvolvimento' das forças produtivas. Sem estes recursos materiais reais, tudo isso é hipotético. A situação é agravada pelo fato de que as formações socioespaciais estão estruturadas de tal forma que dependem de recursos externos para garantir o fluxo dos mesmos e manter uma estabilidade que possibilita a reprodução econômica. Isso significa que essas formações não só precisam lidar com as contradições do local de origem, mas também assegurar o caminho da mercadoria.

Em um mundo ideal, o sistema internacional seria uma economia aberta em que mercadorias fluiriam livremente, mas o processo de acumulação de riqueza é visível em certos pontos geográficos e aglomerados humanos. No entanto, todos os fluxos de recursos estratégicos extraterritoriais permeiam a noção de segurança internacional. Contudo, contratos, normas, direitos, mercados e quaisquer outras instituições não acompanham o desenrolar caótico do que é conhecido como sistema internacional.

Nesse contexto, a regionalização estratégica do Cone sul é uma questão vital para a reprodução política internacional. É necessário considerar não apenas a gravidade da categoria de imperialismo enquanto situação do sistema internacional, mas também o contexto histórico e geopolítico onde a região se insere, com sua posição e entorno geográfico e sua condição geoestratégica. A composição das formações socioespaciais locais e os processos de integração física e luta política também são relevantes. Por fim, é importante investigar os interesses estratégicos na região, incluindo a segurança nacional e a estabilidade política, bem como as repercussões da regionalização estratégica na reprodução política internacional. Por meio da compreensão destas questões, é possível encontrar padrões de desenvolvimento para o Cone sul e possibilitar maior segurança coletiva regional.

Portanto, a região do Cone Sul é marcada por múltiplas diferenciações e interconexões, que fazem dela um sistema regional complexo e dinâmico, cujos componentes interagem e influenciam mutuamente. Esta complexidade permite a emergência de propriedades coletivas, como o desenvolvimento econômico, a integração regional, a mobilidade de pessoas, bens e serviços, a promoção da diversidade cultural e a construção de sociedades mais inclusivas.

Como proposta de regionalização estratégica se defende uma visão holística e sistêmica do sistema internacional, onde os níveis local, regional e global sejam tratados dialeticamente na construção de um conjunto regional geopolítico. Tal diferenciação das áreas, para além dos mapas políticos, é representada pelas zonas de reprodução da vida material e histórica dos povos e das formações socioespaciais presentes nessa porção geográfica. Dada a complexidade e infinitude da área abordada não se busca generalizações, aceitando que muitas questões e dinâmicas ficarão em aberto, mas o que se perde sobre essa

infinidade de elementos se ganha construindo uma visão sistêmica da problemática geopolítica sul-americana, explorando uma sub-região específica do continente.

Como exemplo de uma regionalização enquanto prática podemos elucidar os acontecimentos em meados da década de 1970, onde a Central de Inteligência estadunidense dava cabo de uma guerra encoberta na região. Através da operação Condor que construiu uma infraestrutura de comunicação clandestina a “CONDORTEL” cuja finalidade era articular operações de contra-insurgência e assassinato político na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. No contexto das disputas hegemônicas da época, determinadas propriedades coletivas emergentes sujeitam a CIA a enxergar estrategicamente a região austral do continente americano, conforme necessidade operante no campo tático da luta política e ideológica se cria a necessidade de ter esquemas ao nível do subcontinente americano. Apesar de toda a diferenciação socioeconômica e cultural de cada Estado-nação e as diferenças intraestatais envolvida no esquema, todos compartilhavam a mesma arena de batalha na perspectiva da CIA e dos seus interesses na época.

Outro exemplo de regionalização operante é do teórico russo que defende, enquanto alternativa, a constituição geopolítica eurásiana baseada na ideia que o primeiro passo é a definição da problemática. Questões como desigualdades regionais, conflitos políticos e sociais, desenvolvimento econômico e questões ambientais devem ser consideradas na definição do regionalismo estratégico. Após a definição dos problemas é necessário o desenvolvimento de mecanismos para a resolução das questões. Dessa forma, podem ser estipuladas ações de integração econômica, política e social, a fim de melhorar a qualidade de vida na região e promover a colaboração entre os países. Além disso, devem ser estabelecidas estratégias de planejamento, infraestrutura, políticas, programas e projetos que visem à promoção econômica e social, bem como o desenvolvimento sustentável da região. (SHLAPENTOKH, D. 2007)

Além disso, iniciativas de cooperação entre os países da região devem ser estabelecidas para promover o intercâmbio de recursos, culturais e tecnológicos. Por fim, devem ser criadas estratégias de diálogo entre as partes para promover o entendimento e a colaboração entre os povos da região. planeta consiste em uma constelação de espaços vivos, parcialmente abertos uns para os outros. Regiões não como Estados-nações, ou região enquanto parte de uma globalização, mas coalizões de nações e Estados organizados em uma federação com um alto teor de auto governança dos membros e se opondo a uma centralização do poder. Um sistema internacional não apoiado em valores universais, mas na tolerância e alteridade entre partes díspares. Clamando por uma nova plataforma de cooperação entre todos os oponentes do globalismo ocidental; ideologia e prática internacional derivada do

mundo liberal e anglo-saxão e seus aliados, que segundo o autor, tem em vista expandir seu tipo de civilização e sua alteridade hegemônica, se opondo a tudo que diverge da sua semelhança.

Não se trata de dizer qual modelo de regionalização está correto ou não, mas que diferentes agrupamentos de poder operam diferentes lógicas regionais no sistema internacional, que está em última instância associada à conflitualidade e instabilidade do sistema internacional. Seja a revolução iraniana e sua luta geopolítica pela constituição do crescente xiita *referencias”, a disputa pela direção da integração europeia, ou os projetos de integração asiáticos e africanos. Entendemos cada vez mais que o Estado nação enquanto unidade política internacional é uma categoria insuficiente para entender as dinâmicas do sistema internacional contemporâneo. Não deveríamos pensar a geopolíticas dos Estados, enquanto ilhas suspensas em categorias ideais, mas um sistema complexo de formações socioespaciais que se estendem sobre a superfície terrestre, se expandem, diminuem, são exploradas, exploram, se associam em interesses comuns, sofrem de contradições comuns, etc.

O problema é que, como no caso de região, são categorias – ou conceitos – que se encontram de tal forma impregnadas no senso comum, que muitos cientistas sociais acabam abandonando-as como categorias de análise (HASBAERT, 2020, p. 14).

Usar o conceito de formação socioespacial é a possibilidade de operacionalizar certas questões, mantendo certos espaços abertos, que seu sentido não está determinado, mas pronto para ser esmiuçado. A palavra país, ou Estado, que não são sinônimos de formação socioespacial, mas que de tão banalizadas já decreta várias questões importantes como se fossem dadas. E quando falamos de um universo de formações socioespaciais e cada uma dela desenrolada/acontecida também em processos materiais, históricos e geográficos endógenos e ímpares. Assumindo que a terra está dividida em países e/ou Estados é assumir uma homogeneidade na reprodução da vida material humana, que de fato não existe em todo o globo terrestre.

3.3. Crise e renovação no regionalismo sul-americano 2008 – 2022

Molina (2007) afirma que o regionalismo e a regionalização na América do Sul tiveram uma história turbulenta. Ao longo do século XX, foram produzidas várias intenções de integração regional, mas nenhum deles teve um sucesso duradouro, sendo as três principais caracterizadas como:

- Neoliberal: O regionalismo deve basear-se na liberalização do comércio e na inversão direta.
- Neoestruturalista: O regionalismo deve se basear na cooperação econômica e no desenvolvimento industrial.
- Posneoliberal: O regionalismo deve basear-se na justiça social, na equidade e na sustentação ambiental.

No século XXI, no entanto, produziu-se um novo impulso ao regionalismo na América do Sul. Este impulso deve-se a vários factores, entre os quais se incluem a globalização, a crise da hegemonia estadunidense e a crescente importância dos recursos naturais na região.

Já no ano de 2008 viu o nascimento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), um ambicioso projeto que uniu doze países sul-americanos sob a bandeira da integração regional. Esta era coincidiu com o que foi chamado de “ciclo progressista” na política do continente — uma época caracterizada pela ascensão de líderes de esquerda em nações-chave. No entanto, esse ciclo encontrou seu término em 2015, quando presidentes de inclinação mais à direita assumiram o comando de países como Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai, Argentina, Peru e Equador.

Em 2016, o cenário político da América do Sul testemunhou uma mudança sísmica com o impeachment de Dilma Rousseff, iniciando uma crise que repercutiu por toda a região. As repercussões desse evento não se limitaram apenas ao Brasil; elas ecoaram por todo o continente. Este período marcou um momento de intensa contestação política, abrangendo desafios à legitimidade do estado de direito, pressões econômicas e militares contra nações dissidentes, levantes, crises ecológicas e econômicas, aumento do desemprego. À medida que a América do Sul se vê lidando com esse cenário complexo, é a perspectiva político-institucional que permanece particularmente delicada, levantando questões pertinentes sobre a trajetória do regionalismo sul-americano. Até 2018 e 2019, essas nações haviam saído da UNASUL e forjado o Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), um bloco com maior ênfase no comércio e na competitividade.

A crise institucional dentro da UNASUL espelha uma mudança de paradigma no

âmbito da integração regional. As dinâmicas de mercado assumem a precedência sobre considerações geopolíticas tradicionais. Essa mudança trouxe consigo o imperativo de reavaliar o contexto geoestratégico, histórico e político da América do Sul. Embora as considerações econômicas sejam significativas, a verdadeira essência da integração regional não pode ser reduzida apenas à lógica de mercado. Isso exige um processo abrangente de promoção de uma identidade regional compartilhada, que respeite as características únicas de cada Estado-membro e enfrente os desafios geopolíticos que definem a região.

Como organização intergovernamental foi fundada em 2008 através da assinatura de seu tratado constitutivo, em 23 de maio, pelos doze países sul-americanos sob a égide do ideário da integração sul-americana em um momento de confluência de projetos regionais dos presidentes eleitos na América do Sul na época. Período que alguns autores vão enunciar como “ciclo progressista” (RODRIGUES, 2020) ou “giro à esquerda” (OLIVEIRA CRUZ, 2020), traçado aproximadamente entre 2003 a 2015, substituído por um novo “ciclo conservador”, como se o continente vivesse uma espécie de sazonalidade político-institucional e os seus processos de integração estivessem subordinados a essa lógica. É importante salientar que essa confluência de interesses regionais é sustentada na época por projetos políticos ímpares, que podem ser definidos por meio de um estrito espectro político ideológico, mas estão longe de descrever a convergência de intenções que levou a fundação da UNASUL.

Essa crise institucional na UNASUL, demonstra a troca de pensamento estratégico mais amplo pelo pensamento geoeconômico (LUTTWAK, 1990) vulgar que no pós-Guerra Fria ganha força, defendendo que os instrumentos de mercado, como a própria lógica do mercado, são os meios decisivos para enfrentar os desafios políticos

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais brasileiras de 2022 foi um marco importante para a integração regional sul-americana. Lula foi um dos principais defensores da UNASUL durante seu primeiro mandato como presidente, entre 2003 e 2010. A UNASUL é uma organização intergovernamental criada em 2008 visando promover a integração política, econômica, social e cultural dos países sul-americanos. A UNASUL enfrentou uma série de desafios nos últimos anos, incluindo a crise econômica de 2008, a ascensão de governos conservadores na região e a pandemia de COVID-19. No entanto, a vitória de Lula nas eleições de 2022 oferece uma oportunidade para a UNASUL voltar ao centro da agenda regional. Lula tem feito declarações públicas em apoio à UNASUL e prometeu trabalhar para fortalecer a organização. Ele também tem mantido contato com outros presidentes sul-americanos para discutir a integração regional. A vitória de Lula é um sinal de que a UNASUL ainda é importante para os países sul-americanos e que há um

interesse na sua recuperação.

Apesar de enfrentar desafios como a crise econômica de 2008, a ascensão de governos conservadores na região e a pandemia do COVID-19, a vitória de Lula significa um interesse renovado na relevância da UNASUL. Seu apoio público à UNASUL e as promessas de fortalecer a organização, juntamente com seu envolvimento com outros líderes sul-americanos, destacam a importância duradoura da organização nos esforços de integração do continente.

4 REFLEXÕES GEOPOLÍTICAS SOBRE AS REDES DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: O PAPEL DOS CORREDORES BI-OCEÂNICOS.

A integração continental é um processo complexo que envolve a cooperação entre diferentes países em uma ampla gama de áreas, incluindo política, economia, comércio, cultura e segurança. É um processo que pode levar muitos anos e que exige uma grande vontade política de todos os envolvidos. Um dos desafios mais importantes para a integração continental é a existência de pontos de inquietação política. Esses pontos podem ser causados por uma variedade de fatores. Quando esses pontos não são resolvidos, eles podem criar instabilidade e até mesmo levar à guerra. Saber onde estão (e porque estão) esses pontos de inquietação política são essenciais para a organização de um processo de integração continental. Isso porque, para a integração ser bem-sucedida, é necessário criar um ambiente de paz e estabilidade. Uma organização internacional criada visando estabilizar o continente certamente necessitaria possuir um “mapa da guerra” sul-americano. Esse mapa seria uma ferramenta valiosa para identificar os pontos de inquietação política e para desenvolver estratégias para resolvê-los (MARTINS, 2011).

Sendo os modelos geopolíticos, ferramentas e teorias que buscam entender como o mundo funciona e como as diferentes potências políticas interagem entre si. Eles são baseados na ideia de que a geografia é um fator importante na determinação do poder e da influência das nações. Eles podem auxiliar na compreensão da dinâmica internacional porque ajudam a explicitar como as potências políticas interagem entre si no espaço geográfico. Ou como acadêmicos, militares e políticos construíram teorias geográficas na tentativa de construir modelos geopolíticos como resposta aos desafios políticos de suas nações, ou impérios.

Algumas teorias sobre o mundo moderno foram moldadas por dois grandes modelos geopolíticos: o atlantismo e o eurasionismo. O atlantismo é baseado na ideia de que os Estados Unidos e a Europa são as principais potências mundiais, que devem trabalhar juntos para manter a ordem mundial. Já o eurasionismo é baseado na ideia de que a Rússia é a principal potência da Eurásia e que deve trabalhar com outros países da região para construir um novo mundo multipolar (LIMA, 2017).

Tendo a geopolítica um viés eurocêntrico, ou seja, ela é focada na Europa e no mundo ocidental. Isso ocorre porque a geopolítica surgiu na Europa no século XIX, durante o período de expansão colonial. Os teóricos da geopolítica da época estavam preocupados em entender como os países europeus poderiam manter sua hegemonia global. A América Latina, por

outro lado, foi vista como uma região marginal. Os teóricos da geopolítica acreditavam que a América Latina era rica em recursos naturais, mas que era politicamente instável e economicamente atrasada. Eles também acreditavam que a América Latina era uma presa fácil para as potências europeias. No entanto, a América Latina mudou muito desde o século XIX. Ela se tornou uma região politicamente mais estável e economicamente mais desenvolvida. Ela também se tornou mais independente das potências europeias e dos Estados Unidos. Como resultado dessas mudanças, a América Latina está sendo vista como uma região mais importante na geopolítica mundial. Os teóricos da geopolítica estão agora começando a estudar a América Latina com mais atenção. Eles estão tentando entender como a América Latina pode afetar o curso da história global. Um dos sinais mais evidentes da mudança de posição da América Latina é o surgimento de iniciativas políticas independentes na região. Esses projetos estão sendo desenvolvidos por intelectuais que estão desafiando a narrativa eurocêntrica da história. A ascensão da América Latina na geopolítica mundial é um desenvolvimento significativo. É um sinal de que a região está se tornando mais importante e influente na cena global. É também um sinal de que a América Latina está começando a escrever sua própria história (CAIRO, 2008).

A ascensão geopolítica de outras regiões geográficas, como a América do Sul, tem levado ao desenvolvimento de novos modelos geopolíticos. Esses novos modelos são baseados em uma compreensão mais complexa da relação entre espaço e poder, e procuram construir novas territorialidades. E revisitando os modelos clássicos das antigas potências de uma forma crítica, busca-se construir teorias geopolíticas próprias.

Ao longo deste capítulo revisitaremos algumas teorias geopolíticas a fim de construir um paralelismo entre as noções da relação entre espaço e poder e construção das territorialidades constituídas pelos processos de integração física da região. Ao final, empregamos essas teorias para discutirmos a consolidação bioceânica da América do Sul.

4.1. Regionalização geopolítica

Sparke (2007) argumenta que geógrafos têm uma responsabilidade de analisar criticamente os medos geopolíticos e as esperanças geoeconômicas, pois essas emoções moldam profundamente como entendemos e interagimos com o mundo. O medo geopolítico, incluindo o terrorismo, a guerra e a instabilidade política que se contrapõe e com as esperanças geoeconômicas associadas à globalização, ao crescimento econômico e à interdependência. No entanto, Sparke adverte que essas esperanças muitas vezes mascaram desigualdades e injustiças. Existe uma necessidade de uma abordagem geoeconômica consciente da geopolítica.

Segundo Gökmen (2010), o termo Geopolítico foi criado pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén, que teve o seu trabalho influenciado por Friedrich Ratzel. O termo definiria a teoria do Estado no organismo geográfico ou dos fenômenos no espaço. Podemos considerar que Friedrich Ratzel, cujas obras; *Laws on the Spatial Growth of States* (1896) e *Politische Geographie* (1897) através do que ele chamou de Geografia política, lançou as bases da tradição dos estudos Geopolíticos no século XIX. Ratzel afirma, segundo Gökmen (2010) que a Geografia era uma parte indispensável e indivisível da ciência, argumentando que todo o complexo interconectado das ciências sociais só será desenvolvido sobre uma base geográfica. Segundo quais estudiosos que estariam ignorando o espaço geográfico estariam construindo suas teorias no ar, ou seja, sem a Geografia não seria possível alcançar uma Ciência Política.

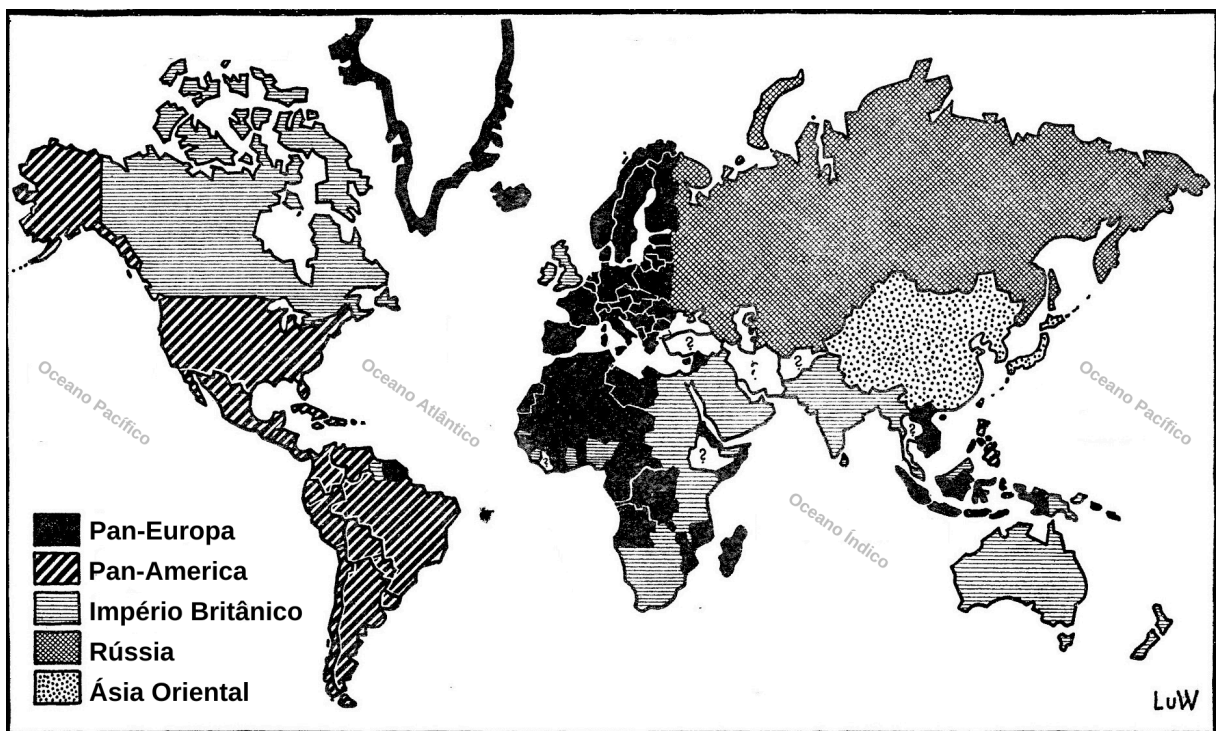
Não é provavelmente exagero afirmar que Ratzel revolucionou a geografia do seu tempo, influenciando Kjellén e outros geógrafos importantes fora do espaço cultural germânico, como o francês Paul Vidal de la Blanche. A sua *Antropo-Geographie* (*Antropogeografia*, 1882), juntamente com a já referida *Politische Geographie*, encontram-se entre as principais obras clássicas da Geografia novecentista. Mas, o trabalho de Ratzel está também mais ou menos associado às concepções evolucionistas e biológicas do Estado e da sociedade que progressivamente se difundiram pelo campo das Ciências Sociais, após a publicação por Charles Darwin de *On the Origin of Species by means of Natural Selection or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* (*A Origem das Espécies por meio da Seleção Natural ou a Preservação das Espécies mais favorecidas na Luta pela Vida*, 1859) (FERNANDES, 2003, p. 16).

Tendo Ratzel e Kjellén como também importantes contribuintes para a formação epistemológica do saber Geopolítico Clássico, que se inserem numa longa e importante tradição alemã de estudos geográficos na transição do século XVIII para o século XIX. Sendo

influenciados pelos fundadores da Geografia moderna Europeia como Alexander von Humboldt e por Carl Ritter.

Sendo um dos precursores do uso da regionalização das grandes áreas políticas do mundo foi Karl Haushofer (1869-1946). Que foi um dos principais expoentes da ambiguidade entre a Geopolítica e a Geografia Política, iniciando a polêmica de que a Geopolítica deveria ser difundida entre a elite dirigente alemã (Militares, Políticos e Diplomatas) e o resto da população. Baseando-se no filósofo austríaco Coudenhove-Kalergi que defende um modelo geopolítico constituído de grandes regiões, no âmbito global, definidas pelo controle político do território hegemônico de um Estado central.

Mapa 5 — Pan regiões



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de: “Distribuição espacial das Pan-Ideias na superfície da Terra, após a União Pan-Europeia de Coudenhove-Kalergi”. De Karl Haushofer, *Geopolitik der Pan-Ideen* (Berlim: Zentral-Verlag; 1931), p. 9

Sua associação junto como Ratzel como intelectuais influentes na estratégia alemã durante a Segunda Guerra Mundial levou ao desacredito do termo Geopolítico no pós-guerra, caracterizado como um conceito pejorativo devido ao seu suposto envolvimento na política nazista. Controversas sobre a teoria do geógrafo alemão também estavam sobre a perspectiva que o Estado é um organismo vivo em constante evolução e que o seu território é o seu corpo. No seu livro “O solo, a sociedade e o Estado”, publicado em 1897, Ratzel apresenta uma

teoria sobre o Estado, onde ele argumenta que o Estado é uma formação natural que se desenvolve a partir do solo e da sociedade. O solo é o elemento material que fornece os recursos necessários para a sobrevivência do Estado, enquanto a sociedade é o elemento humano que dá vida ao Estado.

Sendo o Estado enquanto organismo vivo uma força poderosa que pode moldar a história. Ele argumentava que o Estado tem como fardo a insaciável busca pela expansão do seu território. A teoria de Ratzel sobre o Estado teve uma grande influência na geopolítica. Sua teoria foi utilizada para justificar a expansão colonialista e para explicar a ascensão e queda de grandes impérios.

Já o geógrafo francês, Vidal de la Blache acreditava que o Estado é uma formação social que se desenvolve a partir do seu território. Ele argumentava que o Estado é o resultado da interação entre o homem e o meio ambiente. Ratzel, por outro lado, acreditava que o Estado é uma formação biológica que se desenvolve a partir do seu território, sendo o Estado um organismo vivo em constante luta pela sobrevivência. O Estado é uma entidade poderosa que pode dominar outros Estados. As concepções de Estado de Vidal de la Blache e Ratzel são diferentes, mas ambas têm uma coisa em comum: a crença de que o Estado está ligado ao seu território.

Ratzel constrói uma concepção de Estado enraizado ao solo, ou seja, sem território o Estado se torna inconcebível, construindo sua tese naquilo que ele afirma ter sido pouco atentado nas ciências políticas — o fator espacial. Colocando o solo como parte fundamental da interpretação da sociedade: “Num e noutro caso, a dependência em relação ao solo é um efeito de causas de todo gênero que ligam o homem à terra”, porém é no Estado que tais interpretações seriam mais facilmente concebíveis, pela quantidade de espaço considerável que o Estado precisa, logo o Estado é apresentado como um agente histórico e dotado de uma força vital. Levantando o questionamento sobre as “leis da evolução geográfica” na história do desenvolvimento do Estado.

O território é apresentado como elemento indissolúvel do Estado: “[...] o homem considerado isoladamente ou em grupo (família, tribo ou Estado) por toda parte em que se observar se encontrará algum pedaço de terra que pertence ou à sua pessoa ou ao grupo de que ele faz parte [...]”, coloca como ininteligível o progresso do Estado dissociado do avanço do domínio político. Logo, o solo como território de um Estado é colocado como algo extremamente vital no sentido de que “Um povo regride quando perde território”. Porque na concepção de Ratzel o Estado se pode perder parte da população e conservar o território, porém com a redução do território seria de forma geral o começo do fim, sendo primário para o Estado

a manutenção do seu espaço vital ‘*Lebensraum*’²⁴ indispensável para o corpo político de um território, literalmente enquanto um organismo vivo.

Ratzel define o desenvolvimento da sociedade, para além do clã, como o próprio desenvolvimento do Estado, porque o Estado se desprende do grupo familiar, dominando e envolvendo outros grupos familiares, chegando ao ponto no qual o Estado atinge o monopólio da extensão territorial.

Ele coloca como ápice dessa empreitada a formação de impérios e delimita o limite desse avanço como algo não atingido até então. A expansão territorial é abordada como um fardo, colocado como inevitável a luta de um Estado dependente do solo contra a sua própria sociedade. Caso ele não saia da proteção do seu isolacionismo, deve impedir o crescimento natural do Estado utilizando de práticas que diminuam artificialmente o tamanho da população, o que se aproxima da concepção malthusiana²⁵ de controle populacional.

O Estado seria a tríade entre população, território e sociedade, sendo a sociedade o intermediário entre o Estado e o solo, unindo-os sobre as relações que afetam a natureza do Estado. Uma população esparsa e com necessidade de extensões territoriais maiores constituirá um estado de nômades, com uma forte organização militar para defender um vasto território. Através da prática da agricultura, a sociedade se enraíza mais intimamente ao solo e o Estado é mais solidamente estabelecido.

Ratzel em seu artigo “A relação entre o solo e o Estado” defende que o Estado como conceito da geografia esteja ligado a concepção biogeográfica de Estado, criando uma relação com a vida de um humano, semelhante à de um ser vivo: “Ela avança, recua, se retrai”. O Estado dentro dessa concepção seria a extensão máxima da vida sobre a superfície terrestre, e logo ele estaria sujeito a sofrer as mesmas influências que qualquer vida. O solo impede ou favorece o crescimento dos Estados, afirmando que quanto mais os Estados se estendem até as fronteiras do ecúmeno, menos eles são povoados e menos seria equilibrada a relação entre o solo e a população, colocando como exemplo Estados montanhosos.

Sendo o Estado uma fração da humanidade e do solo, “O homem não é concebível sem o solo terrestre, ainda mais sem a maior obra do homem sobre terra: o Estado.” Colocando o território como a essência do Estado, porque ele depende das vantagens do solo que ele assegura. Determinando uma organização política do solo que se faz pela reciprocidade das relações entre povo e Estado, colocando o povo como dependente dessa articulação da vida que o Estado proporciona. Essa relação é definida como espiritual com o solo, no sentido que o

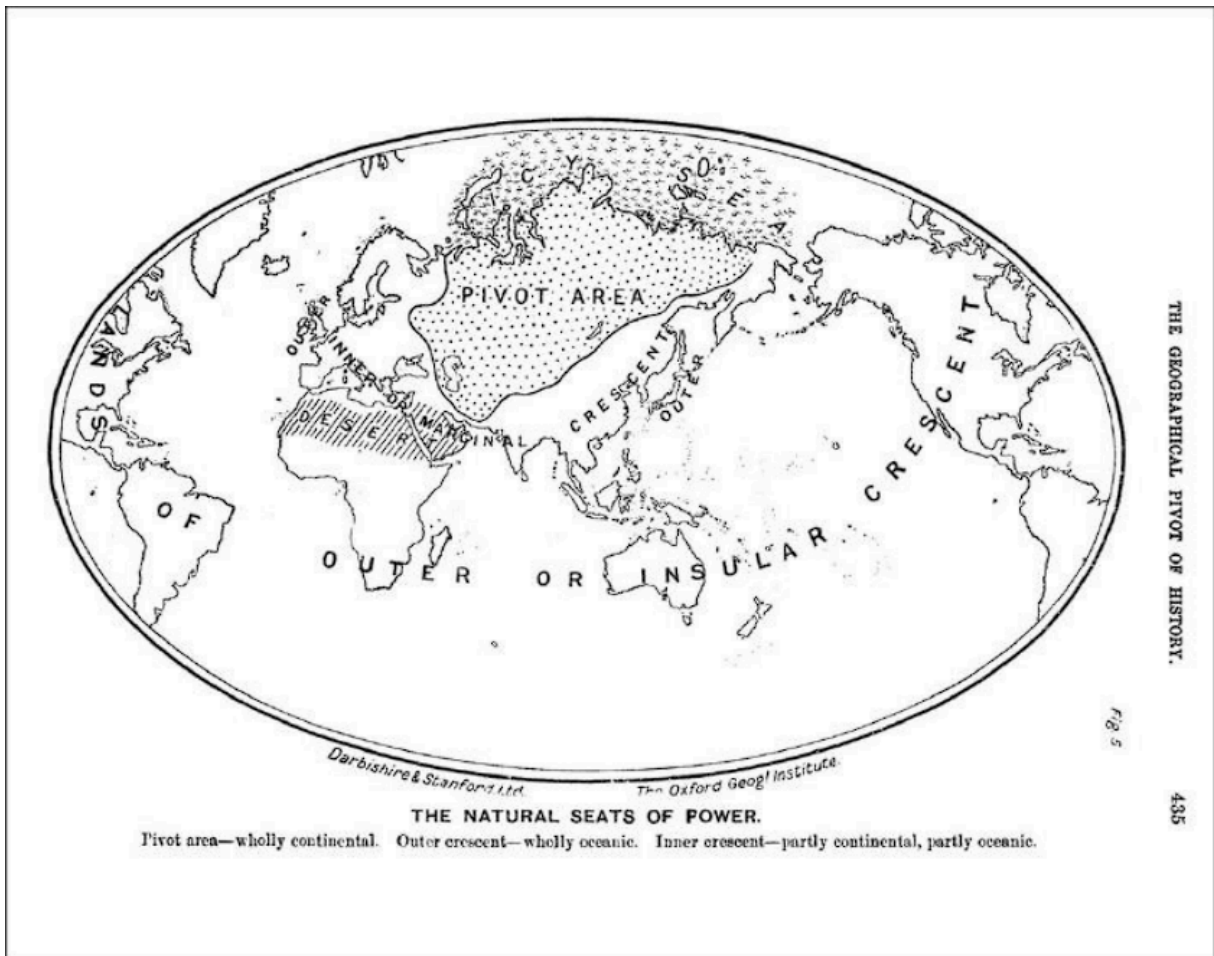
²⁴ Ratzel em *biogeographische Studie* (1901),

²⁵ “An Essay on the Principle of Population” Winch, D. (1992)

hábito de viver juntos, necessidade de proteção e trabalho comum tornam-se consciência nacional e solo se torna o próprio fruto do trabalho.

O pensamento de Vidal e Ratzel, segundo a perspectiva vitaliana, apresenta concepções de Estado bastante similares. Na abordagem de Vidal, o estudo das relações entre homem e natureza é central, introduzindo o conceito de “gênero de vida” para expressar a ação contínua das sociedades humanas na configuração das regiões. O “gênero de vida” incorpora, na dimensão econômica e técnica, os meios adotados por uma sociedade para valorizar os recursos do território que ocupa. Vidal argumenta que os Estados não são entidades fixas, mas sim formas altamente “civilizadas”, resultantes tanto da história quanto da geografia. Ele concebe o Estado como emergindo da solidariedade entre regiões, especialmente onde é possível estabelecer cidades que proporcionam estabilidade e continuidade. Nessa visão, a cidade é considerada o “nó” do Estado, e a formação do Estado está ligada à solidez do sentimento nacional, desenvolvido quando as trocas reúnem habitantes de diferentes regiões em uma mesma comunidade. No contexto da geopolítica europeia, Vidal destaca as controvérsias e omissões do termo “geopolítica” em obras de intelectuais influenciados pela escola alemã, incluindo Ratzel. É importante observar que o termo “geopolítico” na tradição epistêmica da área é posterior a Ratzel. Além disso, destaca-se que Halford Mackinder, frequentemente associado à geopolítica, não utilizou explicitamente esse termo em suas teses. Mackinder, renomado teórico, é conhecido pelo artigo “*The Geographical Pivot of History*” de 1904, no qual estabelece uma correlação entre tempo, espaço e processos políticos. Ele introduz o conceito de “*Heartland*” como a porção terrestre crucial na geografia da história, destacando a interligação entre história e geografia.

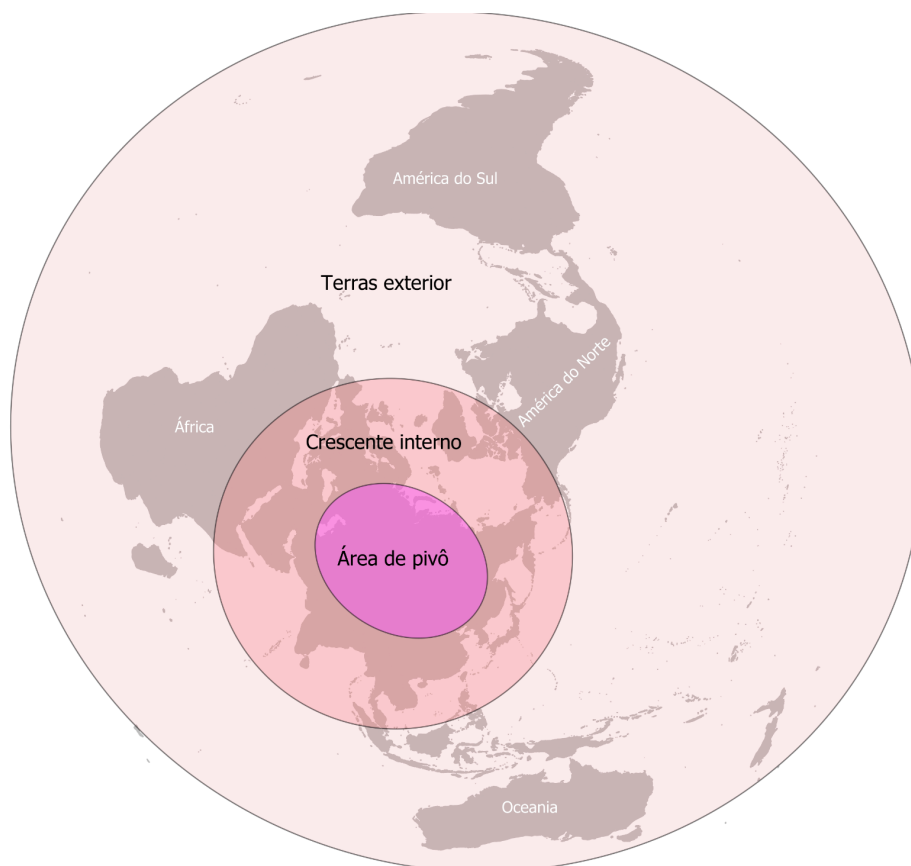
Ilustração 10 — Modelo geopolítico de Mackinder



FONTE: Mackinder (1996, p.190)

Mackinder propôs que quem controlasse a grande área continental da Eurásia, ou seja, que comandasse a área pivô, teria posse do que ele chamou de ilha mundo, área pivô para quem almejasse a supremacia mundial.

Ilustração 11 — Modelo geopolítico de Mackinder 2



Fonte: Elaborado pelo autor

Ele definiu o espaço mundial como um grande campo de disputa e interconectado, que qualquer evento em uma das partes reverberaria para o resto do mundo.

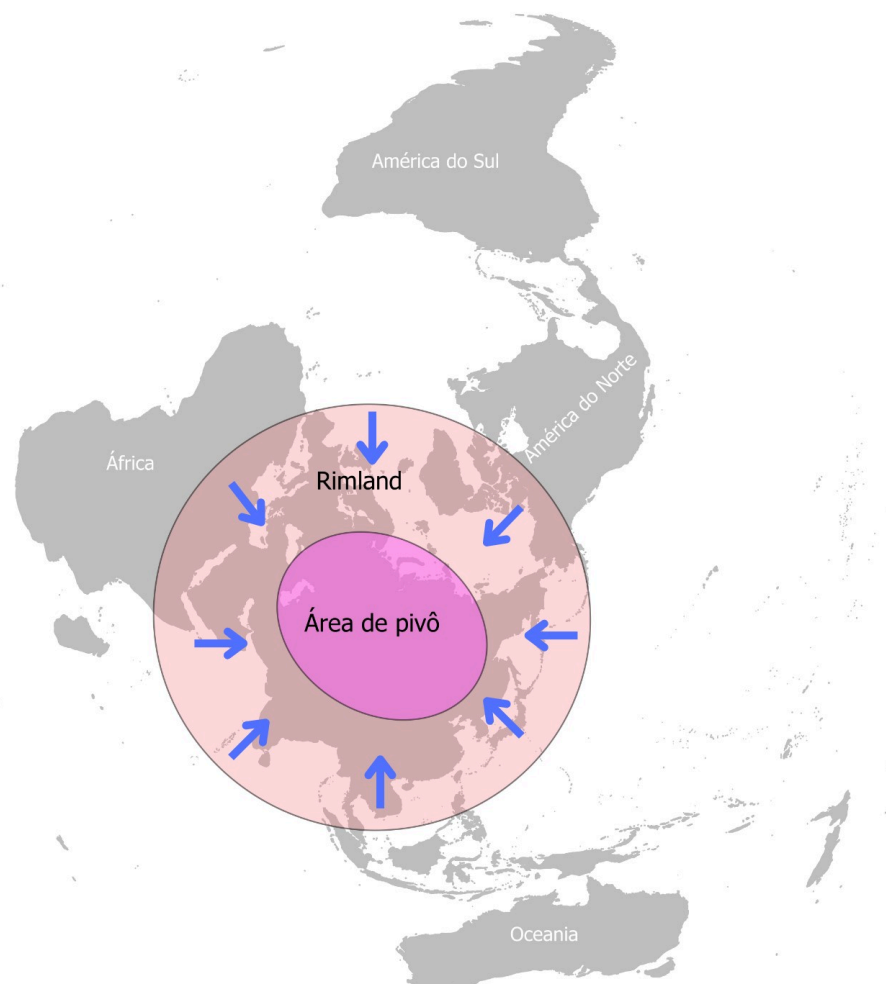
Se *The Geographical Pivot of History*, de Mackinder, é generalizadamente considerado o texto fundador do discurso geopolítico moderno, não deixa também de ser curioso notar, no mesmo, a ausência total da palavra Geopolítica. Essa ausência pode-se também constatar em todos os outros trabalhos importantes do geógrafo britânico. Tudo indica que essa ausência foi deliberada, e que não se deve propriamente a um desconhecimento dos trabalhos de Kjellén e dos seus seguidores alemães, mas a uma premeditada atitude patriótica (compreensível se atendermos às suas posições políticas anteriormente expostas), de rejeição do neologismo devido à sua conotação germânica (FERNANDES, 2003, p. 17).

Podemos compreender que existiu uma disputa epistêmica associada à *Geopolitik* alemã e seu par anglo-saxônico, cisão e influências mútuas pouco claras pelo contexto histórico que envolvia os dois campos, a esfera da disputa política entre a Alemanha e

Inglaterra ao longo do século XX. Assim dizendo que a primeira e Segunda Guerra Mundial tiveram um grande impacto na intelectualidade Geográfica e nesse turbilhão que surge a geopolítica Moderna e suas controvérsias.

A interlocução da Geopolítica clássica e a política internacional é revigorada com Nicholas Spykman (1893 – 1943) que ao reformular o pensamento de Harlford Mackinder, o Geopolitólogo estadunidense, traz novos elementos para tese de seu antecessor e estabelece uma estratégia de contensão baseada em evitar que uma potência terrestre rival alcançasse capacidades marítimas. Cercando a Eurásia, ou *Heartland*, de fora para dentro. N. Spykeman vê o potencial de poder no que Mackinder chamou de “Inner Marginal Crescent” e conceitualizando essa porção terrestre do globo de *Rimland*.

Ilustração 12 — Modelo geopolítico de Spykman



Fonte: Elaborado pelo autor

Defendendo que os Aliados no pós-segunda guerra baseasse suas políticas em impedir

Se a Rimland crescer, ela precisa conter a força euro-asiática, que na época era a URSS e hoje é a China. Política que se consolidou como fundamental na posição anticomunista das potências ocidentais. A chamada estratégia de “contenção” que teria grande impacto na política externa das grandes potências durante a Guerra Fria até a atualidade.

Ele partiu das ideias de Halford Mackinder, mas modificou sua tese central: para Spykman, quem tem o poder mundial não é quem controla diretamente o “coração do mundo”, mas quem é capaz de cercá-lo, como os Estados Unidos fizeram durante toda a Guerra Fria e seguem fazendo até os nossos dias (FIORI, 2007, p. 27).

Em um cenário global em constante evolução, surgem interpretações do espaço mundial e a necessidade de estratégias abrangentes não apenas no Ocidente, mas também em várias outras regiões. No cerne dessa perspectiva está a teoria do “*Rimland*” de Spykman, uma abordagem holística à análise geográfica que explora a interdependência de nosso mundo. A era pós-Segunda Guerra Mundial testemunhou a consolidação da noção de Mackinder de que o palco geopolítico opera como um sistema fechado, desprovido de territórios inexplorados.

Essa mudança tornou cada canto do planeta suscetível à categorização estratégica. Conforme a estrutura econômica passa por uma transformação, migrando de uma órbita atlântica para uma centralidade gradual na esfera de poder asiática, uma mudança fundamental no epicentro político e econômico mundial se desenrola. Essa transição é impulsionada, de forma notável, pelos períodos prolongados de crescimento econômico e geopolítico experimentados pela China e por outras nações asiáticas. Em meio a essas transformações, a influência duradoura da teoria do *Rimland* na geopolítica global permanece inegável, vivenciando um ressurgimento que continua a moldar o discurso geopolítico.

Conforme mergulhamos nas dinâmicas intrincadas da transformação, torna-se crucial reconhecer o papel fundamental desempenhado pelo sul Global, explorando especificamente o conceito do Cone sul. Essa perspectiva única encapsula o cone sul do continente sul-americano, como uma área que vem ganhando destaque na atual paisagem geopolítica contemporânea. A ascensão do Cone sul como um jogador-chave global se entrelaça perfeitamente com os princípios fundamentais da teoria de *Rimland* de Spykman, destacando a importância suprema do posicionamento estratégico e da sua interligação intrincada a várias regiões do mundo.

Para o Ratzel, a expansão de uma organização política está associada a solidariedade entre regiões, sendo as cidades o “nó” que as unes. Quando colocamos em perspectiva os corredores bioceânicos podemos refletir sobre o papel de conectar diferentes regiões sobre um mesmo infraestrutura física, conectando as cidades do caminho e criando um corredor entre o

atlântico e o pacífico. Não à toa, a estratégia de contenção visa romper esse nó que une o solo territorial de uma formação socioespacial e os corpos oceânicos que a permite se conectar com os mercados mundiais e ter acesso a novas extraterritorialidades.

Por exemplo, segundo Lewis Tambs (1979) acadêmico e embaixador estadunidense, a América do Sul está dividida em dois centros estratégicos, um situado no caribe e outro denominado como um *heartland* do continente geolocalizada na província de Charcas na Bolívia. O Brasil e a Argentina estão em uma disputa titânica pela hegemonia do Cone sul. Para o autor, os governos militares do pós-1964 assumiram o poder com um plano guiado pela ideia de um país ocidental e cristão, onde a estabilidade internacional era básica para o desenvolvimento do país, abandonando a inclinação terceiro mundistas dos governos anteriores, se alinhando abertamente com os Estados Unidos. Ao abandonar o conceito de redistribuição e estabilizar a situação social, a ditadura cívico-militar iniciou um programa de “formação compulsória de capital”. E como mencionado por Lewis Tambs, com base em princípios geopolíticos, o Ministro dos Transportes, Mário David Andreazza (1967–1974), expandiu e colonizou o país por meio da construção de uma extensa rede de estradas, o que contribuiu para o enriquecimento do império econômico estadunidense.

Lewis também lembra que nesse período o Brasil tinha amplo apoio de países do bloco ocidental e se vislumbrava um papel específico para o país sul-americano na configuração da estratégia internacional ocidental. Richard Nixon durante o governo Médici, Washington colocou o país como ‘líder natural da América Latina’, O secretário de estado Henry Kissinger (1969–77) defendia quadro nações intensificar os laços com o Estados Unidos, quais deveriam atuar como centros de ‘estabilidade’ em suas respectivas regiões; Japão, no Extremo Asiático, Irã, no oriente médio. Alemanha na Europa ocidental e Brasil na América do Sul.

É evidente em parte dos pensadores que estão pensando a condição político-estratégica do sistema internacional, tema a percepção da América latina não como uma área de importância geopolítica menor, mas essencial para os seus projetos e noções geopolíticas mundiais. A desproporcionalidade do Brasil no subcontinente americano e o flerte esporádico desse gigante hemisférico com o ocidente, coloca a região do Cone sul em uma aproximação pendular com as principais potências econômicas mundiais. De um lado, uma oposição geopolítica para que a região não mergulhe ainda mais como quintal do império estadunidense. Como discutido em “*Latin America in International Politics: Challenging US Hegemony*” (TULCHIN; GARLAND, 2016). E outra força oposta para que a região se configure com um dos polos da multipolaridade.

Durante a Guerra Fria, segundo Lewis, que estava enquadrado no contexto de

político ocidental, a União Soviética buscava penetrar no império econômico estadunidense através da agitação e a subversão. Como resposta a essa ‘ameaça de expansão’ surge a doutrina da Contenção elaborada pelo diplomata norte-americano George Frost Kennan e fundamentada nas obras de Nicholas Spykman. Doutrina estratégica integrada a iniciativa da aliança militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte, buscava criar um “cordão sanitário” em volta dos seus inimigos geopolíticos. Essa atualização das ideias de sir Halford Mackinder que segundo Mello (1999) teria a ideia de unicidade da superfície líquida do planeta e da divisão da superfície terrestre em grandes blocos insulares formados por uma série de ilhas-continente. Os estrategistas estadunidenses se instavam a construir uma iniciativa geoestratégica de dimensões planetárias e inglês Halford Mackinder era o precursor para isso.

Nesse contexto, as regiões periféricas do sistema mundo, se incluíam cada vez mais como teatro da disputa geopolíticas renovadas no pós-guerra mundial. Poder terrestre, contrapoder marítimo, o atlantismo nortecêntrico com a vanguarda estadunidense deveria, dar continuidade ao domínio dos mares, iniciado pelas potências europeias nos séculos anteriores. E a partir dessa dominação talassocrática construir as estruturas de um poder geopolítico mundial.

Nesse cenário e narrativa, a América do Sul e especificamente o Cone sul estabelece condições estratégicas específicas para qualquer estrutura de poder que se mova em direção à hegemonia geopolítica global. Não é um lugar de disputa geopolíticas secundárias, mas se não um polo de poder emergente, uma região com peso significativo no cálculo estratégico das disputas geopolíticas de níveis globais.

A ideia da Unicidade da Superfície líquida do planeta e a divisão da superfície terrestre em grandes zonas em disputa, formulada por Mackinder (2019), constrói a narrativa de uma disputa mundial. Sendo a área pivô, o núcleo eurasiático, capaz de definir a história geopolítica de todas as outras áreas e modificar a inclinação do equilíbrio de poder ao nível mundial. Através do argumento de uma incerta correlação entre uma generalização geográfica com uma concepção de história ampla, ou como colocado por Mello (1999) um materialismo histórico-geográfico do poder terrestre em oposição ao poder naval. Estabelecendo a máxima: “Quem governa o Leste Europeu comanda o *Heartland*; quem governa o *Heartland* comanda a *World Island*; quem governa a *World Island* comanda o mundo” (MACKINDER, 1962). Colocando a Eurásia, estrategicamente, como a localização geográfica mais vantajosa do planeta, na perspectiva da geoestratégia.

Existe o argumento que coloca a teoria *Heartland* de Sir Halford John Mackinder como um componente da justificativa da política externa dos Estados Unidos e da Rússia na

Ásia Central e no leste europeu (CHOWDHURY, Suban Kumar; KAFI, Abdullah. 2015). Teoria que tem como sugestão: Que uma determinada e específica localização geográfica é a chave que definirá a política mundial na próxima era. Enunciando que a era contemporânea do Mackinder, o que ele mesmo chamava de era pós-colombiana, marcada pelo evento histórico das grandes navegações e colonização europeia para fora da ilha-mundo, estava definida pela disputa pelo controle político-militar do mundo. Já que a superfície líquida do planeta permitia a projeção do poder econômico, militar e político das potências marítimas para amplas regiões do mundo e enclausurar às potências terrestres em suas condições telúricas e assim sufocando suas pretensões políticas ao nível global. Outro argumento (CHOWDHURY; KAFI, 2015) é que a análise Mackinderiana não é racional porque pressupõe conflito em um sistema onde não há:

“O estudo chegou à conclusão de que a literatura nos Estados Unidos e na Rússia é indicativa da relevância da teoria de Heartland. O estudo utilizou a tese do “Pivot Geográfico” de Sir Halford J. Mackinder como uma analogia com a atual política externa dos EUA e da Rússia em relação à Ásia Central e descobriu que os discursos de política externa de ambos os Estados lidam muito com a filosofia de Mackinder. Isso revela que a teoria Heartland ainda é influente na perspectiva da política externa dos Estados Unidos e da Rússia na Ásia Central. A competição pelo controle dos recursos naturais entre a Rússia e os Estados Unidos, juntamente com fatores geopolíticos e estratégicos, caracterizaram a geopolítica da Ásia Central. O controle sobre os recursos naturais, bem como o acesso ao mercado, é de fato o principal lema da direção da política externa de ambos os Estados. É evidente a partir do estudo acima que tais direções de política externa são seguidas pela Teoria Heartland de Mackinder. De fato, pode-se dizer que, esboçada em 1904 por meio de seu discurso, a “teoria Heartland” foi um momento fundador da geopolítica. Seu argumento sobre o controle da massa terrestre eurásiana (Europa, Ásia e Oriente Médio) ainda é considerado o maior prêmio geopolítico.” (CHOWDHURY; KAFI, 2015, p. 10).

Gobery do Couto e Silva (1981) revisitou a Geoestratégia formulada por Mackinder e enfatizou a importância da Bolívia, Paraguai e do Centro-Oeste do Brasil como uma unidade, que pode ser considerada o “coração” do subcontinente sul-americano. No entanto, o modelo mackinderiano não se resume à posição geográfica e à sua fisiologia, mas à manifestação do poder como a dimensão de conflito e disputa entre formações socioespaciais em concorrência. Portanto, a conquista do “coração” do subcontinente sul-americano não teria o mesmo significado se este fosse analisado em uma escala diferente, pois desnudaria contradições principais e secundárias da região. Assim, a Terra é um sistema geopolítico, que deve ser pensado visando o seu contexto histórico e geográfico.

“Os comunistas procuraram alcançar o eixo das Américas. A Bolívia deveria ser o foco de sua revolução continental, concentrando-se em Camirir, Enesto “Che”

Guevara desencadeou uma campanha para conquistar Charcas; mas embora sua estratégia parecesse correta, mesmo assim seus esforços falharam. O nacionalismo boliviano frustrou a guerrilha de Guevara e ele pagou o preço da derrota em 1967. Desde então, embora a geografia influencie as políticas e os povos. Tornou-se claro que apenas os homens realizam a história, e a cena na América Latina mudou dramaticamente (TAMBS, L.1979, p. 11).

A região pivô no modelo de mackinderiano está ancorada em uma condição espaço-temporal, ou seja, não é somente a posição geográfica e sua fisiologia que determina o conteúdo crítico e seu peso no movimento histórico da manifestação do poder. Manifesta também a dimensão de conflito e disputa de formações socioespaciais em concorrência. A conquista de Charca não seria a conquista do coração do subcontinente sul-americano, porque a paisagem geopolítica da região influi sobre contradições de outra ordem. Em enquadrar a região em um modelo geopolítico, de um período histórico específico, pensada e desenhada visando, enquanto argumento central, a Terra, enquanto planeta como um sistema geopolítico fechado. Não basta mudar a escala do modelo mackinderiano que desnudaremos às contradições principais, nem as secundárias da região.

Portanto, é evidente que a teoria Heartland de Halford J. Mackinder é um componente importante da política externa dos Estados Unidos e da Rússia na Ásia Central. A análise da teoria *Heartland* revela que ela reflete a disputa pelo controle dos recursos naturais e o acesso ao mercado entre as duas potências, assim como fatores geopolíticos e estratégicos. No entanto, é importante notar que a teoria *Heartland* de Mackinder não é somente uma questão de posição geográfica e fisiologia, mas também de manifestação do poder como dimensão de conflito e disputa entre formações socioespaciais. Portanto, a teoria *Heartland* é ainda um componente importante da política externa dos Estados Unidos e da Rússia na Ásia Central.

Para o autor chileno Cristian Garay (2021) a Geopolítica constitui-se como uma ciência militar por excelência. Postulando a importância da geopolítica militar como coluna central do pensamento geopolítico chileno que assessora e executa diretrizes e reflexões teóricas nesse desde do início do século XX, no seio das forças armadas chilenas. Que o cultivo do geopolítico é associado as noções de estratégia, geografia política e planejamento militar. Para o autor foi o exército e a armada que primeiro se apropriaram dessa disciplina, no seio da profissão militar, defronte a necessidade de desenvolver enfoques como desenvolvimento, soberania e participação das forças armadas. Os regimes militares permearam uma bibliografia geopolítica que delimitava a geopolítica como uma ciência geográfica e de aplicabilidade militar, “vinculada a uma perspectiva profissional que entende as relações e os conflitos internacionais primordialmente como manifestações estatais, sob um parâmetro estritamente realista.” (GARAY, p. 1, 2021). O autor defende que a geopolítica

chilena é motivada pela consideração da condição de insularidade que o território chileno estabelece perante seus vizinhos, pelo motivo da dificuldade física de se comunicar com o resto da região, que deve ser feita atravessando o mar ou as cordilheiras dos Andes.

Lembrando a interpretação geopolítica do chileno Bernardo O'Higgins (1778–1842) do destino de Magalhães, Garay (2021) apresenta como a concepção de poder naval originada na tradição do pensamento inglês, define certa influência no pensamento geopolítico chileno. Trazendo certa relevância para as características talassocráticas do território chileno *de jure* e o território ultramarino em contestação pelo irredentismo chileno. Pensamento estratégico que permeia a ideia de um Chile tricontinental e possuidor da “chave” para o pacífico.

A teoria de Spykman defende que o controle das “terras do crescente exterior ou insular” e as zonas costeiras ao redor da Eurásia, é essencial para o poder global. E ao longo deste capítulo refletimos sobre como a teoria do *Rimland* de Spykman é uma teoria geopolítica influente que continua a ser relevante no cenário global atual. Assim, como a teoria ajuda a explicar a importância do Cone sul para o poder global e a crescente importância da região na ordem mundial.

No entanto, também deixamos algumas questões em abertas. Por exemplo, a teoria de Spykman pode ser considerada uma teoria essencialista, que atribui um papel preponderante à geografia na determinação do poder global. Essa visão pode ser questionada, pois o poder global é resultado de uma complexa interação entre fatores geográficos, econômicos, políticos e militares e não só um determinismo geográfico. Mas sua teoria nos ajudar refletir no papel que a localização geográfica tem no concerto geopolítico de uma determinada região. Essa regionalização estratégica é um exemplo de como os acadêmicos, diplomatas e militar estão constantemente regionalizando o mundo a partir dos seus vieses ideológicos e estratégicos.

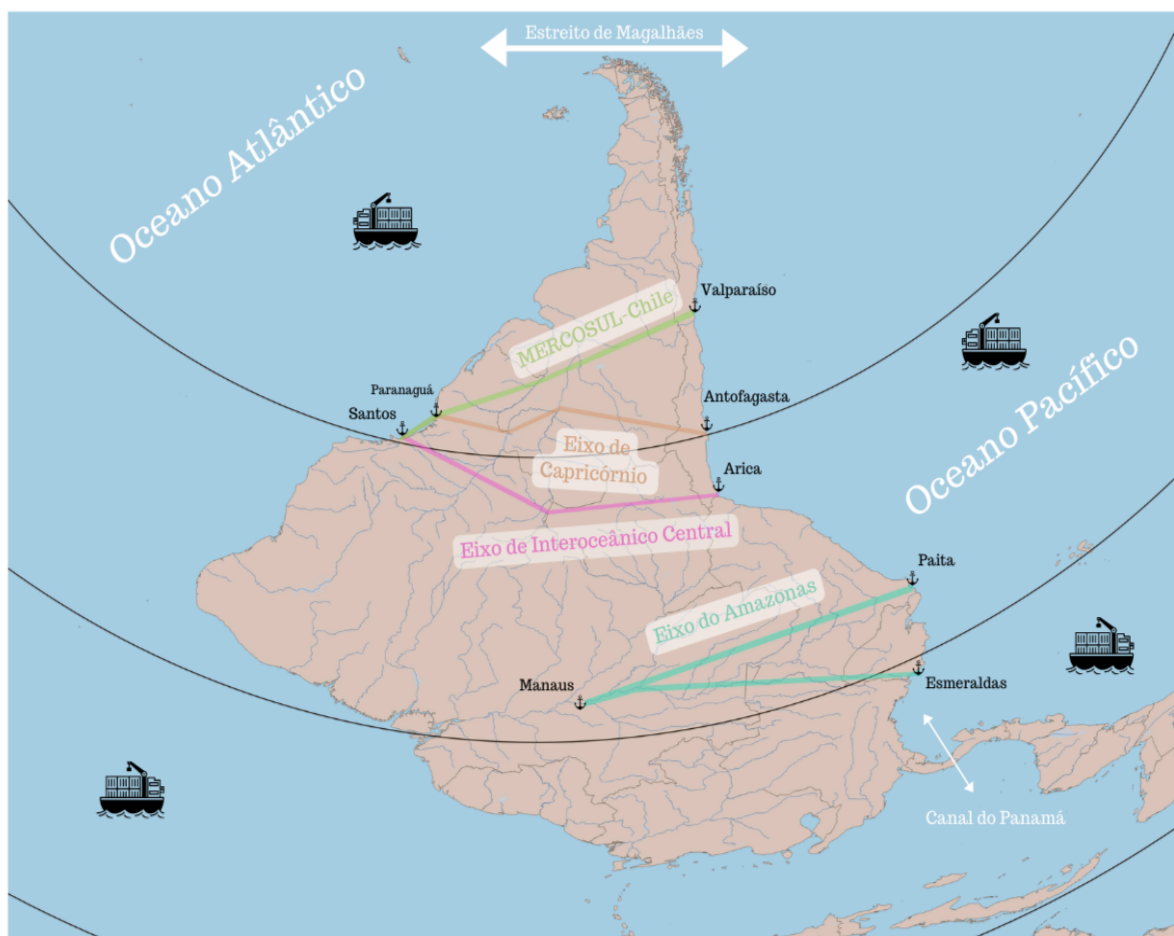
4.2. A Marcha para o oeste e as redes bioceânicas

A Marcha para o Oeste na economia brasileira historicamente representa um movimento de expansão territorial e desenvolvimento econômico em direção ao interior do país. No contexto contemporâneo, essa estratégia pode ser associada à busca por integração regional e fortalecimento das conexões inter-regionais, especialmente no Cone Sul. Onde a escolha de Goiânia como ponto geodésico central da América do Sul é estratégica para a promoção da integração regional. Porém, com a contradição que as regiões centrais do continente sul-americano carecem de infraestrutura de transporte, mesmo com a crescente atividades de extrativismos e agricultura na região.

No âmbito dessas discussões sobre o Corredor Bioceânico o “Estudos analíticos sobre o Corredor Bioceânico” (CASTRO, J. 2022), traz importantes reflexões. Um dos principais

desafios apontados pelo autor diz respeito à infraestrutura de transporte e logística, especialmente nos portos e fronteiras. Segundo o texto, embora a região norte do Chile possua uma infraestrutura logística bem desenvolvida e portos modernos capazes de receber grandes navios, ainda há desafios em relação à integração entre os produtores argentinos, brasileiros e paraguaios e os portos chilenos. Além disso, o artigo destaca a importância de integrar as redes ferroviárias e aéreas e diversificar os destinos de exportação.

Ilustração 13 — Eixos dos corredores bioceânicos sul-americanos



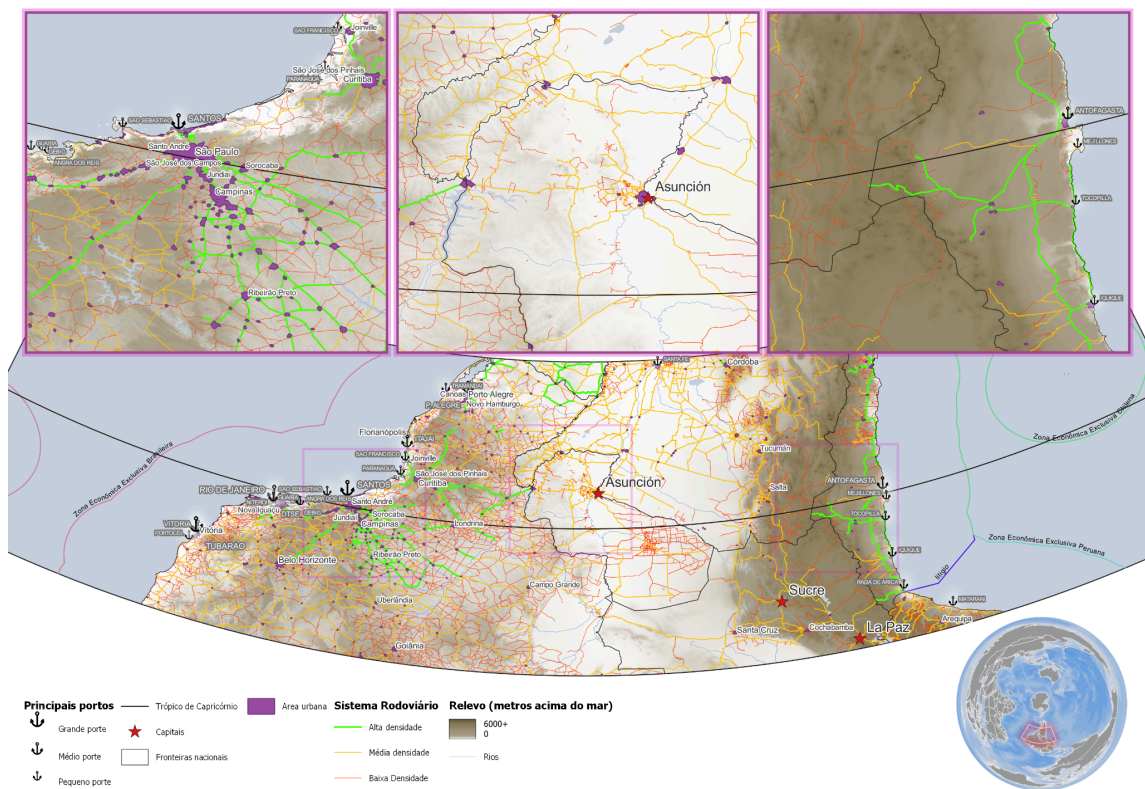
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IIRSA (2008) e BNDES (2010).

Outro ponto relevante diz respeito à região de Salta/Jujuy na Argentina. Nessa região, a forte base de produção primária e a ausência de grandes centros consumidores próximos resultam em um fluxo de carga concentrado com forte orientação norte-sul. Criando dificuldades para o movimento de mercadorias em viagens de ida e volta, sobrecarrega o serviço rodoviário e penaliza pequenos e médios produtores. Além disso, a infraestrutura de transporte ferroviário é pouco utilizada, e o transporte hidroviário é pouco explorado. Para

superar esses desafios, o artigo sugere melhorias na infraestrutura logística, integração dos modais de transporte, desenvolvimento de parcerias entre empresas de transporte de difere

Sobre o Corredor bioceânico Central, Abrita *et al.* conclui que este apresenta desafios significativos, mas também oferece grandes oportunidades para a integração regional e o desenvolvimento econômico local (ABRITA, M. B. *et al.* 2023). Para aproveitar essas oportunidades, a iniciativa favorece as condições de produção necessária para criar um ambiente favorável para o crescimento econômico e a geração de empregos na região.

Mapa 6 – Sub-regiões dos Eixos de Integração no Cone Sul



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IIRSA (2008), BNDES (2010), GRIP (2023)

O Chaco Paraguaio tem um grande potencial agrícola, com vastas áreas de terra que podem ser rapidamente adaptadas à produção agrícola. O solo do Chaco é muito semelhante ao do cerrado brasileiro, as quais são uma das regiões agrícolas mais importantes do mundo. No entanto, o Chaco Paraguaio tem uma logística precária e custos de transporte elevados. Além disso, a oferta de serviços de logística é limitada.

A região norte da Argentina também tem um grande potencial agrícola, com uma forte base de produção primária. No entanto, a região está ausente de grandes centros consumidores

próximos, dificultando a distribuição de produtos. Além disso, o fluxo de carga é concentrado com forte orientação norte-sul, o que sobrecarga o serviço rodoviário. A infraestrutura de transporte ferroviário é pouco utilizada e o transporte hidroviário é pouco explorado.

A região norte do Chile tem uma infraestrutura logística bem desenvolvida, com portos modernos capazes de receber grandes navios. No entanto, as altitudes elevadas da fronteira com a Argentina aumentam os custos de transporte e limitam o volume de carga e o tamanho dos caminhões.

Porém, as iniciativas de corredores bioceânicos preveem que o Chaco Paraguai, norte da Argentina e o norte do Chile, podem se tornar importantes polos de produção e exportação e tendo um peso significativo no desenvolvimento econômico da América do Sul.

Já Centro-Oeste do Brasil é uma região mais plana e de clima mais seco, com a construção de estradas e ferrovias sendo algo mais fácil e barato. Além disso, o clima semiárido do Centro-Oeste exige menos irrigação para a agricultura, tornando a região mais competitiva em termos de custos de produção. No entanto, o Centro-Oeste também tem algumas desvantagens logísticas. A região é mais distante do litoral, dificultando o transporte de mercadorias para o mercado internacional. A Costa Sudeste do Brasil, por outro lado, tem uma série de vantagens logísticas. Sendo localizada no litoral como a região norte do Chile, facilita o transporte de mercadorias para o exterior. Além disso, o clima tropical da Costa Sudeste é mais favorável à agricultura. No entanto, a região da Serra do Mar, que abrange grande parte da Costa Sul-Sudeste, também tem algumas desvantagens logísticas como o relevo, sendo mais montanhoso, aumentando o custo da construção de estradas e ferrovias.

A região de Santos, localizada no estado de São Paulo, é um importante polo portuário e logístico do Brasil. A cidade de Santos abriga o maior porto da América Latina em movimentação de cargas e é responsável pela movimentação de um grande fluxo de mercadorias, principalmente commodities agrícolas, oriundas do interior do país. Por sua vez, o porto de Paranaguá é o principal da região Sul do Brasil. Ambos os portos estão localizados a apenas 279,97 km de distância pelo mar, mas a distância por via terrestre, também é relativamente pequena, de 434 km por estradas já existentes. Além disso, a região da Serra do Mar, localizada próximo a Santos, possui uma importante reserva de Mata Atlântica, que abriga uma grande variedade de fauna e flora.

A construção de corredores bi-occeânicos ligando Santos e Paranaguá, aos portos de Arica, Iquique e Antofagasta, consiste em projeto de grande relevância geopolítica. Prevendo a construção de uma rede de infraestrutura de transporte que permitirá o escoamento mais eficiente de diferentes formas de produção regional e local (inclusive agrícola) das regiões do

interior da América do Sul, para os mercados asiáticos e da Costa Oeste dos Estados Unidos. No contexto dos corredores bioceânicos, a região de Santos e Paranaguá, e a Serra do Mar possuem uma grande importância estratégica.

Como ponto de partida para a exportação de produtos agrícolas, a região é um importante ponto de conexão entre o centro do país e os portos do Oceano Pacífico. Além disso, a serra do mar é uma importante área de preservação ambiental que deve ser considerada na construção de corredores bioceânicos, visando minimizar os impactos ambientais e garantir a sustentabilidade da região.

A última atualização da Visão de Negócios do Eixo de Capricórnio considera que a área de influência do eixo compreende especificamente: os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Brasil; o Departamento de Tarija na Bolívia; a totalidade do Paraguai; as províncias Argentinas de Salta, Jujuy, Catamarca, La Rioja, Formosa, Chaco, Misiones, Corrientes, Tucumán e Santiago del Estero e as regiões Segunda e Terceira (Antofagasta e Atacama) do Chile. Segundo dados da IIRSA, a população do eixo alcançava aproximadamente 45 milhões de habitantes no ano de 2008 (EBEI *et al.*, 2011, p. 72).

A “Nova Rota da Seda”, também chamada de Iniciativa Cinturão e Rota da China (BRI) é uma iniciativa de infraestrutura global lançada pela China em 2013, visando promover o desenvolvimento econômico e social dos países por meio de investimentos em infraestrutura. Tendo diferentes modalidades, principalmente logística e viária (estradas, ferrovias, portos e aeroportos), mas também de comunicações e energia. Assim, a China passou a expressar interesse em investir no Eixo de Capricórnio como parte da Nova Rota da Seda global. Em 2018, a China e o Brasil assinaram um acordo de cooperação para o desenvolvimento do Eixo de Capricórnio. O acordo prevê investimentos chineses em projetos de infraestrutura no eixo, como a construção de uma ferrovia que ligará o Brasil ao Paraguai.

A ferrovia vai cruzar o país de leste a oeste, portanto, o continente, porque ligará o Oceano Atlântico ao Pacífico. É um novo caminho que se abrirá para a Ásia, reduzindo distâncias e custos. Um novo caminho que nos levará diretamente ao Pacífico, até os portos da China”, explicou Dilma, em declaração de imprensa, após a assinatura de acordos com o chinês (LOURENÇO, 2015, s/p.).

O artigo “*China and Latin America: Belt and Road Initiative and the potential of the Bioceanic corridors for the region*” (HARO-SLY *et al.*, 2019) explora a Iniciativa *Belt and Road* (BRI) da China e como ela pode ajudar a promover a industrialização e a exportação de bens com maior conteúdo tecnológico e valor agregado na América Latina. Por meio do

desenvolvimento de corredores bioceânicos, como o Corredor Capricórnio (Argentina, Brasil, Chile e Paraguai) e o Corredor Central (Brasil, Bolívia e Peru). No entanto, o sucesso desses projetos dependerá do consenso nacional alcançado nos países envolvidos em relação ao seu caminho de desenvolvimento, bem como da coordenação regional para apresentar uma posição unificada com uma estratégia coerente para articular suas relações.

Em geral, a construção de infraestrutura de transporte na América Latina está seguindo uma tendência de direcionamento gradual em direção ao Oceano Pacífico e à Ásia.

Essa região é onde está localizado o centro de produção da economia mundial (ARRIGHI, 1996), o que pode estimular a especialização das exportações da região. No entanto, a implementação da Iniciativa da Nova Rota da Seda, dependerá da capacidade da China e dos países latino-americanos em negociá-la equilibradamente, e defendendo seus respectivos interesses. Especialmente, considerando a posição dos Estados Unidos, que veem a crescente presença chinesa na região como uma ameaça à sua longa hegemonia regional e podem acabar mobilizando esforços para dificultar o progresso da BRI.

A Nova Rota da Seda tem o potencial de trazer benefícios significativos para a América Latina, incluindo o aumento do comércio e investimentos, bem como o desenvolvimento de infraestrutura. Um dos principais componentes da BRI, visa, justamente, impulsionar a construção dos corredores bioceânicos.

Estes corredores têm o potencial de reduzir o custo transporte de mercadorias entre a América Latina e a Ásia significativamente. E criar mais condições e possibilidades para a região acompanhar o deslocamento do centro de gravidade da economia mundial. Sendo uma tendência que Marx já escrevia sobre em seu texto de 1850, quando nota que o centro de gravidade da economia mundial já havia iniciado seu lento deslocando do Oceano Atlântico para o Oceano Pacífico.

Graças ao ouro californiano e à energia inesgotável dos yankees, os dois lados do Pacífico serão em breve tão povoados e tão ativos no comércio e na indústria como o é atualmente a costa de Boston a Nova Orleans. O oceano Pacífico desempenhará no futuro o mesmo papel que foi do Atlântico na nossa era e do Mediterrâneo na Antiguidade: o de grande via marítima do comércio mundial, e o oceano Atlântico descerá ao nível de um mar interior, como é hoje o caso do Mediterrâneo (MARX, 1850, s/p.).

A marcha para o oeste foi um período de grande expansão territorial dos Estados Unidos no século XIX. A marcha foi impulsionada pela busca por novas terras para cultivo e a descoberta de ouro na Califórnia. Atraindo um grande fluxo de migrantes, essa nova

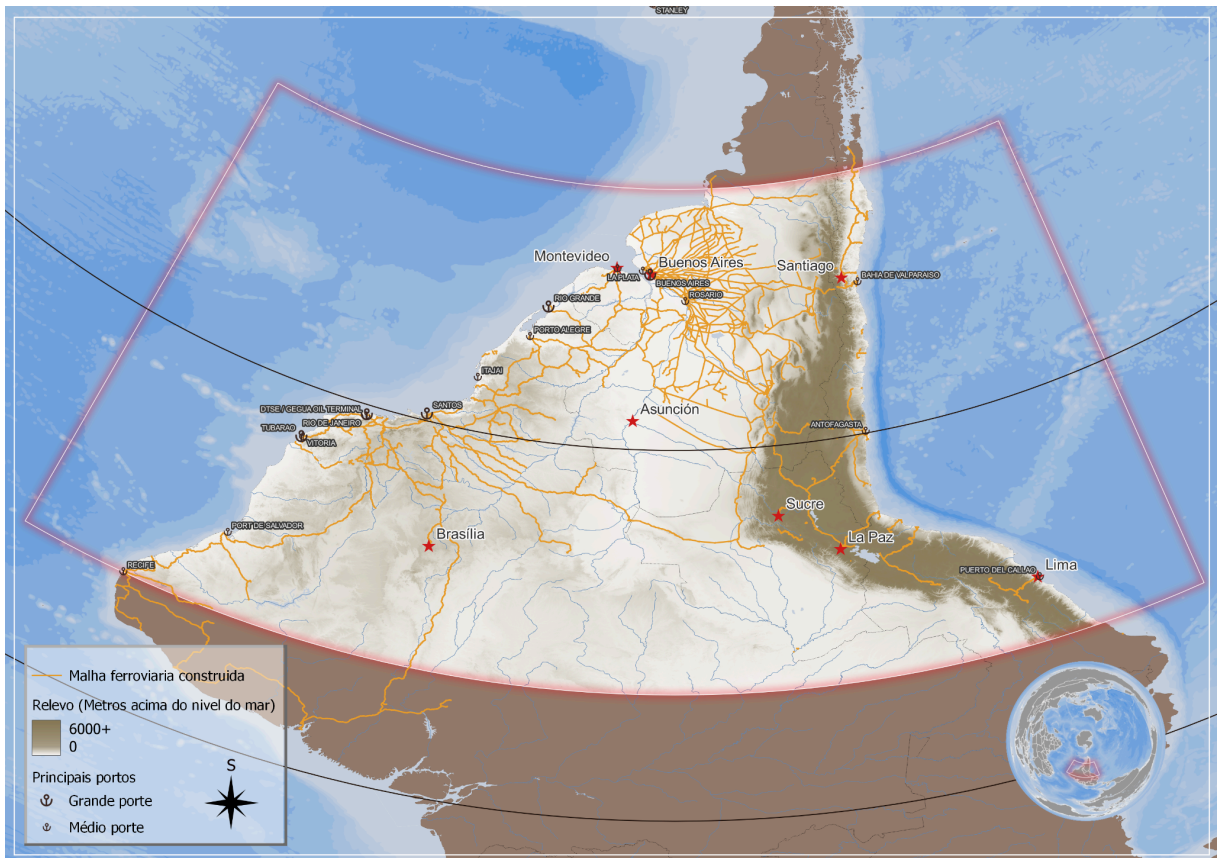
fronteira. Isso levou ao desenvolvimento de uma nova estremadura²⁶ americana no Pacífico, e a ascensão dos Estados Unidos como uma potência regional. A marcha teve um impacto significativo na geopolítica do Pacífico, dando aos Estados Unidos acesso ao Oceano Pacífico e ajudando a moldar o mundo de hoje. E essa tendência de deslocamento do polo de gravidade da economia mundial, se reproduz de forma contemporânea, isso, devido a um número de fatores, incluindo o crescimento econômico e demográfico da China e da Índia, a ascensão das economias emergentes e a queda do poder econômico do Ocidente.

As ferrovias também tiveram um impacto significativo na economia do oeste dos Estados Unidos. Elas permitiram o transporte de matérias-primas para as áreas de manufatura, o que contribuiu para o desenvolvimento industrial da região. Além disso, as ferrovias facilitaram o comércio entre o leste e o oeste dos Estados Unidos, o que impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas do país.

Na América do Sul do século XXI, as ferrovias desempenharão um papel importante nos corredores bioceânicos. As ferrovias são mais eficientes do que as rodovias e podem transportar mais carga. Elas também são menos poluentes do que as rodovias. Enquanto o Corredor Bioceânico Central será construído na maioria ao longo de ferrovias existentes, por exemplo, já o Corredor Bioceânico Capricórnio exigirá a construção de novas ferrovias.

²⁶ Região localizada na extremidade de um país.

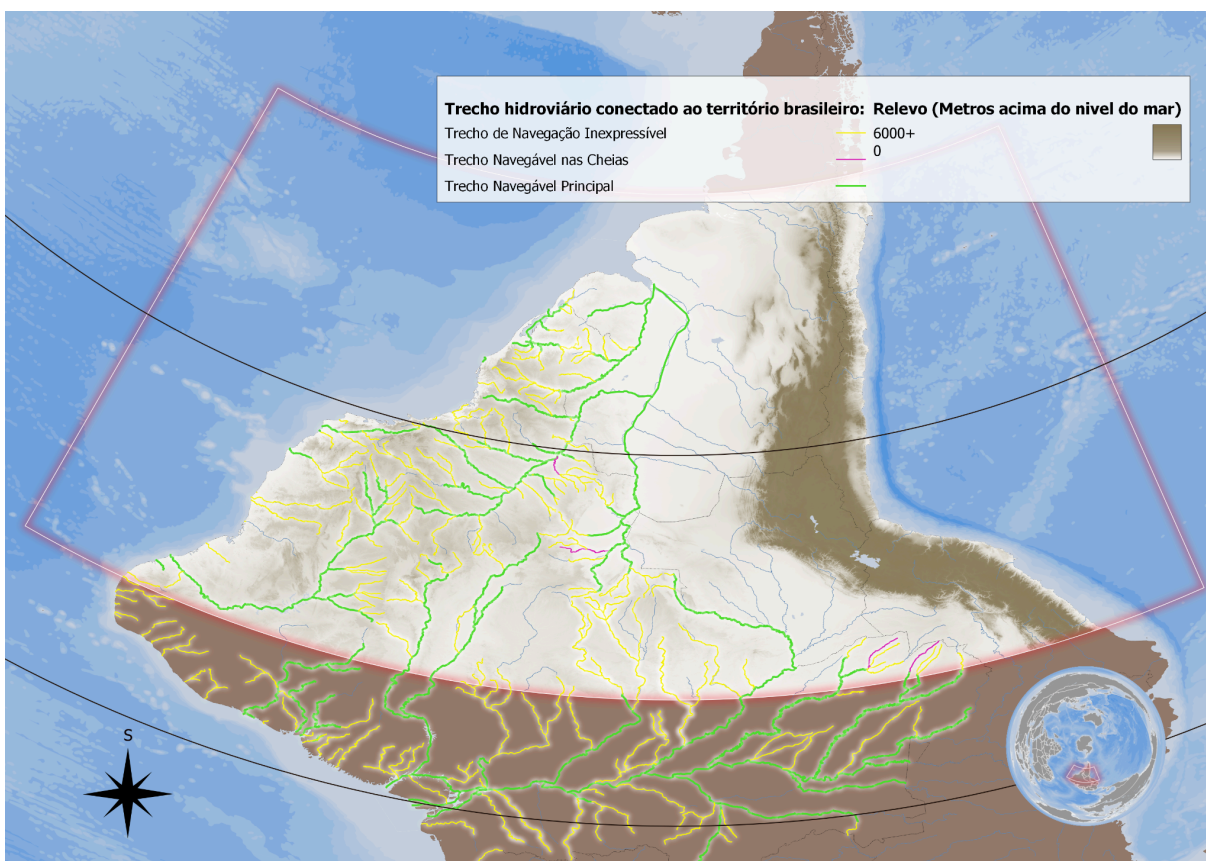
Mapa 7 – Malha ferroviária construída no Cone sul



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Natural Earth (2023), Geofabrik (2023)

As hidrovias desempenharão um papel importante nestes corredores bioceânicos porque podem transportar grandes volumes de carga de forma mais eficiente e econômica. As hidrovias são mais baratas de construir e operar do que as estradas ou ferrovias, e também podem transportar mais carga por viagem. Isso as torna uma opção ideal para o transporte de mercadorias de baixo valor, como grãos, minérios e produtos agrícolas. Além de serem eficientes e econômicas, as hidrovias também podem ajudar a reduzir o impacto ambiental do transporte.

Mapa 8 – Hidrovias conectadas ao Brasil

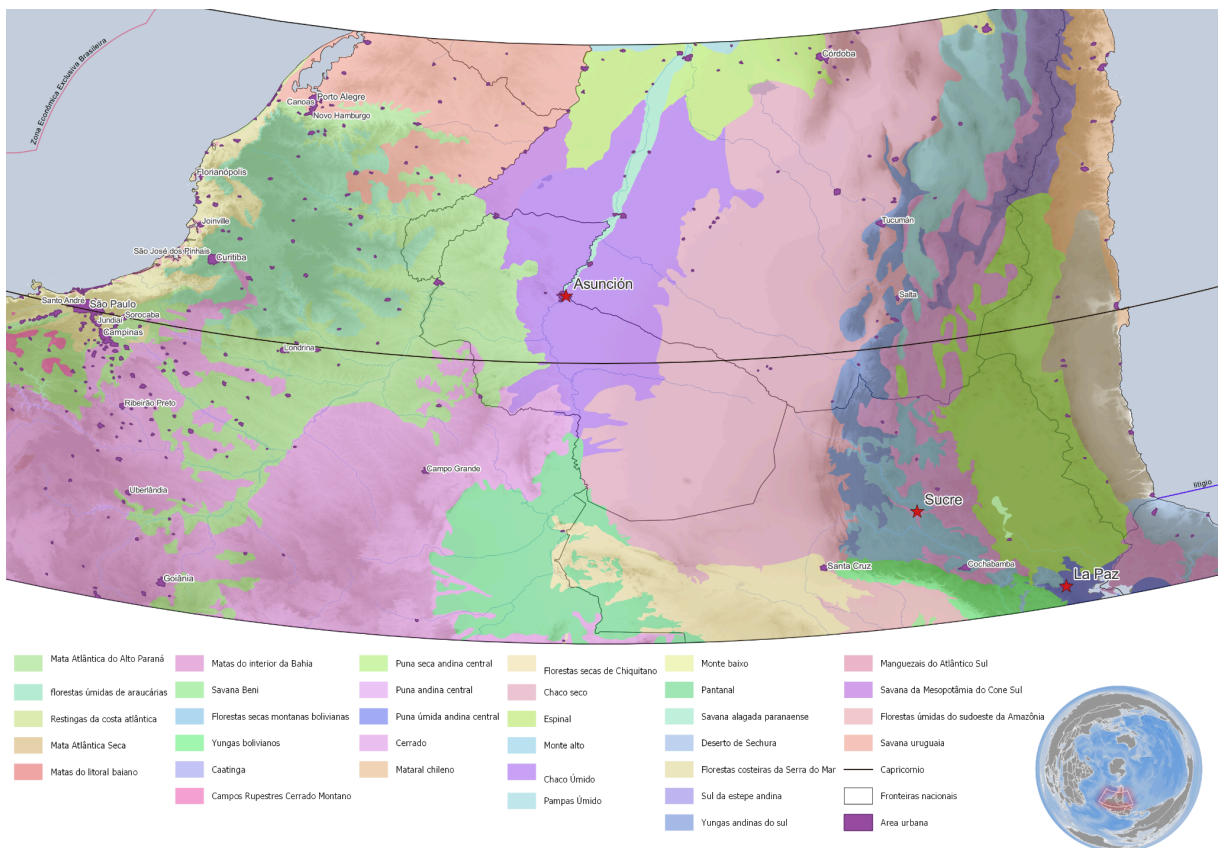


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Natural Earth (2023), Geofabrik (2023) e ANA (2023)

Destarte, os Corredores Bioceânicos também enfrentam alguns desafios, sendo o principal a falta de infraestrutura adequada. O corredor passará por regiões remotas e pouco desenvolvidas, onde a infraestrutura de transporte e logística é deficiente. Mas este desafio também representa um grande potencial para o desenvolvimento dessas regiões, para que o Corredor se torne um projeto transformador para a América do Sul. O corredor pode ajudar a promover a integração física regional, entendida como o processo de conexão das diferentes infraestruturas (transporte, energia e comunicação) entre os países envolvidos na iniciativa. Isso pode incluir a construção de novas estradas, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, linhas de energia elétrica, gasodutos e oleodutos, usinas binacionais, redes de fibra ótica, ou mesmo satélites de comunicações compartilhados entre os países envolvidos.

Outro dos grandes desafios e contradições do Corredor Bioceânico é o seu impacto ambiental. O projeto precisa ser projetado e implementado para minimizar seu impacto ambiental e social. Isso inclui a construção de rodovias, ferrovias e hidrovias seguras e eficientes, mas também que protejam a biodiversidade e os direitos das comunidades locais.

Mapa 9 — Biomas



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Natural Earth (2023), Geofabrik (2023), WWF (2023)

O projeto só será bem-sucedido se houver uma forte cooperação entre os governos, empresas e comunidades locais. Isso inclui a construção de confiança e entendimento entre os diferentes atores, e também a criação de mecanismos para socializar os benefícios do projeto. Na compreensão que não se trata de ligar um ponto a outro, mas a consolidação de redes bioceânicas que tenha enquanto nó as cidades e as pessoas. Que tenha como preceito a união política e material do continente no empreendimento de enfrentar as contradições comuns, as formações socioespaciais locais que só serão respondidas continentalmente. A formação de

blocos regionais permite aos países fortalecerem sua posição no sistema internacional

Atualmente, no Brasil, o Ministério do Planejamento e Orçamento, possui um Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano, que passou a organizar as obras de infraestrutura transfronteiriça em torno de 5 “Rotas da Integração”, classificando tanto os corredores bioceânicos do Eixo Santos-Arica, como o Eixo Paranaguá-Antafogasta, como parte de uma mesma “Rota”, a Rota Capricórnio.

4.3. Redes oceânicas, organização geopolítica e Desenvolvimento regional.

O cenário geopolítico global contemporâneo é caracterizado por uma crescente interdependência entre os Estados, impulsionada pela intensificação dos fluxos de capital, informação, tecnologia e pessoas. Essa dinâmica, denominada globalização, redefine as relações de poder e influência no cenário internacional, exigindo novas formas de organização e articulação entre os Estados (Held, McGrew, Goldblatt & Perraton, 1999).

A divisão internacional do trabalho, baseada na especialização regional, é uma característica central desse contexto. Cada região se concentra na produção de bens e serviços para os quais possui vantagens comparativas, impulsionando o comércio internacional. No entanto, essa especialização também pode gerar disparidades de desenvolvimento entre as regiões (Rodrik, 2011). A divisão entre países centrais e periféricos, com os primeiros concentrando atividades de alto valor agregado e os segundos especializando-se em commodities e mão de obra barata, perpetua a dependência e a desigualdade entre as regiões (Sunkel, 1973).

Contudo, novas dinâmicas estão emergindo no cenário global, como a ascensão de países emergentes e a reconfiguração das Cadeias Globais de Valor (CGVs), desafiando estruturas tradicionais e abrindo caminho para uma possível redistribuição do poder econômico no mundo (Gereffi, 2014). As CGVs são redes de produção transnacional que integram diferentes etapas da produção em diferentes países, coordenadas por empresas multinacionais e Estados. Essa fragmentação da produção permite que as empresas se concentrem nas etapas em que possuem maior vantagem competitiva, gerando eficiência, mas também pode levar à precarização do trabalho e à exploração de trabalhadores em países periféricos (Gereffi, 2014; Kaplinsky, 2000). Nesse contexto, as redes bioceânicas, como a Rede Interoceânica Sul-Americana, assumem um papel crucial na reconfiguração do cenário geopolítico e econômico global. A integração sul-americana e inter-regional com a Ásia e a Oceania é fundamental para o desenvolvimento local e a diminuição da dependência tecnológica dos países ocidentais.

Ampliar a interdependência regional fortalece a resiliência e a pluralidade geográfica dos fluxos de capital da região com o resto do mundo, possibilitando uma inserção internacional menos subordinada à divisão internacional do trabalho que favorece apenas os países centrais. No contexto de instabilidade geopolítica global, onde sanções econômicas e interrupções redesenham os fluxos globais de capital, consolidar um complexo regional e ampliar sua conexão geográfica com o resto do mundo é estratégico não apenas do ponto de vista econômico, mas também político e de segurança. A busca por novas conexões geográficas, como a rota do Ártico entre a Ásia e a Europa, e corredores terrestres entre Ásia e Europa, enfrenta desafios significativos, mas também oferece oportunidades de reduzir o tempo e custos do comércio marítimo entre os continentes. Em resumo, a busca por uma inserção internacional mais autônoma e menos subordinada é um desafio atual e crucial para as regiões periféricas, exigindo políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a diversificação produtiva, além de investimentos em infraestrutura e cooperação regional e internacional (CEPAL, 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um complexo regional de integração na América do Sul não é apenas uma expressão de aspirações geoeconômicas, mas também uma resposta geopolítica às mudanças recorrentes no sistema internacional. Essa compreensão demanda uma análise fundamentada no conceito de Formação Econômico-Social (FES), que reconhece a dinamicidade da realidade e a influência das contradições inerentes, especialmente no contexto da luta de classes. A perspectiva materialista histórico-dialética nos capacita a questionar ideias preconcebidas sobre uma “ordem natural” ou um destino imutável, destacando a capacidade humana de moldar ativamente a realidade por meio do conflito e da busca por mudanças socioeconômicas. Nesse sentido, a compreensão aprofundada de elementos como dimensão material, processo histórico, classe social e conceitos de poder e conflito emerge como fundamental para uma análise abrangente das Relações Internacionais e do futuro político da região.

O regionalismo sul-americano surge como um movimento contra-hegemônico, uma tentativa dos países da região de se unirem para enfrentar suas contradições comuns e promover o desenvolvimento econômico e social, contrapondo-se ao imperialismo extrarregional. A regionalização estratégica visa não apenas explorar recursos naturais e promover o comércio, mas também a resistir às pressões externas e fortalecer a autonomia regional. No entanto, a infraestrutura, incluindo os corredores bioceânicos e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), é um elemento complexo nesse

processo. Enquanto potenciais motores de desenvolvimento econômico, esses projetos também carregam o risco de intensificar a exploração econômica na região e concentrar a riqueza em poucas mãos.

O debate em torno da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) reflete a complexidade das relações geopolíticas na região. Alguns interpretam a IIRSA como uma expressão de sub imperialismo, sugerindo que o Brasil visa exercer influência sobre suas nações vizinhas por meio de projetos de infraestrutura e financiamento. Por outro lado, há quem veja a IIRSA como uma tentativa de resistência ao imperialismo, fortalecendo a autodeterminação dos países sul-americanos e promovendo uma maior independência em relação às pressões externas. Esta dualidade de interpretações evidencia as nuances e os interesses em jogo na integração regional e na busca por autonomia política e econômica na América do Sul.

Esta dissertação examinou as dinâmicas geopolíticas da integração física na América do Sul, ressaltando a importância da autodeterminação das nações nesse processo. Espera-se que este estudo contribua para o enriquecimento do debate acadêmico e para a formulação de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e a autonomia regional na América do Sul. A discussão também se estende à importância da localização geográfica na política internacional, destacando como a cartografia política reflete relações de poder e influência, a percepção do mundo, assim como a geopolítica e a construção de uma cartografia política orientada ao regionalismo sul-americano tem um papel fundamental na construção da integração regional insubordinada e soberana.

- ABDEL-MALEK, A. **Geopolitics and National Movements: An Essay on the Dialectics of Imperialism**. Praxis (e) Press, 2008.
- ABRITA, M. B., VIGNANDI, R. S., CENTURIÃO, D. A. S., RONDINA NETO, A., PEREIRA, A. P. C., ESPINDOLA JUNIOR, G. MACIEL, R. F. (2023) **Dynamics of local productive arrangements in the municipalities of Mato Grosso do Sul considering the transformations of the Bioceanic Corridor**. *Plos one*, 18 (4),.
- ANA. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/agencia-nacional-de-aguas-e-saneamento-basico>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- ARENDRT, Hannah. **On Revolution**. New York: Viking Press, 1963.
- ARRIGHI, Giovanni (1996). **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. Editora UNESP: São Paulo, SP.
- Banco Mundial. (2021). **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2021**: Brasil. Recuperado em 8 de março de 2021, de <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35266>
- BECKER, B. K. **A Geografia e o Resgate da Geopolítica**. Espaço Aberto, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012.
- BOLÍVIA. (2019). **Boletim Estatístico Mensual**. Banco Central da Bolívia, Bolívia.
- BRASIL (2019). **Estudos para o corredor bioceânico: rodovias, ferrovias e hidrovias**. Ministério dos Transportes: Brasília, DF.
- Brzezinski, Z. (2004). **The choice: Global dominance or global leadership**. Basic Books.
- CAIRO, H. (2008). **A América Latina nos Modelos Geopolíticos Modernos: da Marginalização à Preocupação com Sua Autonomia**. Caderno CRH, v. 21, n.53, mai./ago., Salvador, BA.
- CAIRO, Heriberto. **A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia**. Caderno CRH, v. 21, p. 219–235, 2008.
- Castro, J. (2022). **Analytical Studies about the Bioceanic Corridor**. *Interações* (Campo Grande), 22, 1061-1076.
- CHOWDHURY, S. K., & Kafi, A. H. (2015). **The Heartland Theory of Sir Halford John Mackinder: Justification of Foreign Policy of The United States and Russia in Central Asia**. *J. Liberty & Int'l Aff.*, 1, 58.
- CONTI PAGLIARI, G. de (2006). **Segurança Hemisférica: uma Discussão sobre a Validade e Atualidade de Seus Mecanismos Institucionais**. *Revista Brasileira de*

Política Internacional, v. 79, n.1, p. 26-42, Brasília, DF.

Drake, P. W., & Jaksic, I. (1999). **The Southern Cone: Crisis and Beyond**. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA Ltda.- EBEI; ENEFER - Consultoria, Projetos Ltda; Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda; Siqueira Castro Advogados; Trends Engenharia e Infraestrutura Ltda; Vetec Engenharia Ltda. **Corredor Bioceânico Ferroviário: estudos técnicos referentes ao Eixo de Capricórnio. Relatório Consolidado**. Rio de Janeiro: Híbrida, 2011.

ENGELS, F. (1978). *Dialética da natureza*. Presença. Lisboa: Portugal.

ENGELS, F. (2020). *Dialética da natureza*. Boitempo Editorial.

FERGUSON, N. (2007). **The Second World War as an Economic Disaster**. *Economic Disasters of the Twentieth Century*, p. 83–132.

FERNANDES, L.; CARDIM; SALGADO RODRIGUES, B. **Integração Contemporânea na América do Sul: Hemisférica, Regional e Multilateralista**. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 6, n. 1, p. 87–113, 2020.

FRIEDMAN, George (2012). *A próxima década*. Ed. Novo Conceito: Ribeirão Preto, SP.

Fontana, A., Russell, R., & Merke, F. (2017). *The Southern Cone: An Introduction to Regional Politics, Security, and Economics*. New York: Palgrave Macmillan.

FOUCAULT, Michel (1975). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes: Petrópolis, RJ.

FUKUYAMA, F. (1989). **The End of History?** *The National Interest*, n. 16.

Geofabrik. Disponível em: <<https://www.geofabrik.de/>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

Gereffi, G. (2014). **Global value chains and the new economy**. Routledge.

Gereffi, G., Garcia-Johnson, R., & Sasser, E. (2013). **The governance of global value chains**. Routledge.

GÖKMEN, S. R. (2010). **Geopolitics and the study of international relations**. Fernandes, J. P. T. (2003). **A Geopolítica clássica revisitada**. Nação e Defesa.

GONZÁLEZ, C. (2020). **Evo Morales y el desarrollo económico de Bolivia**. *Revista Dialogos*, 6(2), 123-135. Disponível em: <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/dialogos/article/view/9976/9071>

GRIP global roads database. Disponível em: <<https://www.globio.info/download-grip-dataset>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

GUIMARÃES, S. P. **O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana**. *Temas & Matizes*, v. 7, n. 14, p. 58-72, 2008.

- HAESBAERT, R. (1999). **Região, diversidade territorial e globalização.** *GEOgraphia*, 1(1), 15-39.
- HAESBAERT, R. (2010). **Região, Regionalização e Regionalidade: Questões Contemporâneas.** Antares, n.3, jan./jun. Caxias do Sul, RS.
- HARO-Sly, M. J., & LOPES KOTZ, R. (2019). **China and Latin America: Belt and Road Initiative and the potential of the Bioceanic corridors for the region.** Congresso Latinoamericano de Estudios Chinos (La Plata, 2019).
- Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., & Perraton, J. (1999). **Global transformations: Politics, economics and culture.** Stanford University Press.
- IPEA. (2019). **A logística do corredor bioceânico: oportunidades e desafios para o Brasil.** Brasília: IPEA.
- IIRSA (2011). **Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API).** Comitê de Coordenação Técnica (CCT) da IIRSA / Comitê Coordenador do COSIPLAN. <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/uploads/documents/api_agenda_de_projetos_port.pdf>
- Sampaio, Plínio (2011). **Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução. LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Imperialismo: etapa superior do capitalismo.** Campinas: FE/UNICAMP.
- Kaplinsky, R. (2000). **Globalization, poverty and inequality: Between a rock and a hard place.** Zed Books.
- KERR-OLIVEIRA, L. (2012). **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética.** Tese de Doutorado. PPG-CP, UFRGS: Porto Alegre, RS.
- KERR-OLIVEIRA, L., FRIGERRI, P. F. ., AGUILERA-CAZALBÓN, A. Y. ., & MORAIS SILVA, A. K. (2021). **A Integração Regional Sul-Americana frente à Pandemia da Covid-19: uma análise Geopolítica dos impactos no Mercosul e na Região.** Revista Tempo Do Mundo, (26), 205-250. <https://doi.org/10.38116/rtm26art6>
- KERR-OLIVEIRA, L.; CEPIK, M., & BRITES, P. V. P. (2014). **O pré-sal e segurança do Atlântico Sul: a defesa em camadas e o papel da integração sul-americana.** *Revista da Escola de Guerra Naval*, 20(2), 139-164.
- KORYBKO, A. (2015). **Hybrid Wars: The Indirect Adaptive Approach to Regime Change.** The People's Friendship University of Russia, Rússia.
- LENIN, V. I. (2017). **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Boitempo.
- LÊNIN, V. I. (2021). **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** Boitempo Editorial.
- Lénine: **Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação.** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/cap01.htm>>. Acesso em: 2 set. 2023.

- LIMA, Wendell Teles; OLIVEIRA, Ana Maria Libório; SILVA, Itaçara Oliveira. **MODELOS GEOPOLÍTICOS: UMA INTERPRETAÇÃO DE MUNDO/Geopolitic Models: a world interpretation**. REVISTA GEONORTE, v. 8, n. 30, p. 118-132, 2017
- Luttwak, E. N. (1990). *From geopolitics to geo-economics: Logic of conflict, grammar of commerce. The national interest*, (20), 17-23. (20), 17-23.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios
- LOURENÇO, L. **Brasil e China vão construir ferrovia do Atlântico ao Pacífico**. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-05/brasil-e-china-vao-construir-ferrovia-que-ligara-brasil-ao-pacifico>>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- LUZ COSTA, D. A. [Org.] (2011). **América do Sul: Integração e Infraestrutura**. CapaxDei: Rio de Janeiro, RJ.
- MALTHUS, T. R., & WINCh, D. (1992). *Malthus: 'An Essay on the Principle of Population'*. Cambridge university press.
- MAO, T.; MAO, Z. **Mao Zedong on Dialectical Materialism: Writings on Philosophy**, 1937. ME Sharpe, 1990.
- MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. **Mário Travassos e Carlos Badia Malagrida: dois modelos geopolíticos sobre a América do Sul**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MARX, K. & ENGELS, F. (2015) [1848]. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial. Santos, M. (1977). **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, (54), 81–100.
- MARX, K. (1850) **Deslocamentos do Centro de Gravidades Mundial**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/02/deslocamento.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MATOS, C. **Teoria do Sistema-mundo**. Disponível em: <<https://www.coladaweb.com/geografia/teoria-do-sistema-mundo>>. Acesso em: 3 set. 2023.
- MATTOS, B. R. B.; MATOS, F. E. L. de; KENKEL, K. M. (2017). **Brazilian Policy and the Creation of a Regional Security Complex in the South Atlantic: Pax Brasiliana?**. Contexto Internacional, 39(2), 263-280. Epub May 08, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2017390200004>
- MELLO, L. I. A. **Quem Tem Medo da Geopolítica?**. Editora Hucitec, 1999.
- MEIJER, J.R., Huijbregts, M.A.J., Schotten, C.G.J. and Schipper, A.M. (2018): **Global patterns of current and future road infrastructure**. Environmental Research

Letters, 13-064006. Data is available at www.globio.info

MERCOSUL — Página oficial. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MERCOSUL. Mercosul – Tratado de Assunção. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Trata do_de_Assuncao..pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

Mesias da Costa, W. (2016). **Oitenta anos de geopolítica no Brasil: da geografia militar a um pensamento estratégico nacional**. Revista Tamoio, 12(2), 4-21. Molina, F. (2007). **Visiones del regionalismo y la regionalización en América del Sur en el nuevo milênio**. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, 13(3), 13-32.

MESSIAS DA COSTA, W. (2008). **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. 2.ed, Editora USP: São Paulo, SP.

MESSIAS DA COSTA, W. (2009). **O Brasil e a América do Sul: Cenários Geopolíticos e os Desafios da Integração**. Confins, n.7, outubro. São Paulo, SP. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/6107>>.

Milanovic, B. (2016). **Global inequality: A new approach for the age of globalization**. Harvard University Press.

Molina, C. (2019). **Desigualdades y liberalismo económico en Chile**. Revista de Economía Política de las Américas, 7(2), 23-51. Disponível em: <<https://revistas.usta.edu.co/index.php/repa/article/view/1927/1880>>

MONIZ BANDEIRA, L. A. (2008). **A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos**. *Revista da Escola Superior de Guerra*, 24(50), jul./dez.

MONIZ BANDEIRA, L. A. (2008) **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Editora José Olympio, 2017.

MORAIS SILVA, A. K; COSTAS FERES, C. P; KERR-OLIVEIRA, L; STADUTO, I. W. **O debate teórico acerca da estabilidade do Sistema Internacional e suas contribuições**. *Oikos*, 19 (3).

MORAIS SILVA, A. K; COSTAS FERES, C. P. (2021). **Integração de infraestrutura na América do Sul: o papel geopolítico do projeto do Corredor Rodoviário Bioceânico**. *Revista de Geopolítica*, 12 (1), p. 33-47.

Natural earth data <<https://www.natureearthdata.com/downloads/>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

OLIVEIRA CRUZ, D. A. M. (2020). **Os rumos da integração regional no subcontinente: da UNASUL ao PROSUL, o que mudou?** *Revista de Geopolítica*, 11(4), 111-122.

PADULA, Raphael (2010). **Integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. Tese de Doutorado em

Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ: Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/RaphaelPadula.pdf>.

PREBISCH, R. (1950). **The economic development of Latin America and its principal problems**. New York: United Nations.

Ravenhill, J. (2005). **Regionalism and globalization**. Routledge.

Rodrigues, B. S. (2014). **Por uma integração político-estratégica na América Latina**. *Revista do Imae*, 2(2), 156-168.

Rodrik, D. (2011). **The globalization paradox: Why global trade hurts America**. Oxford University Press

SANTOS, M. (2003). *Economia espacial: críticas e alternativas* (Vol. 3). Edusp.

Shlapentokh, D. (2007). **Dugin, Eurasianism, and Central Asia**. *Communist and Post-Communist Studies*, 40(2), 143-156.

SOUSA, A. D. L.; ZENI, L. A.; SCHNEIDER, D. R. **Territorialidades e Contexto Urbano nos Estudos sobre a Relação Pessoa-Ambiente: Revisão Integrativa de Literatura**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 494–512, 2021.

SOUZA, M. A. A. (2019). **Territorio usado, rugosidades e patrimonio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal**. *PatryTer*, 2(4), 1-17.

Sunkel, O. (1973). **Transnational capitalism and national development: The case of Chile**. *Social and Economic Studies*, 22(1), 22-46.

STALIN, J. V. (1945). **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Edições Horizonte. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

Sparke, M. (2007). **Geopolitical fears, geoeconomic hopes, and the responsibilities of geography**. *Annals of the Association of American Geographers*, 97(2), 338-349.

TAMBS, L. (1979). **Como o Brasil joga o xadrez geopolítico**. *A Defesa Nacional*, 66(686).

WWW (sd). **Terrestrial Ecoregions of the World**. Disponível em: <<https://www.worldwildlife.org/publications/terrestrial-ecoregions-of-the-world>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

TRÍAS, Vivián. **Las transnacionales y la influencia de la " Escuela de Chicago" en América Latina**. *Nueva Sociedad* (San José, No 38, setiembre-octubre 1978, págs. 5-19), 1978.

MARINI, R. M. (1973). **Subdesenvolvimento e revolução**. São Paulo: Autores Associados.

TSÉ-TUNG, M. (2014). **Sobre a contradição**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

- Tulchin, J. S., & Garland, A. M. (1996). **The Southern Cone in the Twentieth Century**. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- VESENTINI, J. W. *A Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Ática, 1997
- VIGEVANI, Tullo; MARTINS, Aline R. A.; MIKLOS, Manoela & RODRIGUES Priscila. **A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais**. *Lua Nova*, 83 (2011): p. 111-143.
- VIZENTINI, Paulo. G. F. . (2019). **O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais**. *Cadernos de Relações Internacionais e Defesa*, 1 (1), p. 40-56.
- VIZENTINI, Paulo. G. F. (2003). **América do Sul: espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro**. p. 183-211. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; CARDIM, Henrique (orgs.) [2003]. *Política externa do Brasil para o século XXI*. Câmara dos Deputados, Brasília, DF.
- WEBER, Max (1947). **A teoria da organização social e econômica**. Martins Fontes: São Paulo, SP.
- WEXELL SEVERO, Luciano (2015). **Integração econômica e desenvolvimento da América do Sul: o Brasil e a desconstrução das assimetrias regionais**. Tese de Doutorado em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.